

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/365895808>

Panorama do sindicalismo no Brasil 2015–2021

Book · December 2022

CITATIONS

0

READS

64

8 authors, including:



Ana Colombi

Universidade Federal do Espírito Santo

15 PUBLICATIONS 60 CITATIONS

SEE PROFILE



José Dari Krein

33 PUBLICATIONS 231 CITATIONS

SEE PROFILE



Hugo Dias

University of Campinas

34 PUBLICATIONS 84 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Trade Unions in Transformation [View project](#)



Trade Unions in Transformation [View project](#)

Panorama do sindicalismo no Brasil 2015 - 2021

Ana Paula Fregnani Colombi

Anderson Campos

Andréia Galvão

Elaine Regina Aguiar Amorim

Flávia Ferreira Ribeiro

Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias

José Dari Krein

Patrícia Vieira Trópia

**FRIEDRICH
EBERT**
STIFTUNG
BRASIL



Ficha técnica

Panorama do sindicalismo no Brasil 2015-2021

Organização

Waldeli Melleiro

Gráficos

Arthur Welle

Editoração e Capa

Caracol Design & Conteúdo

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil

Av. Paulista, 2001 – 13º andar, conj. 1313

São Paulo – SP

CEP 01311-931

<https://brasil.fes.de>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Panorama do sindicalismo no Brasil 2015-2021

[livro eletrônico]. -- 1. ed. -- São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2022.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87504-59-9

1. Direito do trabalho 2. Direito sindical - Brasil 3. Indicadores sociais
4. Mercado de trabalho - Aspectos sociais 5. Organizações sindicais 6. Reforma
sindical 7. Reforma trabalhista 8. Sindicalismo - Brasil - História.

22-136538

CDU-34:331.88(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Sindicatos : Direito sindical : Direito do trabalho 34:331.88(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Panorama do sindicalismo no Brasil 2015 - 2021

Ana Paula Fregnani Colombi
Anderson Campos
Andréia Galvão
Elaine Regina Aguiar Amorim
Flávia Ferreira Ribeiro
Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias
José Dari Krein
Patrícia Vieira Trópia

Sumário

Introdução	7
1. Um contexto adverso para a ação sindical	13
2. Um sindicalismo de assalariados formais e altamente fragmentado	21
3. Síntese dos resultados	25
3.1. Poder estrutural	26
3.2. Poder associativo	34
3.3. Poder institucional	46
3.4. Poder social	52
Considerações finais	57
Referências	67
Anexo: Sindicalização entre assalariados formais PNAD/PNADCA	75

Introdução

A conjuntura em que se move o sindicalismo brasileiro no período compreendido por esta pesquisa (2015-2021) é bastante adversa. As mudanças na estrutura produtiva e na organização do trabalho, associadas ao baixo crescimento econômico e a um mercado de trabalho historicamente desestruturado, impactam diretamente sua base social. Essa situação, que se desenvolve desde os anos 1990, agravou-se com a crise econômica e política de 2015, que levou à ofensiva neoliberal-conservadora, ao processo sistemático de dismantelamento dos direitos sociais e trabalhistas e ao ataque à organização sindical. Esse contexto é agravado pela aprovação da reforma trabalhista em 2017 e à vitória eleitoral da extrema direita em 2018. A isso, somam-se movimentos de longo prazo no mundo do trabalho e os limites históricos da estrutura sindical brasileira¹, desenhando um cenário desafiador para ação coletiva neste que pode ser considerado o momento mais desfavorável ao movimento sindical desde a ditadura militar.

Esse breve esboço indica que o sindicalismo brasileiro vem sendo afetado por um conjunto expressivo de mudanças estruturais e conjunturais que alteram as condições e relações de trabalho, levando ao enfraquecimento de sua capacidade de fazer frente ao processo de desmonte de direitos e de envolver trabalhadoras e trabalhadores nas atividades de organização e mobilização.

¹ A estrutura sindical é fundada no princípio da unicidade, que assegura o monopólio da representação e o poder de negociação a um único sindicato autorizado a representar legalmente determinada categoria profissional, em uma base territorial geralmente circunscrita a um município. A categoria profissional é definida a partir da atividade preponderante do empregador e independe da profissão ou da função que o trabalhador exerce na empresa. Em dezembro de 2021, havia 12.059 sindicatos de trabalhadores, a maioria de base municipal, no cadastro de entidades sindicais depositado no Ministério da Economia, o que demonstra seu grau de fragmentação.

Esta pesquisa buscou investigar como os sindicatos estão enfrentando esse contexto com o intuito de elaborar um diagnóstico da situação sindical no Brasil a partir de algumas experiências. As perguntas norteadoras são: 1) O que os sindicatos têm feito para preservar ou fortalecer o seu papel, sua legitimidade e representatividade junto aos trabalhadores? 2) Observam-se experiências exitosas de resistência e capacidade de inovação? Como o sindicato consegue enfrentar (ou não) a conjuntura adversa acima descrita? 3) O que inibe o enfrentamento? 4) Observam-se novas formas de organização sindical, com capacidade de incorporar os diferentes tipos de trabalhadores precarizados, como os informais, os falsos autônomos, os que se veem como empreendedores? 5) Os sindicatos têm sido capazes de incorporar a diversidade presente na classe trabalhadora, como as mulheres, negras e negros, jovens, LGBTs, bem como de dialogar com questões ambientais? 6) Que mudanças se produzem em sua forma de organização ou que mudanças são requeridas para que possam ampliar sua capacidade de representação? 7) Qual sua capacidade de se atualizar diante do impacto das novas tecnologias e o avanço da digitalização? 8) Diante da reconfiguração dos segmentos econômicos e do excedente estrutural de força de trabalho, que pautas de mobilização os sindicatos estão construindo?

Para discutir essas questões, definimos uma amostra aleatória de sindicatos, composta por 27 entidades inseridas em diferentes áreas de atividade econômica, que representam diferentes categorias profissionais e cuja base territorial está localizada em distintos estados da federação, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1. Sindicatos pesquisados

	Grandes áreas de atividade econômica	Sindicatos/Sigla	UF	Central
1	Industrial	Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/SMABC	SP	CUT
2	Industrial	Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SINDIMETAL	SP	CSP-Conlutas
3	Industrial	Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região/SINDIPA	MG	Intersindical instrumento de luta

4	Industrial	Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari	BA	CTB
5	Industrial	Sindicato dos Químicos Unificados	SP	Intersindical Central
6	Industrial	Sindicato das Costureiras de SP/SINDCOST	SP	FS
7	Industrial	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções e Bordados de Ibitinga e Região/SINTRACOBI	SP	UGT
8	Industrial	Sindicato dos Petroleiros da Bahia/SINDIPETRO	BA	CUT
9	Agrícola	Sindicato Trabalhadores Rurais de Apodi/SSTRAPODI	RN	CUT
10	Agrícola	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Juazeiro/SSTAR	BA	CTB
11	Agrícola	Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai/SUTRAF	RS	CUT
12	Comércio e Serviços	Sindicato dos Comerciantes de São Paulo/SECSP	SP	UGT
13	Comércio e Serviços	Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro/SECRJ	RJ	CTB
14	Comércio e Serviços	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal de Recife/SINTRACI	PE	CUT
15	Serviços Público-Privado	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo/SEEB	SP	CUT
16	Serviços Público-Privado	Sindicato dos Trabalhadores em Informática e Tecnologia da Informação do Paraná/SINDPD	PR	CSB
17	Serviços/Privado	Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing/SINTRATEL	SP	UGT
18	Serviços/Privado	Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxista Intermunicipal do Estado de São Paulo/SINDIMOTO	SP	UGT
19	Serviços/Privado	Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana/SIEMACO	RJ	UGT
20	Serviços/Privado	Sindicato dos Motoristas Autônomos de Transporte Privado Individual por Aplicativos no Distrito Federal/SINDMAAP	DF	CUT
21	Serviços/Privado	Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de São Paulo/SINDIRODSP	SP	NCST

22	Serviços/Privado	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia/SINDOMÉSTICO	BA	CUT
23	Serviços/Público	Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos/SINTECT	SP	CTB
24	Serviços/Público	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia/SINDSAUDE	BA	CUT
25	Serviços/Público	Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo/SINDSEP	SP	CUT
26	Serviços/Público	Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná/APP	PR	CUT
27	Serviços/Público	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SINDUTE	MG	CUT

Fonte: Elaboração própria.

Esses sindicatos compreendem categorias com características bastante heterogêneas: algumas são mais estruturadas do ponto de vista econômico, com menor nível de rotatividade, maior perspectiva de profissionalização e com tradição de organização (correios, bancários, metalúrgicos, petroleiros, transporte, saúde, agricultura familiar, educação), embora também venham sendo afetadas, de diferentes formas, pelo processo de precarização do trabalho. Outras são categorias historicamente precárias, que se dividem entre aquelas com tradição de organização (assalariados rurais, domésticas, comerciários, vestuário) e aquelas com um histórico de menor realização de greves, taxas mais baixas de sindicalização e experiências mais recentes de organização (asseio e conservação, telemarketing, comércio informal, motoboys, motoristas de aplicativo).

A pesquisa compreendeu entrevistas semi-dirigidas, pesquisa bibliográfica e documental (imprensa sindical, acordos e convenções coletivas). Foram entrevistados dirigentes de 27 sindicatos, sendo um ou dois representantes por entidade. As entrevistas foram realizadas conforme um roteiro de questões previamente definido, as quais foram posteriormente transcritas (as transcrições desse material, que corresponde a 38h15min de gravação, perfazem aproximadamente 600 páginas) e incorporadas às fichas individuais elaboradas para cada um dos sindicatos. Ademais, foram demandados ao Dieese dados sobre greves no período 2011-2020 e levantados dados sobre sindicalização, a partir da PNAC e da PNAD-C. As tabelas e gráficos utilizados na análise encontram-se no Anexo 1.

A análise teve por base o referencial teórico sobre recursos de poder (Lévesque e Murray, 2010; Schmalz e Dörre, s/d; Schmalz e al., 2018), procurando identificar os poderes estrutural (nas seguintes dimensões: caracterização das empresas e da força de trabalho no setor de atividade em questão, grau de conflitualidade/greves), institucional (negociação coletiva e outros espaços de negociação, inserção em redes, relação com instituições públicas de regulação do trabalho), associativo (filiação, estrutura organizacional e funcionamento interno) e social (alianças e relação com sociedade local) presentes em cada um dos casos.

Partimos da hipótese segundo a qual o poder estrutural encontra-se predominantemente fragilizado em todos os casos, tendo em vista as mudanças econômicas e tecnológicas, os limites da estrutura sindical, a ofensiva neoliberal e seu impacto político-ideológico sobre trabalhadores e dirigentes sindicais. Trata-se do período que mais tem desafiado o poder estrutural dos sindicatos, desde a ditadura militar. Entretanto, a depender da escala considerada (local de trabalho, setor ou sociedade em geral), é forçoso reconhecer que um determinado coletivo de trabalhadores pode mobilizar poder estrutural, mesmo numa situação estrutural amplamente desfavorável.

Uma segunda hipótese que orientou nosso trabalho é que a estrutura sindical brasileira constitui um aspecto que fragiliza o conjunto de poderes. Ao fragmentar a organização, a negociação e a luta dos trabalhadores, a estrutura sindical brasileira não impede, mas inibe o acúmulo de poder estrutural, associativo, institucional e social. O efeito político desta fragmentação é um sindicalismo que acumula pouca força, a despeito do ativismo de segmentos historicamente mais estruturados e reivindicativos. Não obstante essas duas hipóteses, consideramos que os poderes institucional, associativo e social podem ser exercidos de forma a compensar a fragilidade identificada no poder estrutural. Nesse sentido, buscamos identificar inovações e capacidades não apenas em termos daquilo que é propriamente novo, mas também da recuperação, atualização e mobilização de velhas estratégias que permitem apresentar resultados do ponto de vista organizativo.

Com relação às capacidades, baseamo-nos em Lévesque e Murray (2010), que identificam a existência de quatro tipos: intermediação (capacidade de construir um consenso em torno de interesses e estratégias de ação), “framing” (capacidade de elaborar palavras de ordem que permitem identificar-se como coletivo e estimular a ação), articulação (capacidade

de agir de modo colaborativo e de estabelecer relações com outros atores) e aprendizagem (capacidade de ler e aprender com as conjunturas, com suas conquistas e derrotas).

Na sequência apresentamos os resultados da pesquisa, na seguinte ordem: (1) alguns aspectos do contexto, com seus impactos sobre o número de greves e a taxa de sindicalização; (2) as principais características do sindicalismo brasileiro; (3) a síntese dos resultados; (4) considerações finais; e (5) anexo com dados sobre sindicalização entre assalariados formais.

1. Um contexto adverso para a ação sindical

O contexto político-econômico e ideológico inaugurado a partir de 2015 impôs uma série de dificuldades para as classes trabalhadoras e suas formas de organização e representação de interesses. Como veremos adiante, entre 2015 e 2021 verifica-se tanto uma queda persistente na taxa de sindicalização, como a redução das formas mais tradicionais de expressão dos conflitos trabalhistas, como os indicadores de greves. Destacamos aqui três marcos desse período: a reforma trabalhista de 2017, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a pandemia da Covid-19 em 2020-1.

A reforma trabalhista contribuiu para a precarização do trabalho e para legalizar o desmonte do padrão de assalariamento mediante a autorização de diversas medidas que rebaixam direitos, como a terceirização irrestrita e o trabalho intermitente, e que ocultam o vínculo de emprego (Krein et al., 2018, 2019 e 2021). A possibilidade de contratar prestadores de serviços como autônomos permanentes estimula a burla por meio de formas de assalariamento disfarçadas. A inscrição de trabalhadores como Pessoa Jurídica (PJ) e Microempreendedores Individuais (MEI) permite não apenas formalizar, de forma rebaixada, autônomos que trabalhavam na informalidade, como contratar falsos autônomos, transferindo para o trabalhador o ônus de assegurar sua proteção social. Do ponto de vista formal, a pejotização pode ser definida pela substituição de contratos de assalariamento por contratos entre pessoas jurídicas. Na prática, no entanto, pode significar relações de emprego disfarçadas na medida em

que, não obstante o vínculo estabelecido evidenciar as características do assalariamento, a regulação contratual se dá entre empresas (Krein, 2013). Por fim, a extensão da terceirização para qualquer atividade permite contratar trabalhadores com salários mais baixos e menos benefícios, além de fragmentar coletivos de trabalho em categorias profissionais e, portanto, em sindicatos distintos.

A reforma significou um ataque importante às instituições públicas do trabalho e ao sindicalismo. Merecem um destaque especial os limites para que os trabalhadores possam demandar a reparação de direitos sonegados na Justiça do Trabalho (fim da gratuidade) e os limites à capacidade de fiscalização do Sistema de Inspeção do Trabalho e do próprio Ministério Público do Trabalho. As instituições sindicais tiveram o seu poder reduzido no acompanhamento da efetivação dos direitos, com o fim das homologações e a possibilidade (referendada pelo Supremo Tribunal Federal) de que as regras da relação de emprego, em algumas situações, sejam estipuladas diretamente entre o empregador e o assalariado por meio de acordos individuais, sem a participação do sindicato. O fim da obrigatoriedade da contribuição sindical e a impossibilidade de o sindicato efetuar cobrança do não associado no processo de negociação coletiva, mesmo que o seu resultado alcance todos os trabalhadores, levou ao estrangulamento financeiro dos sindicatos.

O aumento da informalidade, do desemprego e a proliferação de formas de contratação precárias intensificam-se sob o governo Bolsonaro, que se manifestou, em diversas ocasiões, em defesa de uma legislação trabalhista “próxima da informalidade”². Além de não priorizar a agenda do trabalho e do desenvolvimento, trata-se de um governo que ataca permanentemente as instituições democráticas e combate os sindicatos e movimentos sociais (Marcelino e Galvão, 2020). Em nenhum momento, Bolsonaro recebeu o movimento sindical para negociar, apesar de, à época de sua eleição, ter recebido apoio de parte minoritária do movimento sindical.

As inovações tecnológicas e, especialmente, o crescimento do trabalho mediado por plataformas digitais – fenômeno que vem sendo chamado de uberização ou plataformização (Abílio, 2020) – também contribuem

² Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/13/bolsonaro-diz-que-a-legislacao-trabalhista-vai-ter-que-se-aproximar-da-informalidade.ghtml>

para a perda de direitos, bem como para reduzir e fragmentar a base de representação sindical. A ideologia do empreendedorismo vem coroar esse processo de mudanças nas condições objetivas e subjetivas de trabalho, com implicações substantivas sobre a forma de organização e representação de interesses, uma vez que sustenta a ideia de que a inserção profissional e a proteção social do trabalhador dependem apenas de sua capacidade, esforço e mérito individual.

A pandemia da Covid-19 amplificou ainda mais esses problemas, ainda que tenha colocado em evidência a importância dos sindicatos na defesa da saúde, do emprego e da renda dos trabalhadores (Campos et al., 2021b). O crescimento do teletrabalho e de outras formas de trabalho remoto, em parte decorrente das exigências de isolamento social, coloca os sindicatos diante do desafio de organizar e criar uma identidade coletiva entre trabalhadores dispersos territorialmente e submetidos a diferentes formas de contratação.

As condições de trabalho se deterioraram também no meio rural. Embora o agronegócio esteja associado ao processo de concentração fundiária verificado desde os anos 1960, ele vem se impondo e se tornando um poder econômico e político cada vez mais expressivo na sociedade brasileira, especialmente diante da trajetória de desindustrialização do Brasil. Isso se fortalece no governo Bolsonaro³, cuja política – prioritariamente voltada para proteger e fortalecer o agronegócio baseado na grande propriedade rural –, tem como resultado a forte repressão e a criminalização das lutas do campo.

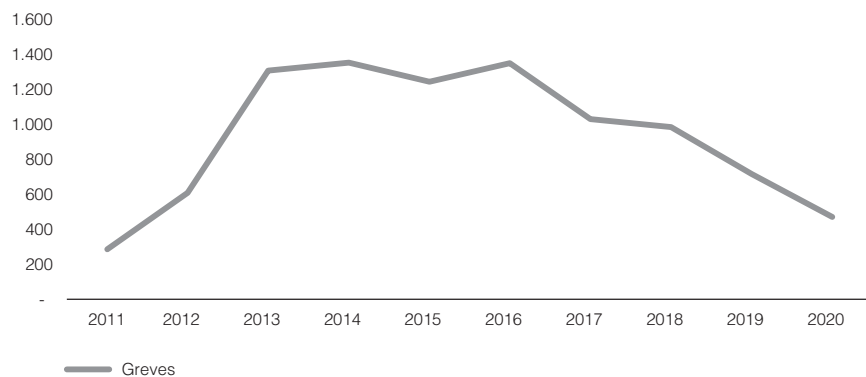
Esse cenário, atrelado aos limites da estrutura sindical, tem impactado tanto a capacidade de realização de greves quanto as taxas de sindicalização. Conforme os dados disponibilizados pelo Dieese⁴, a partir de 2011, há um rápido e elevado crescimento de greves que alcança o pico

³ Por exemplo, em 2021 a Frente Parlamentar da Agropecuária afirma ter 257 membros no Congresso Nacional.

⁴ A equipe solicitou ao Dieese um levantamento das greves no período 2011-2020, em termos gerais e nos setores de atividade nos quais as categorias selecionadas estão inseridas, a partir de alguns indicadores: número de greves, de horas paradas, por localidade, caráter, reivindicação, encaminhamento e resultado. O período é mais amplo do que o recorte temporal priorizado na pesquisa para possibilitar uma comparação com o período imediatamente anterior à crise econômica e política de 2015.

em 2014 e se mantém até 2016 (a maioria das greves se concentra no período 2013-2016: 5.252 greves). Mas, com a ofensiva neoliberal e a aprovação da reforma trabalhista, se inicia um descenso, como se vê no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Número de greves, por ano 2011-2020.



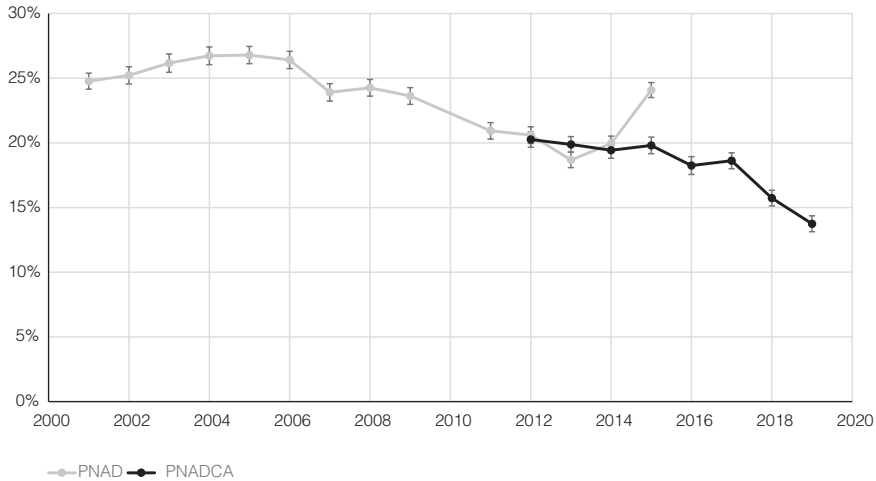
Fonte: *Elaboração própria com base nos dados do DIEESE.*

Além disso, exceto no setor de processamento de dados⁵, em todos os setores das categorias pesquisadas, independentemente do grau de estruturação, precarização ou setor de atividade, a maioria das greves tem caráter defensivo, sobretudo a partir de 2013. O cenário de perda sistemática de direitos ajuda a entender esse processo, já que as mobilizações se voltam para a recuperação de direitos, dentre os quais: reposição salarial, contra o atraso no pagamento dos salários, contra demissões, em torno de cláusulas ligadas à alimentação e pagamento de PLR.

⁵ Foi o único caso em que as greves propositivas superaram as greves defensivas. É onde se inserem os trabalhadores em tecnologia da informação.

No que se refere à sindicalização⁶, a queda entre os anos 2012 e 2019 é impactante, como se pode verificar no gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2: Taxa de sindicalização entre assalariados formais total Brasil 2001-2019



Fonte: Elaboração Arthur Welle com base na PNAD e PNADC Anual.

A taxa de sindicalização passa de 20,2% para 13,7% entre 2012 e 2019, uma queda de quase sete pontos percentuais. Essa queda se concentra de forma muito mais acentuada em 2018 e 2019. Em 2017, a taxa era 18,6%, e vai para 13,7%, em 2019. Essa taxa leva em consideração os assalariados formais, mas quando se considera o total de ocupados (incluindo, portanto, os trabalhadores por conta própria, informais, fundamentalmente), a mesma tendência se observa: uma queda de 16% para 11% na taxa de sindicalização, entre 2012 e 2019. Isso indica que a queda é generalizada, mas se dá de maneira mais expressiva na base de representação das categorias com forte tradição de organização sindical.

⁶ Os dados são baseados nas pesquisas nacionais por amostra domiciliares: PNAD (que vigorou até 2015) e PNAD-Continua. A segunda tem uma amostra mais ampla e abrange todo o território nacional. Suas metodologias e abrangência são distintas. Além disso, a pergunta sobre associação sindical mudou ao longo do tempo. Na PNAD (2001-2015), a pergunta era para a pessoa ocupada no ano anterior (*Era associado a algum sindicato no mês de referência?*). Na PNADC (2012 a pergunta era para pessoas ocupadas e não ocupadas, mas com trabalho anterior (*Na semana de referência era associado a algum sindicato?*))

Em termos absolutos, o número de sindicalizados assalariados formais cai de 8 milhões, em 2012, para 7,1 milhões em 2017 e para 5,4 milhões, em 2019. Apesar do contexto de crescimento do emprego formal verificado até 2013, o comportamento da taxa de sindicalização não acompanha essa evolução. A partir de 2013⁷, os dados, em termos relativos, da PNAD-C, registram uma estagnação até 2014, e uma pequena queda da taxa no contexto da crise econômica e do mercado de trabalho em 2015/16⁸. Em 2017, parece ocorrer uma pequena recuperação, mas a partir de 2018 a redução é muito expressiva, como mostram os dados do gráfico acima⁹.

A forte diminuição da taxa coincide com o desemprego elevado e o crescimento da informalidade, mas se verifica, fundamentalmente, após a reforma trabalhista ter entrado em vigor. Assim, a queda contínua da sindicalização – aliás, fenômeno quase generalizado nos países avançados e em boa parte da América Latina – guarda relação com a forte reconfiguração das classes trabalhadoras, o período sob hegemonia ideológica do neoliberalismo e a mudança de correlação de forças entre capital e trabalho, em um contexto de globalização financeira e de falta de oportunidades de trabalho decente (Galvão et al., 2019). Esse processo também apresenta relação com a campanha antissindical realizada desde o governo Temer, com grande apoio das mídias tradicionais e das redes sociais. Para facilitar a aprovação da reforma, os sindicatos foram caracterizados como meros arrecadadores de dinheiro, cujos dirigentes se locupleteiam (“vamos acabar a mamata”)¹⁰ e desviam recursos para a ação política. A concretização

⁷ Os dados do último ano da PNAD apresentam um pequeno crescimento de 2013 (ano de manifestações sociais expressivas, inclusive contra as entidades sindicais) para 2014 e um forte salto no ano de 2015. Na nossa avaliação é um problema mais metodológico, pois a pergunta foi feita depois da aplicação de um questionário específico sobre relações de trabalho (Suplemento). Por isso, o dado não está sendo considerado na presente análise.

⁸ Entre 2014 e 2019, houve uma diminuição de quase 4 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

⁹ É necessário fazer uma ressalva sobre esses números: os respondentes do questionário poderiam entender, equivocadamente, que o desconto do imposto sindical significava estar associado ao sindicato, o que poderia inflar os dados de sindicalização no período anterior à 2017, uma vez que a reforma acabou com a obrigatoriedade do desconto. No entanto, nos gráficos em anexo, é possível perceber que a queda é generalizada, inclusive entre os trabalhadores com maior escolaridade e remuneração.

¹⁰ Ver: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-mamata-acabou-a-nova-realidade-dos-sindicatos-sem-o-imposto-obrigatorio/>

da reforma deixou muitos sindicatos ainda mais fragilizados, dificultando o seu trabalho junto aos trabalhadores. Enfim, a grande questão apresentada pelos dados é a perda efetiva da densidade sindical no Brasil nos anos recentes, que ocorre em todos os perfis dos assalariados formais (faixa etária, sexo, tempo de serviço, nível de remuneração, nível de escolaridade, raça). No entanto, os dados mostram que os assalariados formais sindicalizados percebem uma remuneração maior do que os não sindicalizados, assim como permanecem mais tempo no emprego. Ou seja, têm melhores condições de trabalho, o que significa que a associação sindical faz diferença na vida dos trabalhadores.

2. Um sindicalismo de assalariados formais e altamente fragmentado

Os sindicatos brasileiros representam fundamentalmente os assalariados formais do setor público e privado (Galvão e Krein, 2019). Isso se deve, em parte, às características da estrutura sindical ainda vigente, uma estrutura fundada no princípio da unicidade, que assegura o monopólio da representação e o poder de negociação a um único sindicato autorizado a representar legalmente determinada categoria profissional, em uma base territorial geralmente circunscrita a um município.

O conceito de categoria profissional é um dos fatores responsáveis pela grande fragmentação e heterogeneidade do sindicalismo brasileiro, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) define a categoria profissional a partir da atividade preponderante do empregador¹¹. Essa forma de enquadramento faz com que os terceirizados, por exemplo, não sejam organizados nos mesmos sindicatos que representam os trabalhadores contratados diretamente pela empresa tomadora de serviços, ainda que

¹¹ Ou seja, a categoria profissional independe da profissão ou da função que o trabalhador exerce na empresa, exceto no caso das categorias diferenciadas, que possuem estatutos profissionais específicos. Este é o caso de profissionais liberais, engenheiros, secretárias, entre outros, que podem ser representados por sindicatos próprios, sem a exigência de simetria com a atividade preponderante da empresa na qual trabalham.

exercçam atividades similares e no interior do mesmo espaço de trabalho. Com efeito, segundo as normas que regulamentam o enquadramento sindical, eles “pertencem” a categorias profissionais diferentes¹². Essa estrutura, portanto, dificulta a unidade política, uma vez que pulveriza os trabalhadores de um mesmo setor ou ocupação em categorias diferentes.

Até a reforma trabalhista de 2017, os sindicatos eram financiados por um sistema de contribuições compulsórias cujo principal componente era o imposto sindical descontado de todo trabalhador, sindicalizado ou não, em prol do sindicato reconhecido pelo Estado como seu representante legal¹³. O fim da obrigatoriedade do imposto sindical a partir de 2017 abalou as finanças dos sindicatos e um dos pilares da estrutura sindical brasileira.

A combinação entre unicidade e contribuições compulsórias desestimulou, ao longo da história do sindicalismo brasileiro, o trabalho de base e a organização no local de trabalho, garantindo a existência de sindicatos burocratizados e com poucos sindicalizados. Isso não impediu que, em determinadas conjunturas e em certos setores, o sindicalismo fosse capaz de se contrapor a essa tendência e superar esses limites (Galvão e Marcelino, 2019). Entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980 e, novamente, entre 2004 e 2014, o sindicalismo esteve bastante atuante e obteve conquistas importantes para a classe trabalhadora. Mas, desde a retomada da agenda neoliberal em 2015, é possível observar uma perda de protagonismo dos sindicatos, que revelam maior debilidade para atuar na defesa de interesses da categoria e para serem reconhecidos como atores social e politicamente relevantes.

¹² Isso não ocorre quando a atividade econômica da empresa terceira (definida conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE) é a mesma da empresa que a subcontrata.

¹³ O imposto consistia no pagamento obrigatório de valor equivalente a um dia de trabalho. Além dessa contribuição, o sindicato podia instituir outras duas: a contribuição confederativa, para financiar as organizações verticais (os sindicatos de uma mesma categoria podem se organizar em federações, ao nível do estado, e confederações, ao nível nacional), e a taxa assistencial ou negocial, para financiar os serviços prestados pelo sindicato e o trabalho de negociação coletiva. Porém, desde o final dos anos 1990 os trabalhadores não sindicalizados podem se opor ao desconto dessas duas contribuições por decisão da Justiça, sob a justificativa de que o pagamento obrigatório fere o princípio da livre associação sindical. Sem as contribuições compulsórias, os sindicatos só podem contar com a mensalidade paga pelos associados.

Além de se organizar verticalmente em federações e confederações de uma mesma categoria, os sindicatos de base podem se filiar a centrais sindicais ou se manter independentes frente a elas. As centrais têm uma função de coordenação política mais geral, estratégica, participando de negociações com governos e articulando os sindicatos a elas filiados para defender suas posições. Geralmente, os sindicatos se filiam às centrais conforme a preferência política-ideológica de sua direção, mas nem sempre essa correlação é observada.

Se, no nível da base, não pode haver mais de um sindicato de uma mesma categoria profissional disputando a organização e representação dos trabalhadores, no nível da cúpula vigora o pluralismo sindical. O cadastro de entidades sindicais depositado no Ministério da Economia contabilizava, em dezembro de 2021, 12.059 sindicatos de trabalhadores, a maioria de base municipal, e 13 centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)¹⁴, Central do Brasil Democrática de Trabalhadores - (CBDT nacional), Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), União Sindical os Trabalhadores (UST), Central das Entidades de Servidores Públicos (CESP), Pública - Central do Servidor, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora. Apenas as seis primeiras haviam alcançado os critérios de representatividade definidos pela lei de reconhecimento das centrais introduzida em 2008 e as 4 últimas registravam um número de filiados abaixo de 100 sindicatos, sendo que 2 delas (UST e CESP) têm baixíssima expressão política. Além dessas centrais, há uma outra organização de cúpula, Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, que, embora não registrada no cadastro ministerial, possui inserção no movimento sindical e vem participando do Fórum das Centrais Sindicais, coalizão informal criada para apresentar posições politicamente unificadas em um cenário de crescente adversidade para os trabalhadores¹⁵.

¹⁴ CTB e CGTB se unificaram no ano de 2021.

¹⁵ O Fórum das Centrais Sindicais é composto por CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical, CSP Conlutas, CGTB e Pública.

3. Síntese dos resultados

O movimento sindical brasileiro é bastante ativo e apresenta um padrão de atuação que combina muita ação reivindicativa de caráter econômico na base com manifestações políticas na cúpula. A adesão e capacidade de mobilização da base nessas manifestações convocadas pelas centrais são baixas, o que indica a prevalência de uma atuação mais corporativa. (Marcelino, Galvão, 2020). A pesquisa revelou que essa forma de atuação tem se mostrado insuficiente para enfrentar o atual cenário marcado pela ofensiva neoliberal, pela fragmentação da classe trabalhadora e pelo ataque aberto aos sindicatos. Isso se expressou na análise de todos os poderes, nos 27 sindicatos pesquisados. Ao mesmo tempo, a pesquisa indicou que experiências que indiquem caminhos para o enfrentamento desse cenário, com pautas mais amplas e que extrapolem as lutas corporativas, ainda são tímidas e fragmentadas.

Há, de um lado, uma dificuldade em dialogar com os amplos setores da classe trabalhadora, sobretudo nos sindicatos mais estruturados e que representam categorias mais tradicionais (correios, bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos, transporte, saúde, educação), que, como discutido acima, estão enfrentando as maiores quedas nas taxas de sindicalização. Como veremos a seguir, a perda de poder estrutural, mesmo em categorias mais tradicionais, e a fragilização das centrais ajudam a entender a dificuldade de dialogar com uma classe trabalhadora cada vez mais heterogênea e acometida por inúmeras formas de contratação, remuneração

e organização da jornada. Entretanto, há ações que expressam capacidade de manutenção de direitos, de comunicação com os e as trabalhadoras e voltadas para o alargamento da pauta sindical, tocando questões de raça, gênero, meio ambiente e etc.

Mas, o que chama atenção é que, embora o poder estrutural seja historicamente mais fortalecido nas categorias formais e mais tradicionais e que as pautas que extrapolam as demandas corporativas não sejam exatamente uma novidade para sindicatos que as representam, é entre os sindicatos que representam trabalhadores mais precários que se desenham algumas iniciativas que têm ganhado mais visibilidade. Esses sindicatos, seja os que possuem maior tradição (assalariados rurais, domésticas, comércio, vestuário) ou aqueles com formas mais incipientes de organização (asseio e conservação, telemarketing, comércio informal, motoboys, motoristas de aplicativo), têm investido em ações ancoradas em intervenções no espaço público, na construção de laços de solidariedade com outras entidades, na articulação da luta sindical com a luta pelo direito ao trabalho, na criação de associações comunitárias, etc.

Vejamos como esses aspectos se manifestam na análise de cada poder para o grupo dos sindicatos pesquisados. Neste item daremos alguns exemplos ilustrativos.

3.1. Poder estrutural

A combinação das transformações estruturais e conjunturais anteriormente apresentadas produz um ambiente bastante desfavorável à ação e organização coletiva, como pode ser observado na forte queda da taxa de sindicalização e na diminuição e mudança do perfil das greves. Essas tendências gerais ficam muito evidentes, criando dificuldades adicionais ao poder estrutural das entidades sindicais pesquisadas. No entanto, há variações no tipo de impacto e no modo como ele reverbera sobre a base de trabalhadores, a depender do setor de atividade e da categoria profissional considerada.

A primeira diferença diz respeito à inserção do sindicato no setor público ou privado. O setor público é menos afetado pela rotatividade no emprego, o que contribui para seu poder estrutural. Ao mesmo tempo, é impactado diretamente pelas políticas governamentais, sendo alvo de

sucessivas reformas administrativas e pelas políticas de austeridade fiscal – que levam à adoção de técnicas privadas de gerenciamento pelo setor público –, e formas abertas e disfarçadas de privatização. Sua base também é afetada pelas demais reformas neoliberais, como as reformas da previdência e trabalhista. A ausência de concurso público e as mudanças na forma de contratação, com o aumento da terceirização e a adoção de contratos temporários, que asseguram menos direitos, promovem a redução da contratação direta, como observado na pesquisa da área da saúde da Bahia. O mesmo ocorre nos correios, em que o último concurso ocorreu em 2011 e a terceirização é amplamente praticada, estratégias que prepararam a empresa pública para a privatização. Processo semelhante ocorre entre os petroleiros. O envelhecimento da base repercute sobre o perfil dos sindicalizados, registrando-se um aumento no número de aposentados, fenômeno observado nos servidores públicos municipais de São Paulo, nos profissionais da saúde (Bahia), nos trabalhadores da educação (Paraná e Minas Gerais) e entre os petroleiros. As entidades sindicais enfrentam o desafio de se aproximar dos trabalhadores mais jovens e de renovar geracionalmente suas direções.

A manutenção de algum poder estrutural se expressa na capacidade grevista. As greves no setor público são, via de regra, mais longas do que no setor privado e mais abrangentes, envolvendo toda a categoria. A participação da base nas greves revela capacidade de mobilização e, também, é expressão da tradição de luta desses sindicatos. Isso aparece no levantamento realizado pelo Dieese, pois as categorias com grande peso no setor público (Educação, Saúde, Correios) realizam mais greves e elas são de maior duração, como se pode ver na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Número de greves e média de horas paradas por setor de atividade para as categorias selecionadas (2011-2020).

Categoria/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total	Média de horas paradas
Educação	89	188	325	329	293	324	285	356	224	74	2487	122,7
Saúde	70	77	216	252	243	351	259	209	154	64	1895	78,11
Transporte	37	50	191	236	216	227	206	162	152	193	1670	16,98
Metalúrgicos	60	244	312	215	202	183	82	82	60	51	1491	35,15

Asseio e Conservação	12	17	78	117	151	147	118	108	87	42	877	27,73
Bancários	2	12	71	128	73	63	16	26	14	12	417	13,66
Correios	2	1	28	22	26	27	19	10	6	21	162	31,66
Químicos	6	6	43	13	12	11	24	6	4	5	130	26,75
Comércio	3	7	19	11	9	5	7	7	3	1	72	30,0
Processamento de dados	2	0	6	15	7	1	5	3	3	1	43	59,11
Petroleiros	1	0	4	5	7	2	4	8	7	3	41	33,4
Telemarketing	1	2	2	6	3	0	5	2	2	4	27	46,66
Rurais	1	3	7	1	1	2	0	4	0	0	19	31,36
Vestuário	0	1	5	3	0	6	0	1	0	0	16	30,75
Total	286	608	1307	1353	1243	1349	1030	984	716	471	9347	62,15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados pelo Dieese.

As greves na educação são mais frequentes em toda a série estudada (exceto em 2016 e 2020, quando as categorias da saúde e dos transportes, respectivamente, superaram as demais), o que pode ter relação com as atividades essenciais na pandemia. Note-se que, no ano de 2018, as greves na educação alcançaram o pico (356), quando as demais categorias já estavam em descenso. A educação também é o setor que realiza as greves mais longas (média de 122,7 horas paradas por greve). O setor de saúde é o segundo maior em número de greves e nele também há ocorrência de greves longas (média de 78,11 horas paradas por greve).

É importante destacar a mudança no caráter das greves, uma vez que, diante das condições político-econômicas adversas, ganham prioridade as reivindicações defensivas. Por exemplo, no setor da educação, que é o mais grevista em termos absolutos, as greves têm como pauta principal a recomposição do poder de compra dos salários. Na área da saúde, a maioria absoluta dos casos também é de caráter defensivo, em que se destacam as reivindicações sobre atraso salarial e condições de trabalho. Nesse setor, 74,3% dos casos tiveram suas reivindicações garantidas, o que significa que os sindicatos lutaram muito para não perder direitos em contexto de ataque ao serviço público. O conjunto de transformações do setor

público indica que houve perda do poder estrutural das entidades, mas elas continuam a apresentar capacidade de resistir e de desenvolver ações.

O setor privado, por sua vez, é bastante heterogêneo, com variações significativas conforme o setor de atividade (rural, comércio, serviços, indústria), o tamanho das empresas que nele prevalecem, a origem do capital (transnacional ou nacional), a natureza das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores que nele atuam e o caráter predominantemente formal ou informal do trabalho. A longevidade também é um fator que conta para a compreensão dessa heterogeneidade: enquanto sindicatos mais antigos e/ou que representam categorias mais estruturadas e com tradição de organização, especialmente no setor industrial, veem o poder estrutural conquistado no passado enfraquecido¹⁶, sindicatos mais novos, em setores com maior incidência de ocupações precárias e/ou que representam categorias menos estruturadas e com menor tradição de organização, enfrentam dificuldades para afirmar seu poder estrutural¹⁷. Nesse último caso, são os setores em que mais crescem as ocupações, mas ao mesmo tempo, são atividades mais instáveis, marcadas pela precariedade, sazonalidade e crescente informalidade, o que traz obstáculos mais intensos à organização e ação coletiva.

Os principais fatores que enfraquecem o poder estrutural no setor privado são os processos de financeirização e reestruturação produtiva, as mudanças tecnológicas (com destaque para a robotização e o uso de inteligência artificial, como a *internet das coisas e dos serviços* e a tecnologia de *big data*) e as ameaças de fechamento ou deslocalização de empresas¹⁸. Por exemplo, o poder estrutural dos bancários vem sendo enfraquecido também pelas mudanças na estruturação dos negócios e na regulação do setor financeiro, que possibilitaram o aumento da terceirização e do trabalho por conta própria de trabalhadores que, apesar de atuarem no ramo financeiro, não são considerados da categoria para fins de representação sindical.

¹⁶ Entre os sindicatos pesquisados, esse é o caso dos bancários, metalúrgicos, químicos e rurais.

¹⁷ Esse é o caso dos sindicatos de comerciários, comércio informal, trabalhadores de telemarketing, motoristas de ônibus, motoristas de aplicativos, motoboys, trabalhadores de limpeza, vestuário e domésticas, todos do setor de comércio e serviços.

¹⁸ Bancários, metalúrgicos, químicos, trabalhadoras do vestuário, do telemarketing, motoboys e motoristas de ônibus sofrem com um ou mais desses fatores.

Mesmo assim, os bancários constituem o setor com o maior número de greves nacionais, aspecto que pode ser compreendido em função do seu poder associativo e orientado por uma concepção orgânica de sindicalismo, e da realização de negociação coletiva em âmbito nacional. No entanto, após 2016, as greves passaram a ser mais raras.

O setor metalúrgico passa por um processo de reorganização produtiva que reduz a base de representação nas empresas. O fechamento de unidades produtivas devido a estratégias das grandes corporações (caso da saída da Ford do Brasil) e o processo histórico de desindustrialização do país agravou-se com as dificuldades de obtenção de componentes com desorganização das cadeias de fornecimento a partir da pandemia. Ao mesmo tempo, a reestruturação está alterando o perfil da base de representação, com o aumento de jovens, sem experiência e interesse no sindicato e com o avanço dos contratos atípicos. São novos desafios para sindicatos que gozavam de poder estrutural no passado. Ainda assim, o setor continua sendo protagonista de greves importantes e está entre as categorias que mais realizaram greves no período analisado na tabela 1, com pautas que não são somente defensivas (as principais reivindicações são PLR, alimentação e reajuste salarial). Como são entidades mais estruturadas, é comum apoiarem mobilizações e greves de outras categorias de sua região¹⁹.

O setor do vestuário, por sua vez, caracteriza-se pela pulverização da base em pequenas empresas, onde predomina a força de trabalho feminina e a informalidade. Essa condição propicia o retorno a formas pretéritas de trabalho, como o trabalho em domicílio, e até mesmo o registro de trabalho análogo ao escravo, sobretudo entre imigrantes indocumentados na cidade de São Paulo. O processo de deslocamento de empresas para o sudeste asiático e a migração de empresas no território nacional (do Sudeste para o Nordeste) ocasionaram um aprofundamento da precariedade no setor. As mudanças repercutem sobre a base, pois muitos se transformam em microempreendedores individuais e contratam um funcionário para ajudar na produção em domicílio, criando diversas camadas de subcontratação e sobrepondo o endividamento à perda dos direitos assegurados aos assalariados formais. A precariedade favorece a inserção de jovens sem qualificação em busca do primeiro emprego, e o crescimento do número de jovens na

¹⁹ Esse é o caso dos metalúrgicos de São José dos Campos.

base impacta a taxa de sindicalização, pois eles tendem a ser menos engajados. Nos dois sindicatos pesquisados, em São Paulo e Ibitinga, aparece o problema do envelhecimento dos associados. A fragilidade do poder estrutural se evidencia também por ser o setor, dentre os segmentos industriais considerados na pesquisa, que realiza menos greves.

O setor de comércio é, também, uma tradicional porta para o mercado de trabalho, concentrando trabalhadores jovens. Caracterizado pela dispersão e pelo predomínio de pequenos estabelecimentos, o setor é ainda marcado por uma rotatividade superior à média da economia. A maioria dos comerciários está dispersa em pequenas e microempresas. Embora minoritários, os grandes estabelecimentos – supermercados, grandes redes e centros de distribuição onde predominam empresas multinacionais – concentram maior número de trabalhadores e constituem os espaços de maior conflito e de ações grevistas (Trópia, 2015; Lemos, 2019). De todo modo, o comércio é um setor com baixa capacidade de mobilização e reduzida atividade grevista, como mostra a tabela 1. As relações de trabalho e a ação sindical no setor também vêm sendo impactadas pelas tecnologias, que possibilitaram a ampliação do comércio eletrônico e a proliferação de lojas virtuais, bem como pelas mudanças na legislação, com o aumento da terceirização, da pejotização e do “vendedor digital”, o que restringe a base dos sindicatos do comércio.

A alta rotatividade, o predomínio de uma força de trabalho jovem, e predominantemente feminina, e a ausência de tradição de lutas também caracterizam o setor de call center e o de tecnologia de informação. Segundo dados apresentados pelo sindicato (Sintratel), 40% dos jovens operadores de telemarketing estão em seu primeiro emprego. Conforme a tabela 1, o setor está entre os que realizam poucas greves.

No setor da tecnologia da informação também ocorreu um processo de enfraquecimento do poder estrutural. Apesar de ser muito dinâmico e estratégico, a rotatividade é uma característica presente, com mais intensidade no setor privado, pois prevalecem, em geral, condições de trabalho precárias, com exceção das grandes empresas internacionais (Bridi e Motim, 2014). Ao mesmo tempo, muitos profissionais mudam constantemente de emprego – com vínculos de trabalho bastante diversificados –, prevalecendo uma estratégia mais individualizada dos trabalhadores em busca de melhores oportunidades, já que o setor está em expansão (Castro, 2016). E, ainda, no setor público, há um forte crescimento da terceirização, que também se

caracteriza por relações muito instáveis. Assim, no setor de tecnologia, apesar da importância econômica, a heterogeneidade de situações é tão intensa, que permite a existência de uma dinâmica que não passa pela intermediação sindical. Portanto, a capacidade de ação coletiva é diminuta e se expressa na baixa capacidade grevista, especialmente após 2015.

Apesar das condições de trabalho historicamente precárias, o setor rural tem uma forte tradição de organização sindical, tendo protagonizado inúmeras lutas no campo (Favareto, 2006; Medeiros, 2014; Piccoloto, Medeiros, 2016; Correa, 2018). A diversidade de situações de trabalho e vínculos com a terra levou à constituição de organizações de assalariados e de agricultores familiares (pequenos proprietários assentados por programas de reforma agrária) que, por vezes, coexistem no interior de uma mesma entidade.

Entre os agricultores familiares, a heterogeneidade de situações coloca obstáculos para a criação de uma identidade coletiva. Muitos pequenos proprietários, beneficiados pelas políticas públicas adotadas até 2016 e pelas novas tecnologias disponíveis, alcançaram condições materiais de sobrevivência mais favoráveis. O desenvolvimento de novos produtos baseados, sobretudo, na agricultura orgânica, e a diversificação da produção viabilizaram economicamente a pequena propriedade, fortalecendo seu poder estrutural. Outros pequenos proprietários, por sua vez, desenvolveram relações de dependência e subordinação à agroindústria (Nogueira, 2014). Já no caso dos assalariados, a despeito da expansão da agricultura baseada no agronegócio, observa-se a contratação de um número menor de trabalhadores e o crescimento do trabalho informal, o que enfraquece seu poder estrutural.

As domésticas também constituem uma categoria precária, mas com tradição de organização e luta. Além da prevalência da informalidade na contratação, o fato de serem empregadas por pessoas físicas e não por pessoas jurídicas dificulta a fiscalização e o cumprimento dos direitos, assegurados em lei apenas em 2015. Nos últimos anos têm se difundido também outras duas formas de contratação precárias, que negam o vínculo empregatício: 1) a contratação via aplicativo ou sites, 2) a contratação via MEI (Microempreendedor Individual), que dá direito a benefícios previdenciários mediante contribuição mensal da trabalhadora, considerada “empreendedora” e não assalariada. Todos esses aspectos fazem com que os sindicatos que representam a categoria, como o Sindoméstico-BA, tenham baixo poder estrutural.

Essa condição se repete em praticamente todos os sindicatos que representam trabalhadores precários, especialmente os novos (como o caso do comércio informal), os que representam categorias recém-criadas (a exemplo dos motoristas de aplicativo) ou fortemente transformadas pela chegada de aplicativos (motoboys). Observa-se, no caso dos trabalhadores informais e desprovidos de direitos trabalhistas, uma grande pressão por parte dos empregadores (que, no caso de entregadores e motoristas, são aplicativos) ou dos próprios trabalhadores, no caso do comércio informal, para que se registrem como MEI. Para as empresas de aplicativo, é uma forma de se protegerem de ações na Justiça do Trabalho, uma vez que os próprios trabalhadores se reconheceriam como autônomos. Para os trabalhadores do comércio informal, que são, de fato, autônomos, a formalização como MEI representa uma proteção mínima, já que garante aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade. Apesar do baixo poder estrutural dessas categorias, elas vêm se destacando por sua capacidade de promover manifestações e paralisações em defesa de melhores condições de trabalho, remuneração e contra as discriminações que sofrem dos aplicativos, embora nem sempre essas paralisações sejam convocadas pelos sindicatos²⁰.

Os sindicatos que representam trabalhadores considerados autônomos – apesar da maioria das vezes isso encobrir uma relação de emprego disfarçada – tendem a privilegiar manifestações de rua, tanto para defender condições para a realização do trabalho quanto para reivindicar políticas públicas que garantam proteção social ou viabilizem o exercício de suas atividades profissionais. Por exemplo, as mobilizações contra os governos, tais como ocorre na agricultura familiar e entre os vendedores ambulantes, ou as mobilizações dos trabalhadores por plataforma digital contra os aplicativos (as paralisações ou “breques”) interrompem o fluxo de pessoas e a circulação de mercadorias a fim de dar visibilidade às lutas e às reivindicações dos trabalhadores envolvidos.

As categorias historicamente mais precárias e/ou com forte incidência de terceirização (vestuário, assalariados rurais, comerciários) expressam seu baixo poder estrutural na realização de poucas greves, conforme a tabela 1. As greves são majoritariamente contra o descumprimento de direitos, como atraso de salários. No caso do setor de vestuário chama atenção que, dentre

²⁰ Como observado nos casos do Sindmaap e Sindimoto.

as principais reivindicações, apareça o tema relativo à saúde em função do assédio moral das chefias. Os trabalhadores do transporte compõem o setor com o terceiro maior número de greves (1.670), conforme a tabela 1, mas fazem greves curtas (média de 16,98 horas paradas por greve), sendo 75,7% de caráter defensivo e na maioria absoluta dos casos conseguem atendimento total ou parcial de suas reivindicações. Também este setor luta para não perder direitos. Asseio e conservação também é um setor composto por categorias marcadamente precárias, sem tradição organizativa, e com indícios de fragilidade estrutural e associativa. No período estudado, o setor revelou algum ineditismo pelo número de greves deflagradas (877), muito embora sejam greves mais curtas, majoritariamente defensivas (86%) e por empresa.

Diante dos casos analisados, é possível afirmar que na grande maioria das 27 entidades pesquisadas, em maior ou menor grau, houve alguma perda de poder estrutural, mas os movimentos são heterogêneos. Há setores que, em função do contexto, ganharam algum poder estrutural, seja pela existência de organizações econômicas como cooperativas (no caso dos assalariados rurais) ou mesmo partindo de uma realidade muito precária e sem tradição de luta. Ainda assim, não foi possível identificar situações claras de fortalecimento do poder estrutural das entidades analisadas.

3.2. Poder associativo

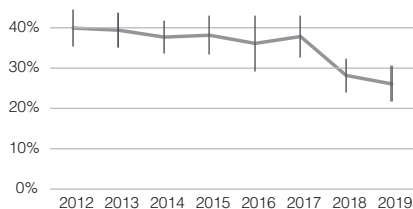
O baixo poder estrutural, ou sua diminuição, nos casos em que ele anteriormente era elevado, impacta o poder associativo dos sindicatos. Analisando a taxa de sindicalização para os setores pesquisados, chama a atenção que, com exceção da administração pública, os setores mais tradicionais do sindicalismo são os que mais perderam filiados, tais como os metalúrgicos, químicos, bancários, correios e educação. É um fenômeno que pode ter relação com a reconfiguração das classes trabalhadoras e o movimento de desestruturação do mercado de trabalho, especialmente após 2014.

Os dados expostos no gráfico 2, abaixo, indicam esse movimento²¹:

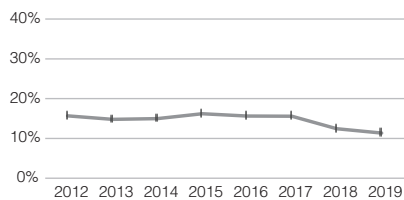
²¹ O gráfico é uma aproximação dos setores nos quais se inserem os 27 sindicatos analisados na pesquisa qualitativa. Para isso, foram utilizadas as rubricas da CNAE Domiciliar 2.0, que facilita uma maior desagregação na composição dos setores analisados. Os dados são para o Brasil, pois a PNADC não permite identificar os números para cada categoria específica analisada em nível municipal.

Gráfico 2. Taxa de sindicalização entre assalariados formais setores selecionados 2001-2019

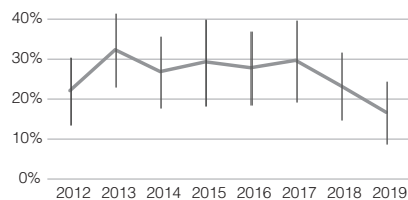
Bancários



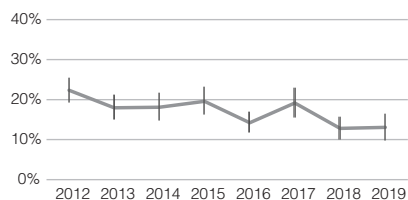
Comerciários



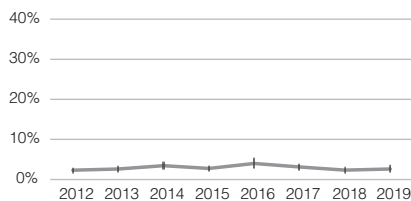
Correios



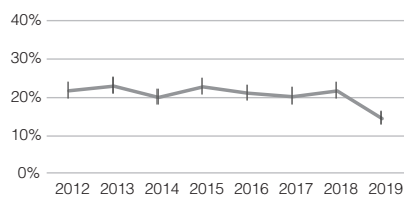
Costureiras



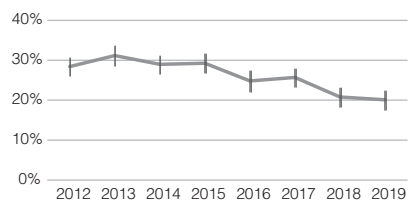
Domésticos



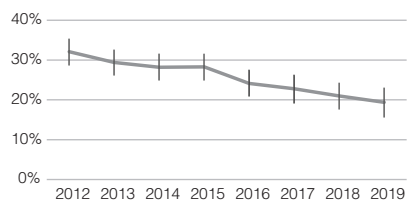
Educação



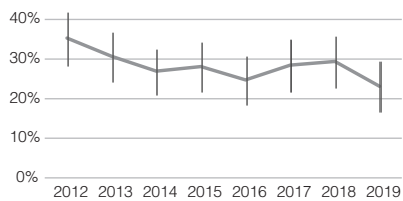
Entregadores



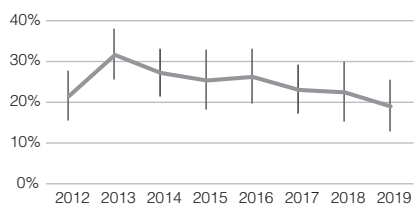
Metalúrgicos



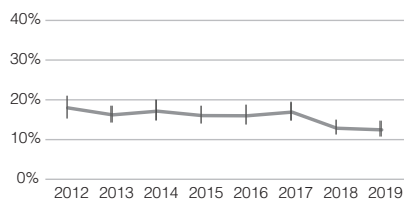
Petróleo



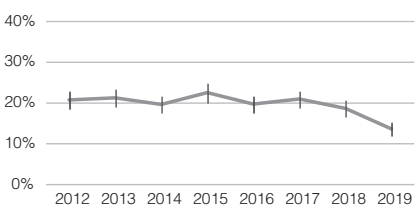
Químicos



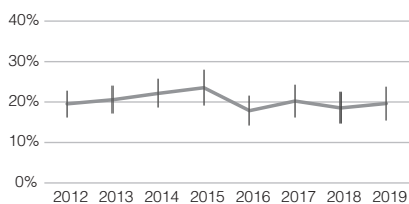
Rurais



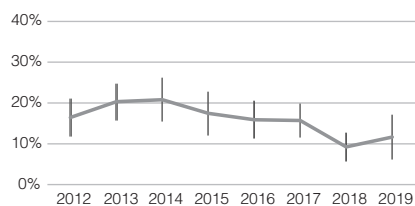
Saúde



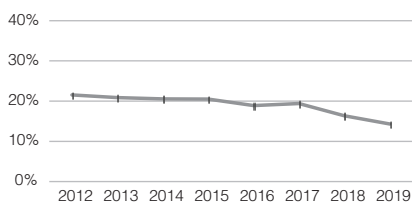
Servidores públicos



Telemarketing



Outros



Fonte: Elaboração Arthur Welle com base na PNADC Anual. Intervalo de confiança a 95%.

O gráfico mostra que há uma tendência geral de queda entre 2013 e 2017, mas com movimentos díspares entre os setores. Enquanto a administração pública, os entregadores assalariados formais, os serviços domésticos, os comerciários, o setor da saúde e os petroleiros apresentam alguma estabilidade, metalúrgicos, químicos, bancários, telemarketing e rurais apresentam uma queda sistemática no período. A partir de 2018 o cenário muda, pois, com exceção da administração pública e dos serviços, que são segmentos não afetados diretamente pela reforma trabalhista de 2017, os demais apresentam um declínio intenso da densidade sindical.

Considerando o período como um todo, a administração pública e os serviços domésticos não apresentaram queda entre 2012 (19,5% e 2,3%, respectivamente) e 2019 (19,7% e 2,6%, respectivamente). Entre os servidores da administração pública, houve um pequeno crescimento da sindicalização até 2014 (23,5%), seguido por uma queda até 2016 (17,8%) e, nos últimos 3 anos da série, uma nova recuperação, de tal modo que a recuperação da taxa de sindicalização neste cenário tão adverso constitui um efeito do trabalho e da luta das entidades. As lutas contra a reforma da previdência, bem como a resistência às privatizações, podem ter contribuído para o aumento da sindicalização.

A despeito das variações nos dados agregados, na maior parte dos casos pesquisados observa-se a perda de filiados (com exceção do Sindsep-SP, que registrou aumento). A queda da filiação tem relação com um mercado de trabalho mais informal e com o aumento do desemprego, mas também com uma certa dificuldade do sindicalismo brasileiro em dialogar e alcançar os trabalhadores e as trabalhadoras mais precarizadas, seja por meio de lutas mais amplas e menos corporativas, seja pela tentativa de representação na prática de categorias que não pertencem à base de representação legal dos maiores sindicatos, como os terceirizados. Por esse motivo é que a queda na taxa de sindicalização é tão expressiva entre os assalariados formais e em categorias com forte tradição sindical, cujas bases estão sendo encolhidas por processos de terceirização, por mudanças no perfil dos representados e a partir de alterações tecnológicas e regulatórias.

A perda de poder associativo acarreta a perda de recursos financeiros por parte dos sindicatos, sobretudo após a reforma trabalhista e a dificuldade de cobrar a taxa negocial de quem não é sócio do sindicato. As receitas foram menos afetadas no caso dos sindicatos que tinham como

principal fonte a mensalidade associativa, que é o caso dos grandes sindicatos mais estruturados do setor público e do privado. Em alguns casos, as entidades conseguiram manter alguma taxa negocial, mas com o direito de oposição dos trabalhadores ou a exigência de concordância expressa do trabalhador para efetuar o desconto. Com a queda de arrecadação, os sindicatos do setor privado diminuíram, em geral, as suas estruturas físicas (subsedes, tamanho da sede, número de carros) e também reduziram os serviços (atendimento jurídico, médico, descontos, convênios com empresas, colônia de férias) prestados aos sócios.

Com exceção do sindicato dos trabalhadores do comércio informal, praticamente todos os sindicatos pesquisados oferecem serviços como forma de atrair novos filiados, sobretudo os jovens, que tendem a ser mais refratários à organização sindical e a desconhecer o histórico de lutas de suas entidades, embora essa estratégia pareça ser mais eficaz na manutenção dos sócios do que na atração de novos filiados. A situação é distinta nos sindicatos rurais, nos quais os serviços assistenciais são escassos, sendo priorizados os serviços para a regularização de documentos, concessão de benefícios previdenciários e apoio para organização de entidades de assessoria técnica e/ou constituição de cooperativas. Se, no passado, o oferecimento de serviços era um dos aspectos que caracterizavam o sindicalismo pelego e assistencialista, essa prática passa a ser incorporada também por sindicatos de maior tradição militante, de modo que parece não ser mais possível diferenciar o perfil político-ideológico dos sindicatos por meio do investimento em serviços.

De toda forma, a redução de recursos, especialmente com o fim do imposto sindical, restringe o leque de serviços oferecidos e coloca os sindicatos diante da necessidade de superar a histórica e enraizada perspectiva utilitarista como razão primordial para a filiação sindical. Apesar de quase todos os dirigentes entrevistados afirmarem que o sindicato está priorizando a campanha de filiação, ela se reduziu após a reforma trabalhista de 2017. A redução de recursos fez com algumas iniciativas mais custosas fossem reduzidas ou eliminadas, tais como a realização de festas massivas para divulgar a existência do sindicato e estimular a filiação dos jovens trabalhadores do telemarketing, como no caso do Sintratel. Outro exemplo, é a redução de eventos com sorteios de prêmios (comerciários de SP), o que indica a necessidade dos sindicatos buscarem promover um engajamento mais solidário e militante.

As experiências analisadas mostram a importância da associação como principal fonte de recursos. Ao mesmo tempo, outras fontes vão sendo viabilizadas, especialmente por sindicatos de categorias precárias como domésticas, vendedores ambulantes e rurais, tais como: parcerias com entidades nacionais e internacionais, captação de recursos públicos via projetos, assessoria militante, parceria com outras organizações econômicas criadas com participação sindical, solidariedade de entidades mais estruturadas, percentual de benefícios obtidos pela entidade e cobrança pelos serviços prestados.

Se os serviços não permitem distinguir as diferenças político-ideológicas entre os sindicatos, estas revelam-se mais claramente nos discursos dos dirigentes e nas estratégias privilegiadas pelos sindicatos, sendo possível identificar: 1) discursos utilitaristas e de auto-ajuda, que apresentam o sindicato como um clube de serviços e não assumem uma clara perspectiva de defesa de direitos (costureiras de SP); 2) discursos que, embora afirmem a defesa de direitos, expressam uma disposição para parceria com o patronato e para a negociação de direitos, considerada como um mal menor (trabalhadores da limpeza, motoboys); 3) discursos que focam a defesa de direitos e a construção de laços de solidariedade no interior da categoria e da classe trabalhadora (domésticas, comércio informal); 4) discursos que focam o antagonismo de interesses entre capital e trabalho, se opõem à lógica predatória dos mercados e às políticas neoliberais implementadas pelos diferentes níveis de governo. Isso se verifica em grande parte das entidades entrevistadas, especialmente do setor público, dos rurais, das entidades com inserção no debate nacional e também em algumas entidades que representam categorias mais precárias, em que a defesa do direito de poder trabalhar²² se contrapõe aos interesses do capital. Ou seja, esses discursos e estratégias não são excludentes, podendo conviver no interior de uma mesma organização, indicando, por vezes, tensões e disputas entre diferentes correntes que aspiram ao seu controle.

A questão da parceria está presente tanto no discurso quanto na prática sindical. Diante da escassez de recursos para exercer suas atividades,

²² O Sintraci, por exemplo, surge para defender o direito ao trabalho dos camelôs e ambulantes, ou seja, a legitimidade do comércio informal diante do grande comércio.

alguns sindicatos buscam parceria com empresas, seja mediante convênios e publicidade²³, seja mediante o pagamento de taxa negocial por parte das empresas, como é caso dos químicos e do telemarketing²⁴, o que, como os próprios dirigentes reconhecem, traz o risco de comprometer a autonomia dos sindicatos.

As diferentes concepções e orientações sindicais também se traduzem na ausência ou presença de organização no local de trabalho²⁵ e na preocupação com a politização de sua base. A organização sindical no local de trabalho é um desafio para grande parte das entidades pesquisadas, que têm frágil presença junto às empresas. Ainda assim, há experiências bastante promissoras, como os comitês de empresas nos metalúrgicos do ABC, os delegados sindicais nos correios, as associações comunitárias (autônomas) em todas as localidades rurais de Apodi, a garantia de comissões locais de representação de acordo com o número de empregados das empresas (trabalhadores rurais de Juazeiro). O setor público consegue obter um maior enraizamento territorial por meio de práticas como o *Sindicato Itinerante*, estrutura que se desloca em busca do trabalhador, adotada pelas entidades que representam trabalhadores da saúde da Bahia e os servidores municipais de São Paulo.

Mesmo sindicatos com baixo poder associativo²⁶ têm buscado construir formas de organização de base por meio de “lideranças” ou “delegados sindicais” distribuídos em diferentes localidades onde está sua base de representação²⁷. Alguns sindicatos estão buscando novas investidas, inclusive descentralizando as negociações por empresa, o que exige uma estrutura no seu interior, como é o caso da tecnologia da informação. E ainda, há a estratégia adotada pelos comerciários do Rio de Janeiro, de fortalecer as CIPAS para permitir ao sindicato ter representação no local de

²³ Exemplos nesse caso são os sindicatos de motoristas de aplicativo, motoboys, rodoviários, comerciários de São Paulo e do Rio de Janeiro.

²⁴ Caso do SINTRATEL e dos Químicos-Unificados.

²⁵ Prática desenvolvida pelos sindicatos da educação (Minas Gerais e Paraná), do vestuário de Ibitinga, dos metalúrgicos do ABC, dos trabalhadores do telemarketing, dos vendedores ambulantes e pelos três sindicatos rurais de nossa amostra.

²⁶ Como no caso do comércio informal e dos comerciários do RJ.

²⁷ As entidades em que há delegados sindicais formalizados são: tecnologia da informação, rurais de Juazeiro, trabalhadores da educação pública (representantes de escola que, no caso do Paraná, têm poder deliberativo).

trabalho. O mesmo ocorre com os rodoviários, que contam também com a presença de cipeiros. Assim, apesar das dificuldades, a pesquisa mostra que há formas de estreitar o contato com os trabalhadores e que onde essa relação está mais fortalecida, as taxas de sindicalização são mais elevadas.

Diante da dificuldade de realizar grandes eventos, a promoção de encontros com a base no interior das empresas permite detectar os problemas que ocorrem com os trabalhadores nos locais de trabalho, como nos setores de tecnologia de informação e de telemarketing. Outras entidades continuam apostando na realização de eventos de lazer e campeonatos esportivos como forma de aproximação com os trabalhadores e abertura de espaço para a discussão política, como relatado pelos químicos²⁸. Cumpre destacar que, sem liberação dos dirigentes para o trabalho sindical, a organização no local de trabalho fica praticamente inviabilizada. Entretanto, é possível encontrar soluções criativas para suprir essas lacunas.

As diferenças entre os sindicatos se expressam, ainda, em sua disposição para representar trabalhadores terceirizados e outros que não integram formalmente a categoria. Quando contratados por uma empresa cuja atividade econômica é diferente da empresa para a qual prestam serviços, os terceirizados são, conforme os termos de nossa legislação sindical, parte de outra categoria profissional. Diante desse empecilho, a pesquisa encontrou as seguintes situações: 1) sindicatos que buscam contornar os limites da estrutura sindical, conseguindo representar diretamente os terceirizados (bancários); 2) sindicatos que promovem mudanças estatutárias para representar os terceirizados (educação do Paraná); 3) sindicatos que atendem os terceirizados, mas não os filiam, nem procuram disputar sua representação (motoboys, correios); a não existência de qualquer estratégia sindical em relação aos terceirizados (servidores municipais de São Paulo e saúde da Bahia).

Entre as experiências analisadas, destaca-se a criação da figura do “sócio especial” (bancários) para permitir a sindicalização dos trabalhadores do ramo financeiro não considerados bancários e que, portanto, são representados formalmente por outros sindicatos (correspondentes bancários atuando em lotéricas e agências de correio; agentes de crédito

²⁸ Nos Químicos-Unificados há um centro onde se realizam atividades de formação sindical, encontros políticos, festas e jogos para estimular a discussão política.

de fintechs, empresas de pagamento e de intermediação financeira; trabalhadores de tecnologia da informação e centrais de atendimento). O esforço para representar “na prática” os trabalhadores não bancários do ramo financeiro diante do estreitamento da categoria bancária é uma forma de manter o poder associativo do sindicato.

Outro exemplo é dos metalúrgicos de Ipatinga, que também criou a figura do sócio usuário e, além disso, representa, inclusive legalmente, os terceirizados metalúrgicos. Em 2013, o sindicato apoiou a greve de uma empresa terceirizada. Os metalúrgicos do ABC também representam os terceirizados e procuram representar, inclusive, os terceirizados de outras categorias, ainda que não possam fazê-lo “de direito”.

A figura do sócio usuário também existe nos sindicatos do vestuário, o que permite a incorporação das costureiras sem vínculo empregatício, inclusive as que trabalham em domicílio. Essa estratégia é antiga no caso do sindicato das costureiras de São Paulo (remonta a 1998), mas pouco efetiva para alavancar a sindicalização da categoria. Pode-se, aqui, levantar a hipótese de que o oferecimento de serviços tem limites quando se trata de uma estratégia massiva e eficiente de sindicalização e que o discurso de auto-ajuda vai na contramão do estímulo à sindicalização, pois reforça aspectos individualizantes, e não coletivos, para a superação e o enfrentamento dos problemas na esfera laboral.

Os químicos decidiram, em congresso realizado em 2015, abrir-se para a filiação de trabalhadores de fora da categoria. Trata-se de uma tentativa de dialogar com mais trabalhadores e de conter o enfraquecimento de suas bases de poder.

O sindicato dos profissionais da educação do Paraná não apenas se propõe a organizar e representar os trabalhadores terceirizados, mas realizou alterações estatutárias para incorporar os trabalhadores contratados temporariamente, cobrando também contribuição diferenciada de acordo com a faixa de renda por categoria e tipo de contrato, para estimular a sindicalização. Nesse caso, a hipótese é que as orientações políticas das lideranças desempenham um papel importante no enfrentamento aos limites da estrutura sindical, permitindo ao sindicato explorar as brechas legais, ou mesmo ignorar a legislação, para promover a ampliação de sua base. Mas nos parece que há um outro fator a ser mencionado: além da orientação política, a mudança na direção contribui para a adoção de práticas inovadoras nesse campo. Com efeito,

observa-se uma alteração no perfil dos metalúrgicos de Ipatinga depois que o sindicato se desfilou da Força Sindical para aderir à Intersindical - Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. A mudança na direção, nesse caso com a eleição de uma chapa afinada com a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), também alterou a prática dos comerciários do Rio de Janeiro que, desde 2015, tem procurado compensar, não sem dificuldades, a ausência de tradição de luta comerciária na cidade.

Embora represente predominantemente os trabalhadores formais, o sindicato dos motoboys procura incorporar os informais e faz um esforço para filiá-los, sem, todavia, ser bem sucedido nessa tarefa. As características da categoria – como a baixa renda e a percepção do trabalho como algo transitório, ainda que não o seja na prática – e as diferentes posições com relação à regulação do trabalho podem ajudar a entender essa dificuldade. O sindicato defende o reconhecimento do vínculo empregatício entre os entregadores e empresas de aplicativo, uma posição que não é consensual na categoria porque “ser CLT” (ou seja, ter um contrato regido pela legislação trabalhista brasileira) significa uma redução de ganho imediato, apesar de garantir proteção e direitos ao trabalhador.

O esforço para alargar a representação para outras categorias, ainda que não se possa representá-las legalmente, também apareceu na pesquisa. Como exemplo, a subseção do sindicato da confecção de Ibitinga foi transformada em uma “casa solidária”, destinada para uso coletivo. Nela, vários sindicatos (servidores públicos, trabalhadores rurais e outros) compartilham custos e recebem denúncias feitas por trabalhadores de outras categorias, que percebem a importância de um espaço como esse em tempos de ataques aos direitos trabalhistas.

A pesquisa indica que as entidades com orientação política mais à esquerda tendem a desenvolver maiores esforços para incluir os terceirizados e os informais. No entanto, no caso do setor público, observa-se que, mesmo quando os sindicatos desenvolvem ações solidárias com outras categorias e com os terceirizados de sua base, a defesa do ingresso por concurso dificulta a criação de uma identidade coletiva entre os servidores e os terceirizados. O sindicato dos servidores municipais de São Paulo afirma que gostaria de representar os terceirizados, mas se conforma diante da impossibilidade de fazê-lo legalmente e o Sindsaúde-BA não se dispõe a disputar a representação.

Um aspecto comum a quase todos os sindicatos pesquisados é o investimento na comunicação com a base. A necessidade de lidar com o mundo virtual faz com que os sindicatos deem maior atenção às redes sociais, com destaque para o WhatsApp, por meio do qual são enviadas notícias e informes de interesse da categoria. O aplicativo vem sendo apontado como o instrumento mais importante para atingir os mais jovens, que são de difícil sindicalização e não comparecem em assembleias. São também um modo de se aproximar dos trabalhadores, oferecendo-lhes meios para o cálculo salarial, da jornada de trabalho, de comissões e, ao mesmo tempo, de divulgação das ações sindicais, como é o caso dos comerciários do RJ. Alguns sindicatos possuem programas de rádio (bancários, metalúrgicos e rurais do Alto Uruguai e Apodi) ou transmitido pelas redes sociais (como o “Programa em Movimento”, dos metalúrgicos de São José dos Campos, que tem como objetivo formar a base em temas de conjuntura, ou o programa *Funcionários em foco* transmitido ao vivo semanalmente pelas redes sociais, Youtube e Facebook, da educação do Paraná) e até mesmo um canal de televisão, a TVT (TV dos trabalhadores - iniciativa conjunta dos bancários de SP e dos metalúrgicos do ABC) e a TV MOV (projeto alternativo de comunicação dos Químicos-Unificados).

Outros reestruturaram o setor de comunicação e realizaram pesquisas para adaptar a comunicação sindical ao repertório, às percepções e à consciência de sua base (comerciários do RJ). A realização de pesquisas (também nos bancários e comerciários de SP, que desenvolvem investigações para saber as razões da filiação e desfiliação, os temas que devem ser priorizados nas negociações, o perfil da base, as necessidades de grupos específicos, como as mulheres), o levantamento de pautas por meio de enquetes por empresa (trabalhadores de tecnologia da informação) e o contato mais próximo com a base (como no caso do telemarketing) permitem ao sindicato conhecer o perfil social da categoria.

Na perspectiva de ampliar a representatividade e organização, muitos sindicatos desenvolvem ações para grupos específicos dentro da categoria, tais como gênero, raça, geração (jovens e aposentados), por meio de secretarias próprias e planos de ações que extrapolam as questões econômicas e que colocam em evidência a importância do combate às diferentes formas de discriminação e opressão. O oferecimento de cursos de formação, porém, parece ter perdido importância nos anos recentes e, nos

sindicatos em que isso ocorre²⁹, geralmente se prioriza a própria diretoria. Ainda assim, em algumas entidades pesquisadas a formação é constante e há política de atividades tanto para a base quanto para a direção, tais como profissionais da educação do Paraná, metalúrgicos do ABC, rurais de Apodi e Alto Uruguai e bancários.

O setor público e os sindicatos mais estruturados no setor privado têm a prática de promover assembleias periódicas e isso se manteve com a pandemia por meio de assembleias virtuais, avaliadas positivamente por permitirem uma maior participação dos trabalhadores. O uso das redes e de plataformas de organização de atividades coletivas proporcionou uma interação maior com a base, em um contexto de pandemia e de diminuição de recursos. Até trabalho de sindicalização virtual foi realizado, como no caso dos bancários. Também foram inúmeros os debates por meio de lives com a categoria. Essa nova forma de comunicação com a base pode ser aprimorada e utilizada pelos sindicatos no contexto pós-pandemia, em que as dificuldades financeiras e de deslocamento persistem. As categorias mais precárias e menos estruturadas, por seu turno, realizam menos assembleias e encontram dificuldades para promover a aproximação com a base, a despeito das ferramentas tecnológicas disponíveis.

Entre os assalariados rurais, observa-se a organização de cooperativas de assistência técnica, crédito e escoamento da produção com a finalidade de viabilizar as atividades de cultivo e manufatura dos alimentos. São organizações autônomas, que contribuem para o aumento da produtividade e para a melhoria da renda dos agricultores familiares. Por exemplo, a fim de assegurar autonomia econômica às mulheres de Apodi, o sindicato constituiu uma aliança com o Centro Feminista 8 março, viabilizando convênios com os entes públicos, atividades de formação e assessoria técnica, meios de comercialização, etc.

Do ponto de vista da estrutura organizativa, mesmo com a queda da sindicalização e a redução do número de trabalhadores, não foi possível identificar experiências de unificação de sindicatos. O sindicato do Alto Uruguai criou um sindicato regional em 2003, mas esse processo de unificação se deu por meio da separação entre a agricultura familiar e os assala-

²⁹ Servidores de SP, saúde da BA, metalúrgicos de São José dos Campos, comerciários do RJ, domésticas, Químicos-Unificados, rurais do Alto Uruguai.

riados. A prevalência de sindicatos mais específicos parece ainda predominar no mundo sindical brasileiro e é bastante recorrente no sindicalismo rural. O sindicato dos assalariados rurais de Juazeiro, por exemplo, é fruto de um desmembramento do sindicato geral dos trabalhadores rurais. Isso também se verifica no sindicalismo urbano: depois de uma experiência de unificação com os químicos, os petroleiros da Bahia voltaram a se organizar separadamente em 2011.

Diante do exposto, é possível afirmar que a maioria das 27 entidades pesquisadas têm despendido esforços para recuperar o poder associativo, mas com pouco sucesso, até o momento. No entanto, em geral, muitas entidades estudadas apresentam uma sindicalização muito acima da média brasileira e, conseqüentemente, as entidades continuam apresentando, em geral, capacidade de ação coletiva e de representação de sua base. Ou seja, algumas entidades continuam sendo bastante representativas, apesar de perderem força. Ao mesmo tempo, aquelas que sempre tiveram dificuldades no poder associativo também encontram formas de realizar seu trabalho, o que depende muito de uma direção militante.

Assim, não obstante a fragilização do poder associativo da grande maioria dos casos pesquisados, é possível encontrar práticas bem-sucedidas em diferentes setores, sobretudo em matéria de comunicação, alguma aproximação com a base e tentativas dispersas de ampliar a representação.

3.3. Poder institucional

Na análise do poder institucional, quatro dimensões serão destacadas: 1) as regras e processos resultantes nas negociações coletivas; 2) as relações com as instituições públicas da área do trabalho e das esferas do Estado na perspectiva da defesa dos direitos, da proteção social e/ou de políticas que viabilizem a ocupação dos representados; 3) a pressão sobre os poderes legislativos e executivos contra reformas e políticas prejudiciais aos trabalhadores (a exemplo das várias manifestações e atos contra as reformas trabalhistas e previdenciária em 2017 e 2019, dos quais praticamente todas as entidades pesquisadas participaram); 4) a atuação dos dirigentes na institucionalidade política vigente, que vai desde buscar eleger parlamentares e/ou candidatos para o poder executivo até a participação em conselhos populares destinados a debater, subsidiar e formular políticas públicas (conselho da saúde, da assistência social,

criança e adolescente, fórum da agricultura familiar, conselho de emprego e renda, etc..).

A luta pela preservação de direitos foi um dos principais eixos da atuação dos sindicatos entre 2015 e 2021. Nas negociações coletivas, onde se expressa de forma mais contundente o poder institucional das organizações de trabalhadores, observa-se a prevalência de uma estratégia mais defensiva, com uma tendência de esvaziamento do poder negocial, mas também algumas conquistas pontuais. Os dirigentes entrevistados, de modo geral, reconhecem que as empresas foram mais incisivas na apresentação de sua pauta. Entre os direitos perdidos mais citados estão: 1) o não pagamento das horas *in itinere* (metalúrgicos de Ibitinga, rurais de Juazeiro); 2) a possibilidade de parcelamento das férias em 3 vezes; 3) a redução dos benefícios sociais, tais como o valor pago para convênio médico (tecnologia de informação); 4) a não realização da homologação da rescisão do contrato no sindicato (comerciários do RJ). Também houve o crescimento de novos temas que ampliaram a flexibilização, especialmente em relação à jornada de trabalho (tais como a jornada 12x36 e o banco de horas no comércio, item em que as entidades perderam força), à remuneração variável e à terceirização.

As novas conquistas indicadas foram: 1) a proibição ou restrições à terceirização em atividades fim (rurais de Juazeiro, metalúrgicos de Ipatinga e São José dos Campos); 2) acordos extensivos aos trabalhadores das empresas terceirizadas (metalúrgicos de Ipatinga); 3) a manutenção da homologação no sindicato (rurais de Juazeiro); 4) ampliação de benefícios sociais (por exemplo, o vale alimentação na Usiminas); 5) a extensão de benefícios à relação homoafetiva e a ampliação da licença gestante (químicos); 6) realização de campanha de sindicalização no interior da empresa (metalúrgicos de Ipatinga); 7) a liberação de diretores sindicais (metalúrgicos de Ipatinga); 8) a formalização de uma taxa negocial, ou taxa de fortalecimento sindical (assalariados rurais, bancários, tecnologia de informação, petroleiros). No entanto, a existência da regra no instrumento normativo não significa que o financiamento tenha se concretizado, dada a existência do direito de oposição e/ou a necessidade de anuência dos trabalhadores para a efetivação do desconto³⁰. É, ainda, importante

³⁰ Há, também, acordos em que o pagamento da taxa negocial cabe às empresas (telemarketing). Porém, essa forma de sustentação, que hoje representa 60% da receita do sindicato (Sintratel), tornou-se inviável, pois, a cada conflito, as empresas suspendem o pagamento.

destacar que a organização sindical fez diferença na pandemia, ao garantir condições de trabalho menos expostas à contaminação, preservar a renda dos trabalhadores nos acordos de redução de jornada e isolamento social, limitar a flexibilização do uso do tempo, assegurar condições para o exercício do teletrabalho, etc (Krein, 2021).

Os instrumentos normativos com maior nível de direitos são encontrados nas entidades mais estruturadas. No entanto, em categorias economicamente menos estruturadas, há exemplos significativos de resistência e também alguns avanços, como a proibição de terceirização da atividade fim entre os assalariados rurais e a resistência ao trabalho aos domingos entre os comerciários. Os comerciários de SP têm organizado protestos episódicos para pressionar as empresas para a negociação, mas estes raramente contam com a participação dos trabalhadores, que temem exposição e demissão em um setor sem tradição de luta. A atuação institucional do sindicato acaba se dando no plano mais geral, pois a entidade participa, com posição de destaque, das ações da central à qual é filiada, a UGT.

Há uma diferença importante entre o setor público e o privado, pois no primeiro caso não há convenção coletiva. As regras seguem o princípio da legalidade, portanto, são definidas também no âmbito do poder legislativo. A necessidade de negociar com os governos de plantão questões relativas às condições de trabalho, salário e carreira faz com que as diretorias se preparem, permanentemente, para desenvolver análises de conjuntura e se posicionar sobre políticas discutidas e implementadas pelas diferentes esferas de governo. Os sindicatos exercem pressão sobre os governos, politizam as disputas com políticos e setores da burocracia, pronunciando-se sobre temas variados. A luta contra a privatização de empresas públicas e contra as reformas neoliberais, a defesa do SUS, da educação pública e gratuita, está presente na pauta de reivindicações e nas mobilizações³¹. Essas demandas também são incorporadas pelos sindicatos que representam trabalhadores de empresas públicas, mas possuem convenção coletiva, como no caso dos correios e dos petroleiros.

Os sindicatos do setor público e aqueles cujas diretorias do setor privado têm um perfil mais politizado tendem a ter uma preocupação maior com a ampliação de suas demandas. Além de questões trabalhistas,

³¹ Caso dos seguintes sindicatos: saúde-BA, servidores-SP, educação (MG e PR), petroleiros.

incorporam em sua pauta de reivindicações a defesa de igualdade de oportunidades, o combate à discriminação por raça, gênero e orientação sexual, a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual, e a manifestação contra as reformas previdenciária e administrativa. Os bancários, por exemplo, não somente conseguiram manter os direitos historicamente conquistados em sua convenção coletiva, como conquistaram cláusulas referentes à luta contra a opressão. A realização de pesquisas junto às bases, como os Censos da Diversidade, e um processo permanente de negociação permitiram a inovação nos temas negociados e nas políticas implementadas, como um programa de atendimento às bancárias vítimas de violência. Na mesma perspectiva, outras categorias têm procurado incluir nas negociações pautas relativas às mulheres, como o auxílio creche, e a questão racial (caso dos comerciários do RJ).

Em relação ao processo de negociação, as estratégias encontradas são bastante díspares. Em algumas categorias houve uma estratégia de descentralização das negociações, em que as convenções vão perdendo força e os acordos coletivos por empresa são a aposta para garantir direitos mais amplos, como foi o caso do sindicato dos trabalhadores da informação. A pulverização das negociações também é uma realidade no comércio, vestuário, asseio e conservação, rodoviário e motofrete, com a existência de distintos instrumentos normativos para segmentos da categoria e, em alguns casos, acordos por empresa³². São entidades que encontram dificuldades de construir uma pauta comum para toda a categoria, o que enfraquece seu poder institucional.

Em outras experiências, há estratégias de ampliação da abrangência das negociações coletivas. O caso mais expressivo é dos bancários que conseguiram preservar negociações centralizadas nacionais, com um comando e pauta única, tirado de um amplo processo de assembleias e plenárias com a categoria e com dirigentes de todo o país. A negociação dos petroleiros e dos correios também se dá em âmbito nacional, apesar de haver diversos sindicatos de base e federações de cada uma dessas categorias. A campanha unificada dos trabalhadores rurais do Vale São Francis-

³² Apesar de celebrar convenções coletivas diferentes com 5 sindicatos patronais, o Sindimoto considera importante evitar o aprofundamento das diferenças em sua base e não realiza acordos individuais.

co, que engloba 40 municípios, também é uma experiência exitosa, pois a convenção coletiva assegura as mesmas condições de emprego para toda a região. Há, ainda, a experiência de construir acordos coletivos abrangendo os trabalhadores de toda a cadeia produtiva, como foi a tentativa de sindicato dos metalúrgicos de Camaçari, antes do fechamento da principal empresa de sua base (a Ford).

Os setores mais precários e as categorias menos estruturadas tentam aumentar seu poder institucional por meio da busca de proteção social, do reconhecimento de algumas profissões e de políticas públicas. A pauta dos motoboys inclui segurança no trânsito, segurança patrimonial – já que o roubo da moto ou das mercadorias que transporta prejudicam-lhes economicamente –, além dos salários e do preço do combustível. O sindicato dos trabalhadores informais busca dialogar com a prefeitura diante da criminalização do comércio informal e das perseguições aos vendedores ambulantes. Nesse caso, o direito ao trabalho se associa ao “direito à cidade”, compreendido como a garantia do acesso das “classes mais baixas da população” à moradia digna, ao transporte público de qualidade e com preço acessível, a equipamentos públicos de saúde, educação e lazer de qualidade (Moraes, 2019).

Também o sindicalismo rural se relaciona com o poder público nas três esferas de governo, reivindicando políticas para agricultura familiar (crédito, infra-estrutura, formação, comercialização). O PRONAF teve um papel importante na transformação da agricultura familiar, beneficiada também por assessoria técnica para ampliar a produtividade, introduzir o cultivo de novos alimentos e/ou o processamento para adicionar valor, políticas para formar técnicos rurais e escoar a produção. Após 2016, a luta foi pela preservação das políticas nacionais, já que houve uma priorização quase absoluta do agronegócio. Mas, ao mesmo tempo, entes federativos estaduais e até municipais foram acionados, o que garantiu condições de sobrevivência e diversificação do setor. O poder institucional no campo conta ainda com convênios que são realizados no âmbito de órgãos públicos e universidades locais, que contribuem para desenvolver diversos projetos econômicos na base de representação das entidades sindicais. Do mesmo modo, os órgãos de fiscalização ambiental e de defesa dos consumidores tendem a ser aliados nessas lutas.

Os motoristas por aplicativo, por sua vez, contam com o apoio de políticos de diversos partidos, que teriam interesse eleitoral em se aproximar de uma base em franco crescimento. A questão da regulação do trabalho

por aplicativo tem gerado muitos debates e audiências públicas em câmaras municipais e, também, no Congresso Nacional. Se o poder institucional dos sindicatos de categorias mais precárias está muito atrelado a sua atuação junto a instituições públicas, dois fatores fragilizam esse poder: a ausência de posicionamento comum em matéria de regulação do trabalho e a dificuldade de enfrentar a contradição entre o discurso da autonomia e do empreendedorismo, de um lado, e a defesa de um emprego que garanta direitos, de outro.

Dada a importância de interlocutores no parlamento, muitos sindicatos investem em candidaturas e no deslocamento de dirigentes para disputas eleitorais, a exemplo dos sindicatos rurais do Alto Uruguai e Juazeiro, em que muitos membros ocupam cargos públicos eletivos. A eleição da trabalhadora ambulante Jô Cavalcanti (PSOL) para a Assembleia Legislativa de Pernambuco para o período 2019-2022 resultou de uma proposta inovadora: a construção de um mandato coletivo e feminista, que consistiu na candidatura de cinco co-candidatas num único número. Os trabalhadores em educação de Minas Gerais elegeram uma das mais atuantes diretoras do sindicato como deputada estadual: a ex-coordenadora geral Beatriz Cerqueira (PT). Isso também se verificou no SindSaúde-BA, cuja ex-presidente, Aladilce Souza, foi vereadora pelo PCdoB, em Salvador, no período entre 2017 e 2020. Cumpre destacar que o trânsito entre sindicato e partido não é novo no movimento sindical brasileiro e a dupla filiação é relativamente comum.

O recurso ao Ministério Público do Trabalho e à Justiça do Trabalho são comuns a todos os sindicatos pesquisados. As instituições públicas desempenham um papel muito relevante, especialmente para potencializar a ação das entidades que representam setores mais precarizados, que recorrem a elas para combater as sonegações de direitos (judicialização de muitas demandas), fiscalizar as condições de trabalho quando as regras legais e contratuais são descumpridas e inibir processos de precarização do trabalho. No entanto, com os ataques à Justiça do trabalho e o sucateamento do sistema de fiscalização, a força destas instituições foi reduzida. Assim, houve um enfraquecimento do poder institucional. Por exemplo, o sindicato dos vestuários de Ibitinga recebe muitas denúncias das trabalhadoras de sua base e, sem o apoio do Ministério do Trabalho, as próprias sindicalistas acabam exercendo o papel de fiscais do trabalho.

A pesquisa com as 27 entidades sindicais mostrou que o poder institucional, embora largamente afetado por uma conjuntura de retrocesso e retirada de direitos em nível nacional, continua sendo uma esfera funda-

mental de atuação dos sindicatos. Os mais organizados buscam lutar pela manutenção de direitos enquanto as categorias mais precárias demonstram que a capacidade de associação e interlocução com instituições públicas são um importante recurso para difundir o simples direito de trabalhar e ocupar os espaços públicos (caso dos informais), de acessar o crédito e a infraestrutura necessária para fomentar a agricultura familiar (caso dos rurais) ou mesmo de ter direitos mediante o reconhecimento da profissão (como o controverso caso dos motoboys e motoristas por aplicativo).

3.4. Poder social

A análise dos poderes estrutural, associativo e institucional mostrou que a mudança do ambiente político e ideológico é fundamental para explicar a fragilização sindical. No entanto, as entidades sindicais continuam se apresentando perante a sociedade para fazer um contraponto ao debate nacional, buscando, dada a sua fragilização, outras forças políticas e sociais, mesmo que a sua capacidade de mobilização e intervenção política tenha ficado menor. É neste sentido que a busca por poder social se apresenta, de diferentes maneiras, na grande maioria dos sindicatos pesquisados. Os dados da pesquisa mostram que a força do sindicalismo também depende de sua capacidade de vocalizar as questões do trabalho na sociedade e de ter um ambiente político que lhe seja mais favorável para desenvolver a ação coletiva, como mostra a trajetória histórica do sindicalismo brasileiro.

Os sindicatos do setor público, os mais politizados e os que investem em cursos de formação política têm mais possibilidades de superar os limites da categoria que representam e de dialogar, de modo mais estreito e politicamente consequente, com a sociedade, bem como estabelecer alianças com outros sindicatos e movimentos sociais. Isso lhes permite ter uma atuação menos corporativa.

Isso pode ser observado sobretudo nos setores que oferecem serviços essenciais à população, como saúde e educação, que produzem material para esclarecer a sociedade sobre suas condições de trabalho e suas reivindicações, especialmente em momentos de greve. Visando legitimar-se socialmente, esses sindicatos (Sindsep, Sindsaúde, Sind-UTE, APP-PR) buscam sensibilizar os usuários dos serviços públicos e a imprensa, chamando atenção para a importância do atendimento de suas demandas. A

defesa de condições dignas de trabalho, que passa pela defesa do SUS e da escola como direito e não como mercadoria, é associada ao bom atendimento à população. Como já mencionado, essa pauta tem um potencial maior de politização. Na pandemia, esses setores atuaram fortemente em defesa da vacinação e do isolamento social. O SindiSaúde-BA atuou junto ao Comitê em Defesa pela Vacina Já, em uma campanha decisiva para conscientizar a população e, sobretudo, salvar vidas. O Sindicato dos rodoviários de São Paulo dispôs da infraestrutura da sua subsede, localizada na cidade de Itaquaquecetuba, para a campanha de vacinação articulada com a prefeitura, dando visibilidade à categoria para a sociedade local. Destacaram-se também nessa campanha o sindicato do vestuário de Ibitinga e os bancários.

A valorização dos motoboys ficou ainda mais evidenciada na pandemia, uma vez que a entrega de alimentos e mercadorias assegurou as condições para o isolamento social. Identificados com a pecha de “cachorro louco” ou “bandidos”, os motoboys souberam melhorar a imagem negativa perante a sociedade e chamar atenção para seus problemas (elevado número de acidentes com vítimas fatais, lesionados e mutilados; periculosidade da profissão; reconhecimento do vínculo e defesa de direitos já existentes na CLT) a regularização da profissão (tanto no plano municipal quanto federal).

Também no setor metalúrgico os sindicatos procuram informar a comunidade sobre as conquistas do movimento sindical e sua importância para a economia local, bem como apoiar outros movimentos sociais e realizar atividades conjuntas com outros sindicatos e partidos políticos, a fim de tecer laços de solidariedade e construir frentes políticas de luta contra as reformas neoliberais e em defesa da democracia. Nesse sentido, os metalúrgicos realizam ações pela cidade de Ipatinga, como panfletagens nas feiras, igrejas, passeatas, veiculação de vinhetas no rádio e em carro para conversar com os trabalhadores e a comunidade em geral. Ainda participa de conversas com a igreja católica, a câmara dos vereadores e as associações comerciais. O sindicato dos metalúrgicos de Camaçari, por sua vez, tentou envolver outros atores políticos e institucionais, regionais e nacionais, na campanha contra o fechamento do complexo da Ford, mas não foi bem sucedido. Os metalúrgicos de São José dos Campos atuam conjuntamente com movimentos populares regionais, principalmente, os de moradia, movimento esse que também é bastante próximo ao sindicato dos trabalhadores informais.

Outros sindicatos (bancários, vestuário de Ibitinga, rurais de Apodi) também se engajam em lutas pelo direito à cidadania, defesa de políticas públicas, meio ambiente, educação e estabelecem convênios e projetos em parceria com várias organizações, seja para reconhecer direitos (Sindoméstico), seja para melhorar a condição econômica dos agricultores (rurais de Apodi). Os rurais do Alto Uruguai e de Juazeiro buscam politizar os temas nacionais e regionais e realizar mobilizações conjuntas com outras entidades e movimentos sociais. Os sindicatos rurais se destacam, ainda, pela defesa de temas ecológicos e da agricultura orgânica. Também os Químicos-Unificados desenvolvem intensa atividade no campo da Economia Solidária e Agroecologia por meio de uma Rede de Produtos do Bem denominada Livres.

Outra questão que tem ganhado espaço no movimento sindical é a incorporação de pautas ditas “identitárias”, relativas à gênero, raça, sexualidade e geração. Essas vêm sendo trabalhadas tanto em uma perspectiva de interseccionalidade, isto é, vinculada à condição de classe das e dos trabalhadores, como em uma perspectiva mais liberal, na chave do empoderamento individual (Arruzza, Battacharya e Fraser, 2019) havendo, por vezes, uma mistura entre as diferentes perspectivas. Enquanto o sindicato dos bancários promove uma campanha nacional contra a violência doméstica sofrida por mulheres e disponibiliza um canal que permite a denúncia de casos de violência doméstica, racismo e LGBTQIA+fobia, o sindicato das costureiras de SP trata de temas considerados de interesse “feminino” de uma forma um tanto quanto tradicional, sem articulá-los a uma perspectiva de combate à discriminação e à opressão de gênero. Do mesmo modo, a atuação do sindicato junto a várias instâncias governamentais para o combate do trabalho análogo ao escravo é feita de modo pouco crítico com relação à forma como esses fenômenos sociais se produzem e reproduzem. Em contrapartida, as situações de confinamento forçado de empregadas domésticas nas casas dos patrões são relacionadas pelo Sindoméstico às heranças do nosso passado colonial e escravista, que se reproduzem sobre uma categoria composta por mulheres, negras e pobres. Além de denunciar e acompanhar essas situações, o sindicato tem em destaque na página principal do seu site o telefone de denúncias (Disque 100).

O sindicato do vestuário de Ibitinga defende o diálogo social, a importância do empreendedorismo para o empoderamento feminino e de pautas transversais que atingem a categoria, mas também as necessidades

da população: creche, qualificação profissional e vacinação. O sindicato dos rurais de Apodi organizou o movimento de mulheres a partir de trabalho articulado com a Marcha Mundial de Mulheres e o Centro Feminista 8 de Março. Na perspectiva de avançar na autonomia econômica das mulheres, abraçou a luta pela igualdade de direitos e pelo empoderamento das mulheres.

O Sindoméstico, a despeito das dificuldades de sindicalização, está menos desconectado da base devido à interconexão com movimentos de mulheres negras. O Sintratel busca dar visibilidade e valorizar os trabalhadores de sua base, especialmente as mulheres e os homossexuais, participando da parada gay em São Paulo e se debruçando sobre temas como habitação, segurança pública, saúde, inclusão digital.

O sindicato dos comerciários de SP busca compensar o frágil poder estrutural e o débil poder associativo com algumas iniciativas sociais, entre as quais a realização de campanhas de solidariedade e caridade, pois é tradicional a influência do sindicalismo cristão nas ações realizadas pelo sindicato. Por fim, os comerciários do RJ buscam compensar a dificuldade de associar e mobilizar a categoria com poder social. O sindicato realiza ações e campanhas para as mulheres e em torno do tema da igualdade racial.

No meio rural, o poder social aparece nas alianças realizadas com outras organizações, especialmente ONGs, em torno da defesa de agricultura saudável (orgânica ou agroecológica), que é um aspecto de articulação com a comunidade local. Na mesma perspectiva, a defesa da não poluição da terra, água e ar permite alianças com movimentos defensores da natureza e de disputa de modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável. Assim, estabelecem-se alianças locais, nacionais e até internacionais nos embates com o agronegócio, que utiliza os recursos naturais de forma predatória, como por exemplo, a luta em torno da água na chapada do Apodi. E, ainda, alianças com organizações que combatem e denunciam as desigualdades, as opressões e discriminações, tanto nacionais quanto internacionais.

A pesquisa indicou, portanto, que novas possibilidades de mobilização e ação vinculadas ao poder social aparecem em todos os setores. Isso ficou evidente tanto na busca de articulação das entidades com outras organizações populares, sociais e políticas, quanto nas tentativas de intervir no debate político. Essas condições são decisivas para criar uma condição mais propícia à ação sindical.

Considerações finais

A pesquisa indicou que os sindicatos buscam reagir às recalcitrantes debilidades impostas pelas condições estruturais e conjunturais desfavoráveis ao sindicalismo no Brasil. Na grande maioria dos casos analisados houve perda de **poder estrutural**, mas os movimentos são heterogêneos, observando-se também algumas inovações:

- Os setores historicamente mais estruturados da economia e mais organizados sindicalmente (bancários, metalúrgicos, saúde, químicos, assalariados rurais, educação) apresentam maiores perdas relativas, no entanto, ainda são entidades que mantêm algum poder estrutural, o que abre possibilidade de ação, dada sua trajetória e histórico de lutas;
- Os setores que estão sendo submetidos a um processo de privatização (correios e petroleiros) são os que apresentam uma queda substantiva do seu poder estrutural, uma vez este está totalmente associado aos destinos de uma única empresa (muito embora os petroleiros representem também trabalhadores de outras empresas privadas além da Petrobras). Ser dependente de uma única empresa também impactou fortemente o poder estrutural dos metalúrgicos de Camaçari;
- Os segmentos de trabalhadores com maior estabilidade e vinculados ao setor público, apesar de ausência de concurso, do ajuste

fiscal, da terceirização e do sucateamento das estruturas produtivas, são os que ainda mantêm melhores condições de realizar a ação coletiva;

- Nos setores mais desestruturados, a perda de poder estrutural também ocorre, mas o ponto de partida é distinto, pois não há um processo histórico de acúmulo desse poder, como no caso dos motoboys, dos motoristas de aplicativo, dos informais, das domésticas, das costureiras e dos trabalhadores de *call center*. Ao mesmo tempo, esses setores inovam nas formas de manifestação, com intervenções no espaço público;
- A despeito de sua trajetória declinante, os dados de greve mantiveram-se em patamares elevados até 2017, o que indica uma certa capacidade dos sindicatos defenderem os interesses econômico-corporativos de seus representados. É certo que prevaleceram greves defensivas, em defesa de direitos lesados pelos empregadores, e predominantemente por empresa, o que revela uma dispersão que contribui para manter o número de greves relativamente alto. Nota-se, porém, uma diferença entre o setor público e privado: no setor público as greves são, via de regra, mais longas do que no setor privado e mais abrangentes, envolvendo toda a categoria;
- A pandemia deu visibilidade para algumas categorias, o que aumentou o seu poder estrutural, como foi o caso dos entregadores e profissionais da saúde;
- Na mesma perspectiva, os trabalhadores rurais também ganharam maior visibilidade, dada a importância de gerar alimentos e das estratégias de muitos países de ampliar os estoques frente aos problemas gerados pela pandemia.

Para compensar as fragilidades identificadas em seu poder estrutural, os esforços das organizações pesquisadas se voltam para investidas nos poderes associativo, social e institucional, mobilizando capacidades de intermediação, “framing”, articulação e aprendizagem (Lévesque e Murray, 2010). Tais capacidades variam muito e dependem das categorias em questão, das orientações político-ideológicas e das tradições de luta das entidades.

Quando consideramos o conjunto de nossa amostra, nota-se que três estratégias são mais frequentes: o oferecimento de serviços (atendimento jurídico, médico, descontos, convênios com empresas, colônia de

férias), o investimento em novas formas de comunicação com a base e a busca de apoio junto às instituições públicas. São estratégias que visam reforçar o poder associativo e institucional dos sindicatos.

Com relação ao **poder associativo**, observamos que várias entidades sindicais de nossa amostra têm mostrado **capacidade de aprendizagem**, de ler e aprender com as conjunturas, o que lhes permite retomar algumas práticas e conceber algumas inovações. Isso nos parece evidente quando decidem fomentar o setor de comunicação, convertendo-o em um potente instrumento de aproximação com a base, sobretudo por meio das redes sociais, aplicativos e tecnologias da comunicação. É fato que a situação financeira das entidades pós-reforma trabalhista exigiu redução de gastos e uma das áreas dos sindicatos mais afetadas com os cortes foi justamente a de comunicação (Campos et al., 2021a). Entrementes, parece-nos que o fim do imposto sindical, ao mesmo tempo em que coloca as entidades diante de desafios, criou oportunidades, entre as quais de reestruturação da comunicação, que busca por diferentes meios conhecer os anseios da base, criar ferramentas que agilizam informações (cadastros) e inserir o sindicato no “cotidiano” do trabalhador.

O bom uso da comunicação por meio das redes sociais é comum a todos os sindicatos estudados. As redes sociais são utilizadas não apenas para divulgar ações das diretorias sindicais, mas também para construir um diálogo direto com a categoria. Inclusive sindicatos menos estruturados, com diminuta ou baixíssima taxa de sindicalização, representantes de uma base social dispersa geograficamente – domésticas, vendedores ambulantes, parte significativa dos trabalhadores do comércio, entregadores por aplicativos, motoboys, entre outras – criam mecanismos de diálogo e contato por meio das redes. O uso de tecnologias para acessar a base se mostrou uma estratégia difundida, seja por meio de aplicativos como o WhatsApp, ou por canais de TV e programas de rádio, sendo também um importante recurso para promover a luta (assembleias virtuais, campanhas, protestos e greves).

Alguns sindicatos são muito criativos nesta tentativa de se aproximar de sua base, como, por exemplo, aqueles que, atentos ao perfil mais jovem, realizam eventos massivos (festas), durante os quais divulgam a existência do sindicato e as vantagens da filiação sindical. Demonstram, portanto, capacidade de aprendizagem, pois definem suas estratégias em função do perfil da base e da necessidade de construir uma identidade coletiva. Outra inovação é a realização de pesquisas e enquetes (algumas profissionais) junto à base. As pesquisas produzem dados e permitem o

levantamento das percepções dos e das trabalhadoras sobre seu cotidiano no trabalho. Com dados em mãos, as direções podem orientar suas ações e lutas, bem como as negociações e acordos coletivos.

A conjuntura adversa foi aproveitada por várias categorias pesquisadas para expor seus problemas. É o caso dos motociclistas e motoboys de São Paulo que ganharam grande visibilidade desde a chegada dos aplicativos de entrega a partir de 2014. Alguns sindicatos também desenvolvem capacidade de aprendizagem nesta conjuntura defensiva e ideologicamente desfavorável ao sindicalismo quando, nos períodos de planejamento anual, formulam suas táticas e estratégias de luta. Agem assim de forma não meramente reativa, mas prospectiva. Outro aspecto revelador desta capacidade é o modo como alguns sindicatos concebem a greve como escola política, momento de formação e de recrutamento de novas lideranças e representantes sindicais. Este é o caso dos trabalhadores em educação do Paraná e dos servidores públicos do município de São Paulo.

A formação sindical está presente de forma sistemática apenas na minoria das entidades estudadas, mas é forçoso reconhecer que praticamente todos os sindicatos, cada qual à sua maneira, tentam disputar e/ou promover o despertar de alguma consciência de suas bases.

Ao buscarmos identificar inovações e capacidades, observamos que duas estratégias impulsionadas pelo “novo sindicalismo” no final dos anos 1970 constituem ainda um desafio para os sindicatos pesquisados: a organização no local de trabalho e a adoção de formas de associativismo comunitário, que extrapolam o local de trabalho. Historicamente débil no sindicalismo brasileiro, a organização no local de trabalho vem sendo desenvolvida especialmente por alguns sindicatos mais estruturados. Metalúrgicos de São José dos Campos e do ABC procuraram ampliar e fortalecer a organização dos metalúrgicos de base, por meio da criação dos grupos de fábrica e de campanhas voltadas para o resgate da importância do sindicato. Embora pouco frequente, há também experiências de organização no local de trabalho nos setores precarizados. Destaquem-se as iniciativas que vão em busca do trabalhador por meio de uma estrutura itinerante, que distribuem lideranças sindicais em diferentes locais das cidades (como no comércio informal), que criam associações comunitárias (costureiras) ou cooperativas (rurais).

Alguns sindicatos inovaram e souberam aproveitar as contradições e brechas da estrutura sindical para organizar e representar trabalhadores precarizados e terceirizados. Os esforços para a representação dos traba-

lhadores terceirizados se dão pela via de alterações estatutárias, no caso do sindicato da educação do Paraná, decisões congressuais, no caso dos químicos, ou pela criação de formas especiais de associação, caso dos bancários e metalúrgicos. Mas essas são iniciativas pontuais, que não demonstram força para romper com os limites da representação oficial instituída pela estrutura sindical.

A oferta de serviços é uma característica tradicional do sindicalismo brasileiro e continua sendo uma estratégia recorrente, por meio da ampliação de convênios e/ou organizações específicas, mas com uma queda no oferecimento direto das entidades, devido às restrições financeiras. Por esse motivo, verifica-se também a introdução de alguma cobrança pelos serviços prestados. Diante da queda na arrecadação de recursos e na taxa de sindicalização, o financiamento da entidade parece depender cada vez mais de uma inserção mais orgânica junto à base de representação das entidades, por meio de campanhas de filiação ou da introdução de taxa negocial, o que necessita do aval dos trabalhadores. A unificação de entidades e a criação de estruturas mais solidárias ainda não é algo que aparece nas entidades pesquisadas, apesar de haver uma relação de solidariedade e de ações conjuntas entre algumas delas.

Os sindicatos também desenvolvem **capacidade de intermediação**, isto é, de construir consensos em torno de interesses e estratégias de ação, de modo a fortalecer seu **poder associativo**. No entanto, há uma sistemática queda nas taxas de sindicalização desde 2015, o que expressa tanto as mudanças na base sindical quanto na correlação de forças entre capital e trabalho, o que contribui para o afastamento dos trabalhadores frente aos sindicatos. Com relação às variações na taxa de sindicalização, dois aspectos se destacam: as taxas mais baixas de sindicalização se encontram nos setores com menos tradição de organização sindical e a queda mais acentuada da sindicalização nos setores mais tradicionais do sindicalismo, tais como os metalúrgicos, químicos, bancários, correios e educação. Ainda assim, os dados mostram que os assalariados formais sindicalizados percebem uma remuneração maior dos que não sindicalizados, assim como permanecem mais tempo no emprego. Ou seja, os sindicalizados têm melhores condições de trabalho, o que significa que a associação sindical faz diferença na vida dos trabalhadores.

Os sindicatos estão frente ao desafio de encontrar novas estratégias de aglutinação, o que passa por intensificar o contato com a base e formular políticas especiais para mulheres, jovens e pessoas negras, terceiri-

zados. Além das tecnologias de comunicação, em diversas entidades há ações para maior envolvimento das mulheres e jovens, inclusive com o estabelecimento de cotas na composição da direção.

Vimos que alguns sindicatos, sobretudo no setor público (saúde, educação, petroleiros, correios), bancários e químicos, assumem um discurso politizado e fortemente atrelado à crítica à retirada de direitos e às políticas neoliberais implantadas pelos diferentes níveis de governo. Esse é um diferencial relacionado tanto às características da categoria representada e ao setor em que se insere, quanto ao posicionamento político-ideológico de suas direções.

A capacidade de produzir “framings” pode ser identificada em algumas experiências sindicais e contribui tanto para o poder associativo quanto para o poder social. Visando obter apoio social em torno de sua demanda por reajuste salarial, o sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga criou uma campanha com o seguinte slogan: “Essa é uma luta dos trabalhadores de Ipatinga e Cubatão e de toda a comunidade do Vale do Aço, pois o que fica na região é o salário do peão e não o lucro do patrão”. Os bancários, por sua vez, atuam para conciliar os problemas mais gerais da sociedade e sua expressão na categoria, com destaque para as problemáticas atreladas ao racismo, desigualdade de oportunidades entre os gêneros e orientação sexual. Este foi o sentido da campanha: Basta! Não irão nos calar! por meio da qual foi oferecida assessoria técnica para que os sindicatos de todo país pudessem criar estruturas de orientação e atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. A atuação dos sindicatos dos trabalhadores no comércio informal de Recife também se volta para os problemas que afligem a população em geral quando reivindica o “direito à cidade”. Esse “framing” revela capacidade de vocalizar um direito social mais amplo – o que constitui um aspecto inovador do sindicato e, segundo nossa hipótese, uma das razões que o motiva a não querer “seguir” o sindicalismo “tradicional”. O sindicato dos motoboys de São Paulo teve também a capacidade de “framing” ao promover uma campanha contra poderosas empresas de aplicativos, argumentando que o serviço prestado pelos motoboys não constitui uma relação de “empresário para empresário”, mas de exploração dos “uberizados”. Neste sentido, mostrou capacidade de popularizar a crítica à uberização.

A capacidade de agir de modo colaborativo e de estabelecer relações com outros atores, ou seja, a capacidade de articulação com movimentos

sociais, instituições estatais, partidos, centrais sindicais ou entidades internacionais, consiste muito provavelmente na mais recorrente fonte de poder social e institucional de nossa amostra. A busca de apoio junto às instituições públicas é fundamental para a luta contra o descumprimento de direitos e em defesa da regulação do trabalho, a despeito das posições divergentes sobre o tema observadas entre as entidades.

Apesar de seu baixo poder estrutural, é entre os sindicatos que representam trabalhadores mais precários que se desenham algumas iniciativas que têm ganhado mais visibilidade na articulação com atores sociais estatais (MTP, por exemplo) e não estatais (movimentos sociais, comunidades locais). Esses sindicatos, seja os que possuem maior tradição (assalariados rurais, domésticas, comércio, vestuário) ou aqueles com formas mais incipientes de organização (asseio e conservação, telemarketing, comércio informal, motoboys, motoristas de aplicativo), têm investido em ações ancoradas em intervenções no espaço público, na construção de laços de solidariedade com outras entidades, na articulação da luta sindical com a luta pelo direito ao trabalho. O sindicalismo rural revelou elevada capacidade de articulação com associações e com as comunidades locais ao fazer parcerias que viabilizem projetos com a finalidade de tornar a produção orgânica, agroecológica, econômica e ambientalmente sustentável. Há experiências significativas também nos setores mais estruturados, como os químicos de Campinas e Osasco, que atuam na construção de um projeto de Economia Solidária e Agroecologia, os metalúrgicos de São José dos Campos, que atuam com movimentos de moradia, e os metalúrgicos do ABC, que participam de espaços regionais voltados para os interesses da comunidade, como a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, e buscam articular nacionalmente os movimentos sociais na luta política nacional.

Por vezes, a capacidade de articulação com partidos e centrais sindicais contrabalança as dificuldades estruturais e conjunturais enfrentadas por várias categorias estudadas. A articulação entre os comerciários de São Paulo e a UGT, entre as domésticas da Bahia e entidades (OIT), partidos (PT) e movimentos sociais, bem como entre trabalhadores da saúde da Bahia e a CTB ora protege as categorias contra as investidas patronais e governamentais (comerciários e trabalhadores da saúde) ora as estimula na luta por reivindicações e conquistas (domésticas). No Brasil, não é raro que lideranças sindicais concorram e conquistem vagas no parlamento.

Neste sentido, o que se quer aqui destacar é menos a novidade e mais as conquistas trabalhistas e sociais que a eleição de um ou uma sindicalista pode trazer para a sua base.

A conjuntura da pandemia também pode ter instado a capacidade de articulação dos sindicatos pois são vários os exemplos encontrados em nossa amostra que revelam o modo engajado e solidário de se envolver com questões sociais, como as campanhas de vacinação.

Em suma, a análise revelou que as experiências mais exitosas de organização e mobilização exigem uma disposição para enfrentar uma estrutura sindical que induz à fragmentação, pois enquadra trabalhadores de um mesmo setor ou ramo de atividade em categorias profissionais distintas, e o apego ao corporativismo, que dificulta a ação em torno de reivindicações mais amplas.

O primeiro enfrentamento requer ignorar os limites da legislação sindical ou explorar as brechas legais para promover a ampliação da base de sindicalizados. O segundo enfrentamento implica um trabalho de politização mediante o oferecimento de cursos de formação, a organização no local de trabalho, a disseminação de informações sobre o cenário político e suas implicações para os trabalhadores, bem como discussões sobre o papel do Estado na promoção de direitos e o próprio conteúdo dos direitos a serem defendidos pela organização sindical. O debate sobre a regulação do trabalho permite conectar os trabalhadores da base à luta por direitos, estimulando-os a se opor às reformas neoliberais e a participar dos protestos convocados para esta finalidade.

A politização passa também pela incorporação de pautas ditas “identitárias”, relativas à gênero, raça, sexualidade e geração, o que tem permitido aos sindicatos articular a condição de classe e as questões trabalhistas à defesa da igualdade de oportunidades e ao combate às diferentes formas de discriminação e opressão. Essa articulação tem tanto um efeito interno, na medida em que aproxima o sindicato de questões vivenciadas pela base em seu cotidiano do trabalho e em outros espaços sociais, o que pode gerar efeitos positivos na taxa de sindicalização, quanto externo, na medida em que fomenta alianças com outros sindicatos e movimentos sociais que compartilham as mesmas preocupações. Desse modo, ela permite reforçar o poder associativo, bem como o poder social, expressando uma certa retomada do sindicalismo de movimento social que caracterizou o “novo sindicalismo” e marcou o sindicalismo cutista nos anos 1980.

Essas formas de atuação estão se disseminando; porém, ainda são minoritárias entre os sindicatos brasileiros, sendo mais presentes em sindicatos mais estruturados, no setor público e privado, ou naqueles dirigidos por correntes de esquerda. A esse respeito cumpre ressaltar que, se, no plano das centrais sindicais, as diferenças político-ideológicas vêm se reduzindo, no que se refere aos sindicatos de base a situação é distinta. Enquanto a cúpula do sindicalismo brasileiro busca enfrentar esse contexto adverso de modo unificado, na base as orientações políticas das lideranças ainda desempenham um papel importante, tanto na definição das estratégias adotadas quanto no tipo de enfrentamento privilegiado pelo sindicato.

A despeito das iniciativas nas esferas dos poderes associativo, institucional e social, as dificuldades a serem enfrentadas são imensas. É diante destas dificuldades, em um contexto desafiador e adverso, que deixamos algumas questões que não foram tratadas pelas entidades pesquisadas, mas que podem contribuir para o desenvolvimento de novas estratégias com o intuito de recuperar a legitimidade e representatividade do sindicalismo: qual a possibilidade das negociações coletivas abrangerem o conjunto dos trabalhadores, dada a crescente heterogeneidade das ocupações? Para isso, qual o modelo de organização sindical a ser defendido, isto é, como superar a estrutura sindical corporativa? E, com relação à regulação do trabalho, não seria o caso de assumir a defesa de uma regulamentação de direitos de caráter mais universal, que garanta proteção ao conjunto dos trabalhadores, independentemente de sua posição na ocupação?

Por fim, dada a importância do poder social para proporcionar legitimidade ao sindicalismo, outra questão que a pesquisa não conseguiu captar é qual deveria ser a agenda política das entidades classistas e trabalhistas. Afinal, como mostrar a centralidade do trabalho na organização da vida social, em um contexto de profundas transformações como o atual? Não é possível mudar a realidade sindical e ampliar o poder de ação dos sindicatos sem uma discussão sobre o projeto político a ser defendido. Nesse sentido, é imperativo derrotar o atual presidente da República, pois ele representa o anti-sindicalismo e a destruição não somente de direitos e proteções sociais, mas, fundamentalmente, da própria perspectiva de futuro para a classe trabalhadora.

Referências

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Revista Estudos Avançados*, vol. 34, n°. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111

ABÍLIO, Ludmila et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, Edição Especial – Dossiê Covid19, p. 1-21, 2020. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/74/37>.

ACCIARI, Louisa; SILVERMAN, Jana. Organização, resistência e sobrevivência: uma análise das estratégias sindicais das trabalhadoras domésticas no Brasil pós-impeachment. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ABET, de 3 de agosto a 10 de setembro de 2021.

ALVES, Severino. *Entrevista concedida a João G. Andrade*. In: ANDRADE, J. G. Trabalho informal e território: aportes sobre o comércio ambulante na área central do Recife – PE. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pernambuco, 2014, p. 111-117.

AMORIM, Marina Alves Et All (2018). “Superdesignação” de professores na rede estadual de ensino de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BALTAR, Paulo. SOUEN, Jacqueline. CAMPOS, Guilherme. *Emprego e distribuição da renda*. Campinas: IE/UNICAMP. Texto para discussão n° 298, maio de 2017.

BENQUET, Marlène. Les damnées de la caisse - grève dans un hypermarché. Broissieux, Éditions du Croquant. 2011.

BOUCHAREB, R. Conflits autour d'une temporalité marchande dans les boutiques de réseaux ». *Temporalités - Revue de sciences sociales et humaines*, p. 1-14, 2012.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco A. (2015). Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, set/dez.

BRIDI, M.A. MOTIM, B.L. Trabalho e trabalhadores na indústria de informática. In *Revista Contemporânea*. In: *Revista Contemporânea*, Vol 4 n 02, 2014.

BUHR, Daniel. Social innovation policy for Industry 4.0. Friedrich-Ebert-Stiftung, Division for Social and Economic Policies, 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdffiles/wiso/11479.pdf>

CALAZANS, Maísa Santos. Sindicalismo dos trabalhadores tipicamente terceirizados: organização e ação sindical do Siemaco-SP entre 2011 e 2019. Projeto de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2020.

CAMPOS, Anderson. Juventude e ação sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2010.

CAMPOS, Anderson. Sindicalismo na pandemia: em busca de legitimidade e protagonismo. In: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. (Orgs). *A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Ed. Positiva, 2020.

CAMPOS, Anderson et al. O impacto da Reforma Trabalhista no sindicalismo brasileiro: I. In: KREIN, José Dari et al. (Org). *O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*, vol. 1. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021a, p. 321-358.

CAMPOS, Anderson et al. Ação sindical de trabalhadores em serviços essenciais na pandemia de COVID-19 no Brasil. In: KREIN, José Dari et al. (Org). *O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*, vol. 1. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021b, p. 359-393.

CAMPOS, Cauê Vieira. As greves selvagens na onda de protestos do Brasil (2011-2016). Texto de qualificação para exame de doutorado em Ciência Política, Unicamp, 2020.

CARDOSO, Sintia; EVANGELISTA, Milca. Entre o Sindoméstico e o Coletivo de Mulheres Creuza Maria Oliveira: trabalhadoras domésticas, mulheres negras resistindo e reexistindo às múltiplas agressões. Trabalho apresentado no XX Redor - Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 2018.

CARVAZAN, Gustavo. Fragmentação e isolamento: a dimensão tecnológica do capitalismo contemporâneo e os trabalhadores do ramo financeiro. Texto de qualificação da tese de doutorado. Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

CASTILLO, Mario, GLIGO, Nicolo e ROVIRA, Sebastián. La política industrial 4.0 en América Latina in: CIMOLI, Mario et ali (orgs). Políticas industriales y tecnológicas em América Latina. Santiago: CEPAL/ONU, 2017.

CASTRO, Bárbara. *As Armadilhas da Flexibilidade*. Trabalho e Gênero no Setor de Tecnologia da Informação. São Paulo, Annablume, 2016.

CNT. *Painel do Emprego-Transporte*. Evolução Mensal do Mercado de Trabalho (setor de transporte), s/data. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/painel-emprego-transporte>

CNT. *Pesquisa CNT*. Perfil dos motoristas de ônibus urbanos 2017. Brasília: CNT, 2017. Disponível em: <https://cnt.org.br/pesquisa-cnt-perfil-motoristas-onibus>

COLOMBI, Ana Paula Fregnani. *Entre a fragmentação e a ação unificada: uma análise da atuação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região durante os anos 2000*. Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

CORREA, Éllen Gallerani. *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: disputas e aproximações nas primeiras décadas do século XXI*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CTB (2020). Aprovada em Juazeiro-BA a pauta de negociação coletiva 2020 da hortifruticultura irrigada do Vale do São Francisco <https://ctb.org.br/noticias/rurais/aprovada-em-juazeiro-ba-a-pauta-de-negociacao-coletiva-2020-da-hortifruticultura-irrigada-do-vale-do-sao-francisco/>. Acesso em 04/03/2022.

CUT/Instituto Observatório Social. *Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/acao/condicoes-de-trabalho-direitos-e-dialogo-social-para-trabalhadoras-e-trabalhador-ac01>

DIEESE. *Cadernos de negociação*, nº 48, dez. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/restrito/cadernoNegociacao48.pdf>

DIEESE. O emprego doméstico na Região Metropolitana de Salvador, PED - *Pesquisa de Emprego e Desemprego*, São Paulo, abril de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2019/2019empreDomSSA.html>

DIEESE. *O trabalho doméstico no Brasil*. Dieese, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>

DIEESE/SIEMACO-SP. *Perfil dos trabalhadores em Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo*. São Paulo, 2011.

DURÃES, Bruno. O trabalho de rua reconfigurado: sua função como agente da acumulação. *Caderno CRH*, Salvador, v.33, 2020, p.1-14.

FETROPAR; CNTT. *Cartilha: regulamentação da profissão de motorista, s/ data*. Disponível em: http://www.cnttt.org.br/wp-content/uploads/2012/07/CARTILHA_CNTTT_COM-RESOLU%C3%87%C3%83O41.pdf

FIPE/DETRAN. Pesquisa de Opinião Pública–Motofretistas. Programa Motofretista Seguro, São Paulo, 2021.

FONSECA. S. STRJ: 48 anos de lutas e resistência na defesa dos trabalhadores/as rurais de Juazeiro-BA, 2019 Blog Preto no Branco. Disponível em: <https://pretonobranco.org/2019/02/07/strj-48-anos-de-lutas-e-resistencia-na-defesa-dos-trabalhadores-as-rurais-de-juazeiro-ba/>

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. In: *Cadernos CRH* 32, 2019, 253-270.

GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari. Dilemas da representação e atuação dos trabalhadores precários In: Rodrigues, Iram J. (Org.) *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)*. São Paulo: Annablume, 2019, p. 203-233.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. O sindicalismo brasileiro e a Convenção 87 da OIT. *Carta Social e do Trabalho*, nº39-40, p.20-34, 2019.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. The Brazilian Union Movement in the Twenty-first Century: The PT governments, the Coup, and the Counterreforms. *Latin American Perspectives*, v.47, p.1-17, 2020.

GARCIA; Carlos Henrique Menezes. O trabalho em rota de colisão - Privatização, Luta Operária e Estratégias Sindicais na Siderurgia Brasileira, 2004, 286 f. Tese (Doutorado) - IE, Unicamp, Campinas, 2004.

GRAÇAS, Maria Adriana Vieira das. Letramentos de resistência: mulheres na luta por terra e território na Chapada do Apodi. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

GUIMARÃES, Durval. A paz social a ferro e a fogo. *Revista Matéria Prima*, Belo Horizonte, Ano 3, n. 32, p. 18-24, junho 2012.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais.; Abril 2017. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 290, abr. 2017.

IBGE. PNAD e PNADC, 2021, Brasil.

KREIN, José Dari et al, (Org.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

KREIN, José Dari et al, (Org.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, José Dari et al. (Org.). *O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*, vol. 1 e 2. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

LEITE, Márcia. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Revista trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, 2004.

LEITE, Márcia. As bordadeiras de Ibitinga: trabalho a domicílio e prática sindical. In: *Cadernos Pagu* (32), janeiro-junho de 2009:183-214.

LEITE, Márcia; SILVA, Sandra Alves; GUIMARÃES, Pilar Carvalho. O trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas da precariedade. *CADERNO CRH*, v. 30, n. 79, 2017: p. 51-68.

LEMOS, Patrícia Rocha. *Custo baixo todo dia*”: redes globais de produção e regime de trabalho no Walmart Brasil. Tese de doutorado, IFHC/Unicamp, 2019.

LÉVESQUE, Christian; MURRAY, Gregor. Understanding union power: resources and capabilities for renewing union capacity. En: *Transfer: European Review of Labour and Research*, 16 (3), 2010, p. 333-350.

LUPATINI, Márcio Paschoino. *As Transformações produtivas na indústria têxtil vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial*. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. *A pandemia e o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos no Brasil*. Cesit – IE/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf

McADAM, D.; TARROW, S. e TILLY, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, v. 76, pp. 11-48.

MEDEIROS, Leonilde. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, R. V. D.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (org.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 247-282.

MORAES, Ivan. *Trabalhar é um Direito*: uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalho das/os trabalhadoras/es do comércio informal da Avenida Conde da Boa Vista na cidade de Recife, abril de 2019, pp. 1-46. Disponível em: https://issuu.com/marcozeroconteudo/docs/relato_rio_pesquisa_ambulantes

NOGUEIRA, Cláudia M. O sistema de integração da Sadia: integrar desintegrando. In: Ricardo Antunes. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 301-314.

PEREIRA, Denise de Castro. *Empresa, cidade e cidadania: construções e deslocamentos de lugares de poder*. 2008. 312. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFR, Rio de Janeiro, 2008

PEREIRA, Eduardo J. R. Na corrida pela representação sindical: o caso dos entregadores e dos motoristas por aplicativos em São Paulo. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2022.

PEREIRA, M. F. A. Conflito socioambiental frente à implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN na perspectiva dos atingidos. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2013.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos agentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: [s. n.], 2016.

PINHEIRO et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico no século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir de dados da PNAD Contínua. IN: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; POSTHUMA, Caroline. *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil*. Brasília: IPEA/OIT, 2021, pp. 67-104.

PINTO FILHO; J.L.O.; LUNES, A.R.S. O PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI-RN: Surgimento, descrição e governança. In Anais do XVIII ENANPUR, Natal, 2019. cf. <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=712>;

ROMANO, Pauliane; BRAGA, Daniel Santos (2021). Valorização docente em Minas Gerais (2007-2019): qual o papel do Fundeb? Revista Educação e Políticas em Debate –v. 10, n. 1, p. 153-171, jan./abr. 2021.

SCHMALZ, Stefan; DÖRRE, Klaus. El planteamiento de los recursos del poder. Disponível em: <https://www.fes.de/index.php?eID=dumpFile&t=f&f=32817&token=382cc87822842cbf9ced6b81d8e5f54049fb0b2a>

SCHMALZ, Stefan; LUDWIG, Carmen & WEBSTER, Edward. The power resources approach: Developments and challenges. *Global Labour Journal*, 9 (2), 2018, p. 113-134.

SEMINOTTI, Jonas J. (2013). Os agricultores familiares e a representação política do SUTRAF na região Alto Uruguai do RS. Curitiba-PR: Departamento de Sociologia da Universidade Estadual do Paraná. In <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31781/R%20-%20T%20-%20JONAS%20JOSE%20SEMINOTTI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

SIND-UTE/MG; DIEESE. Você sabe o que é o Regime de Recuperação Fiscal? 2021.

SINTRACI. Sintraci: organização urbana e comércio informal como alternativa ao desemprego. *Proposta. Revista da FASE*, ano 42, n.129, 2019, pp. 98-101.

SOARES, Vanessa Costa. A relação de poder e controle entre a USIMINAS e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), na década de 1980. Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade. 2007, Disponível em:http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2007/t/Microsoft%20Word%20-%20vanessa_soares.pdf Acesso em: jun. 2018.

SUTRAF. Lutas e conquistas para a agricultura familiar. Erechim. Informativo. Nº 2, 2019. In. <https://contrafbrasil.org.br/system/uploads/ck/files/Jornal-Sutraf-2019.pdf>

TRÓPIA, Patrícia Vieira. “Antes que fechem as lojas... é necessário ocupá-las”: sindicalismo e formas de resistência no setor do comércio no capitalismo contemporâneo. 39 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. Robots and industrialization in developing countries. Policy Brief Nº50. Outubro 2016.

VALLEJOS, Bárbara. *Correspondentes bancários e terceirização: o subterrâneo das relações de trabalho no setor financeiro no Brasil*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 2018.

Anexo

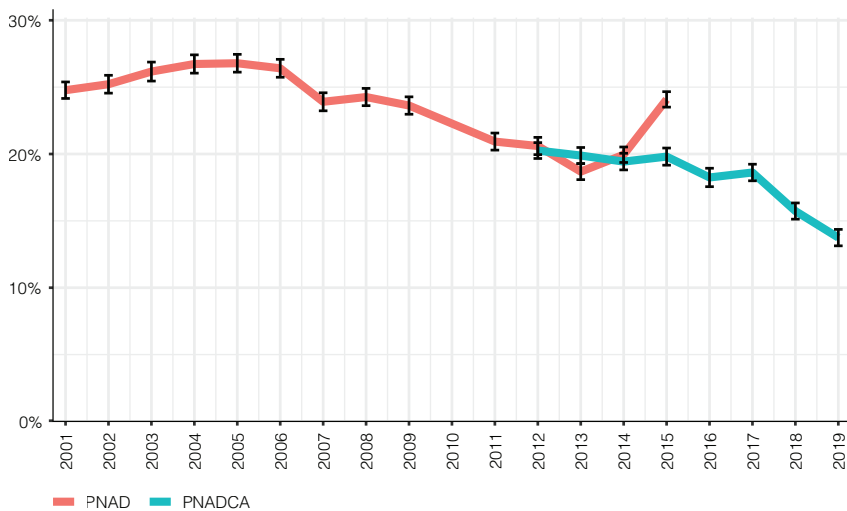
Sindicalização entre assalariados formais PNAD/PNADCA

Taxa de sindicalização entre assalariados formais aqui definida como assalariados formais com associação sindical sobre o total de assalariados formais³². Em todos os gráficos abaixo o intervalo de confiança de 95% é apresentado para cada estatística pontual³³.

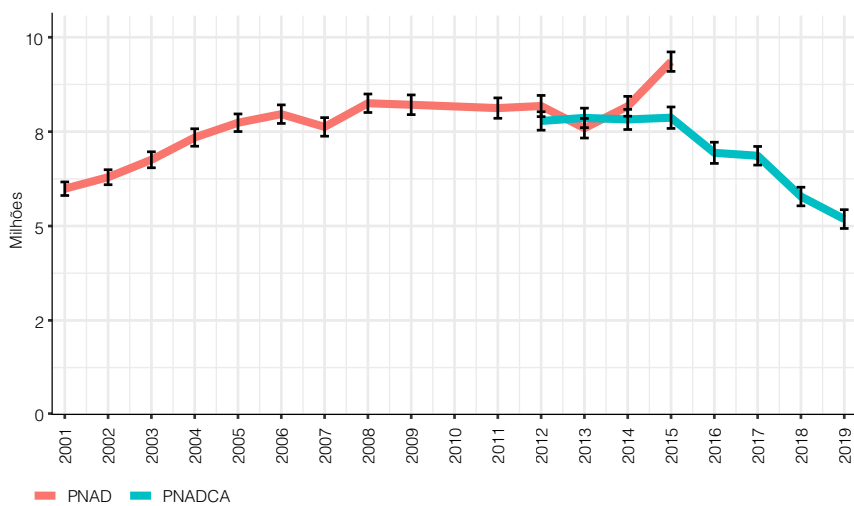
³² Ver explicação sobre esses dados na nota 6 desta publicação.

³³ Todos os gráficos foram elaborados por Arthur Welle, a quem os autores agradecem.

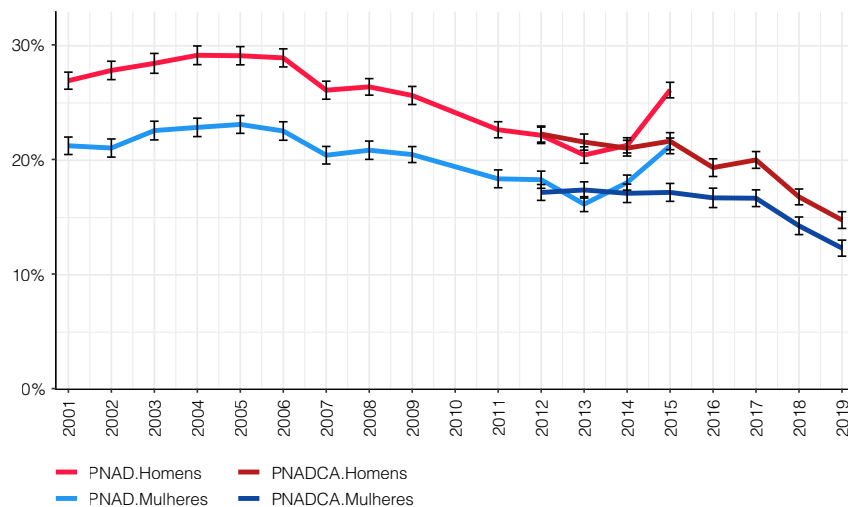
1.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais total Brasil 2001-2019



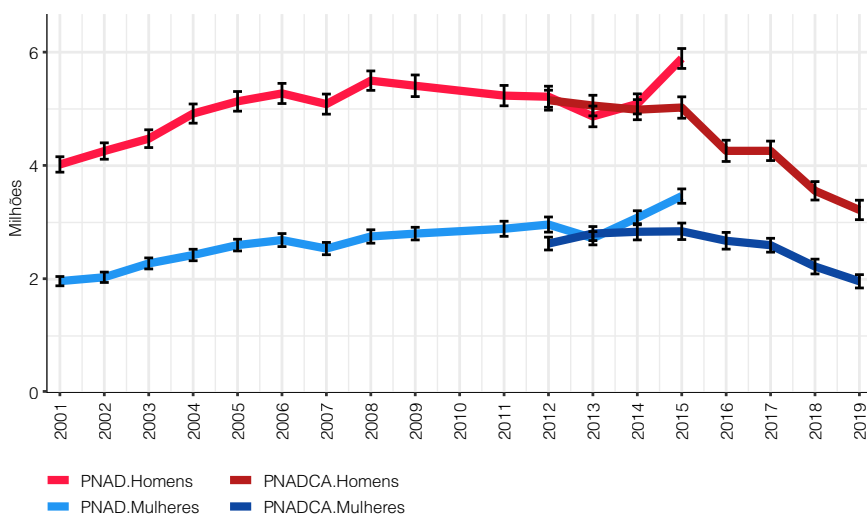
1.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais total Brasil 2001-2019



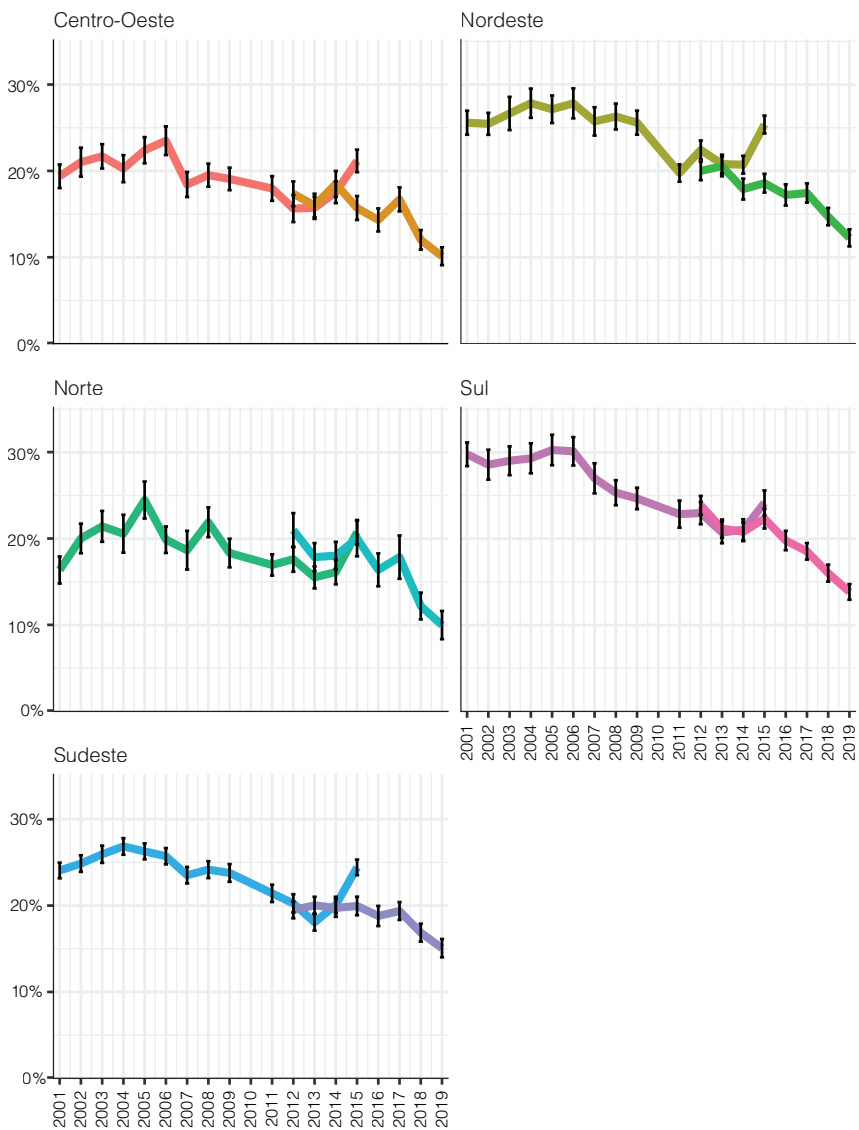
2.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por sexo 2001-2019



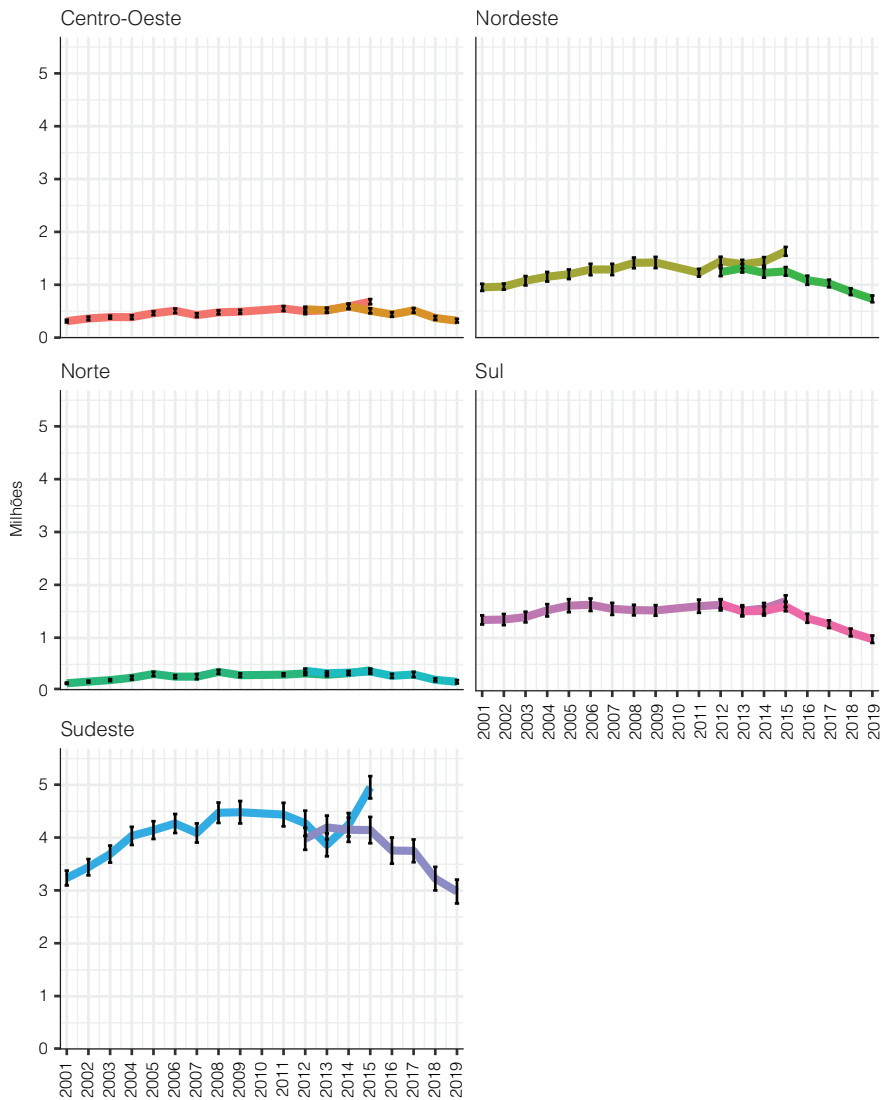
2.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por sexo 2001-2019



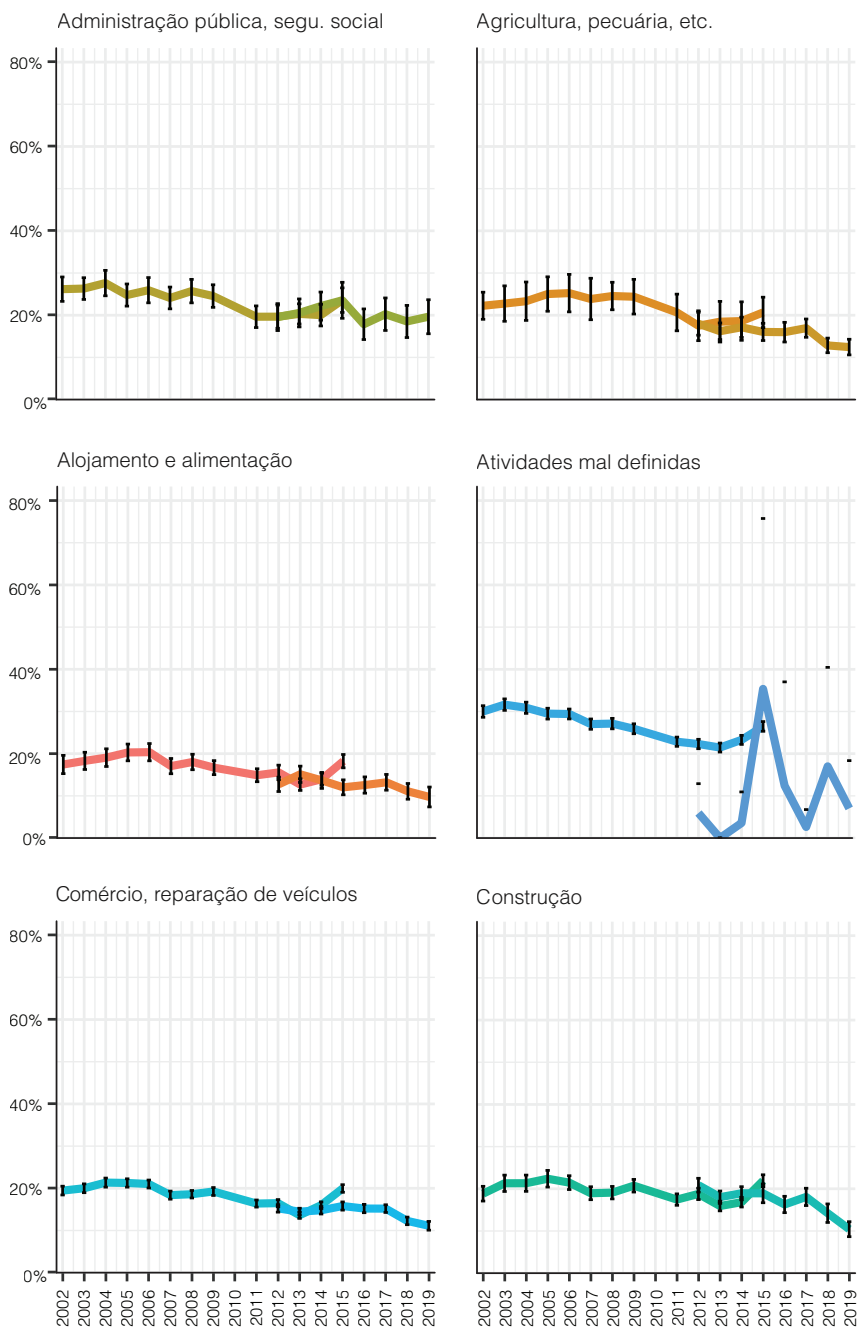
3.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por região 2001-2019



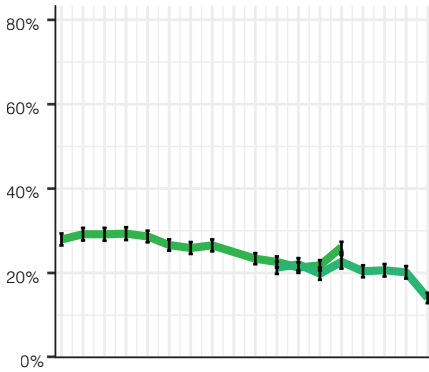
3.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por região 2001-2019



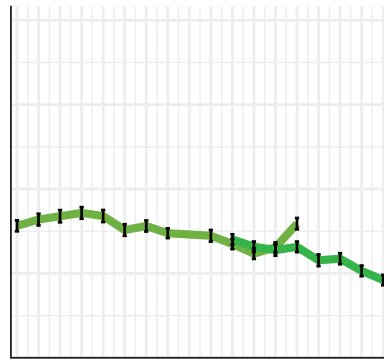
4.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por grande setor 2001-2019



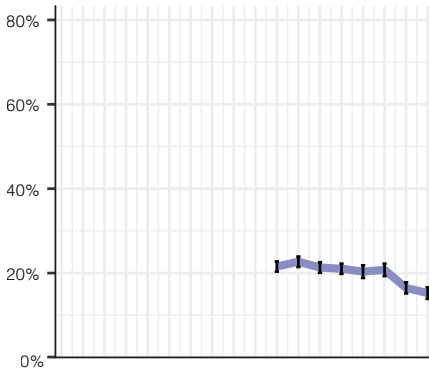
Educação, saúde humana e serviços sociais



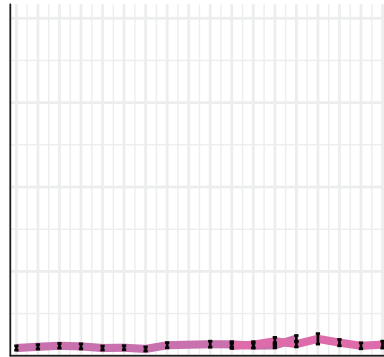
Indústria geral



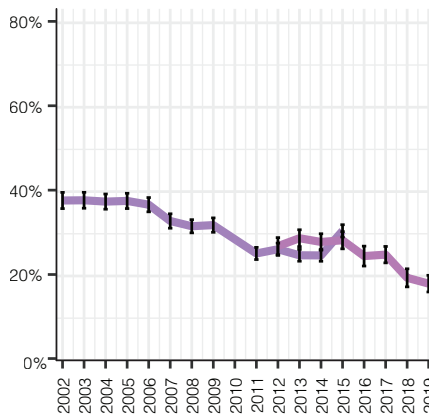
Inform., comuni. e finan., imobi., e admin.



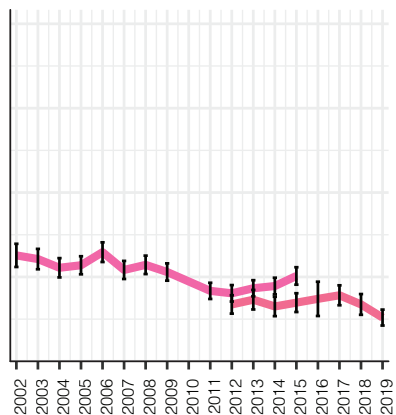
Serviços domésticos



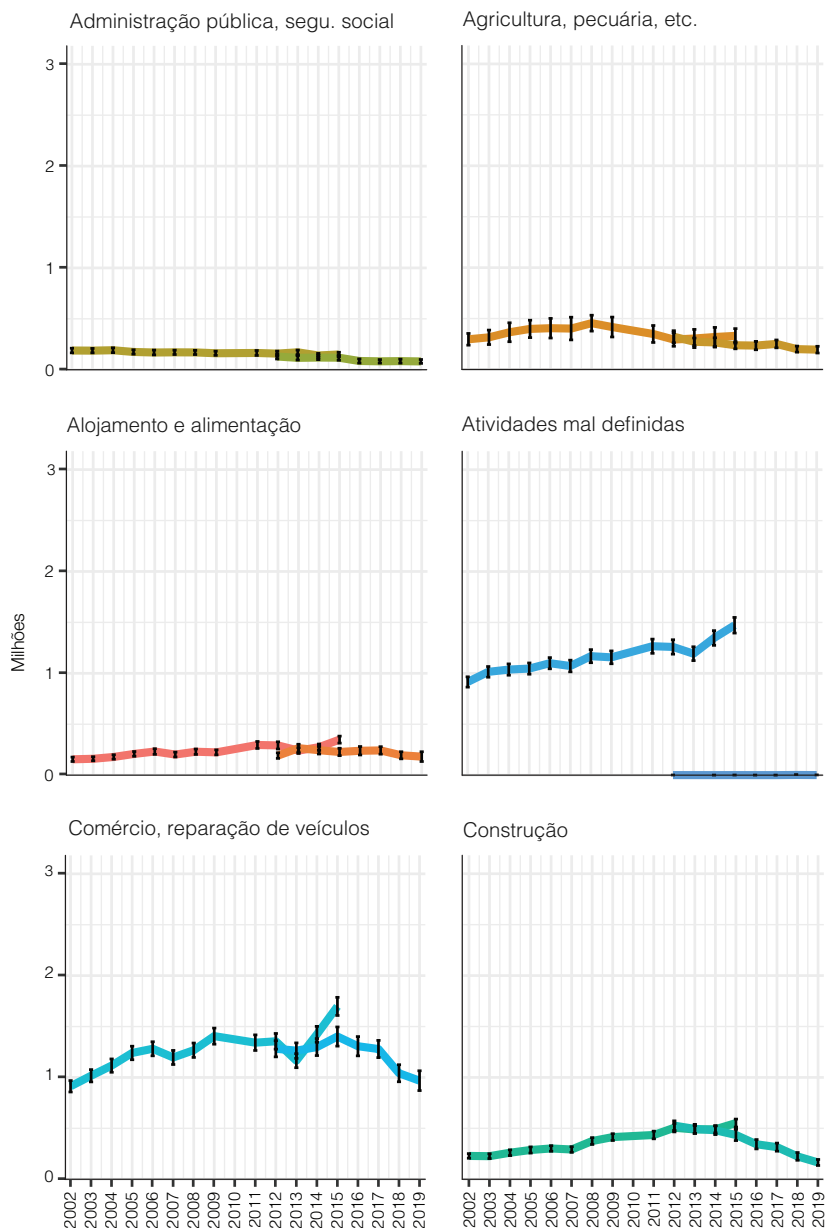
Transporte, armazenagem e correio



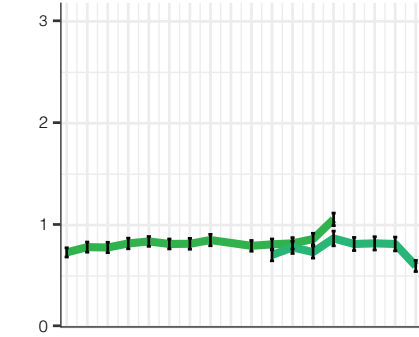
Outros serviços



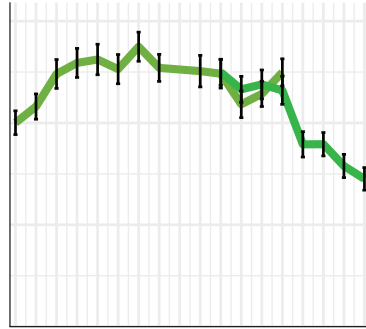
4.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por grande setor 2001-2019



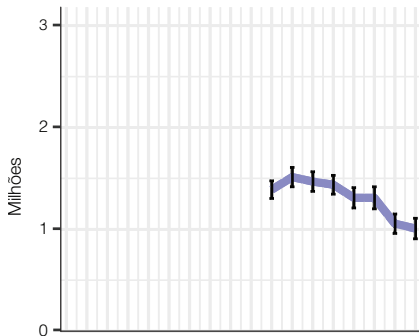
Educação, saúde humana e serviços sociais



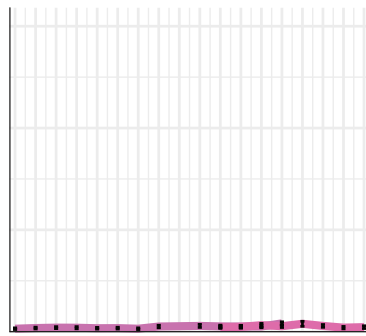
Indústria geral



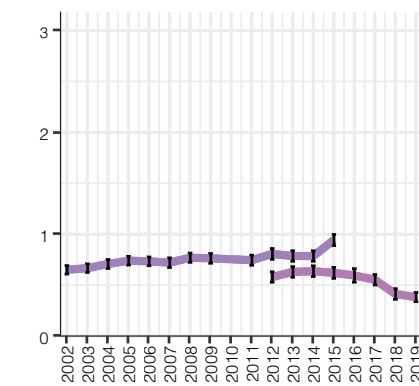
Inform., comuni. e finan., imobi., e admin.



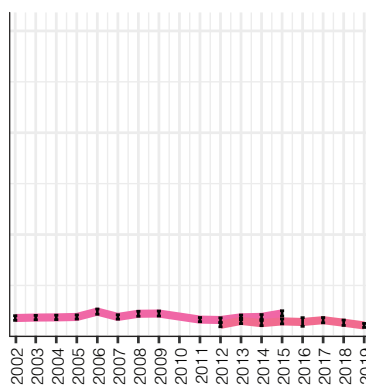
Serviços domésticos



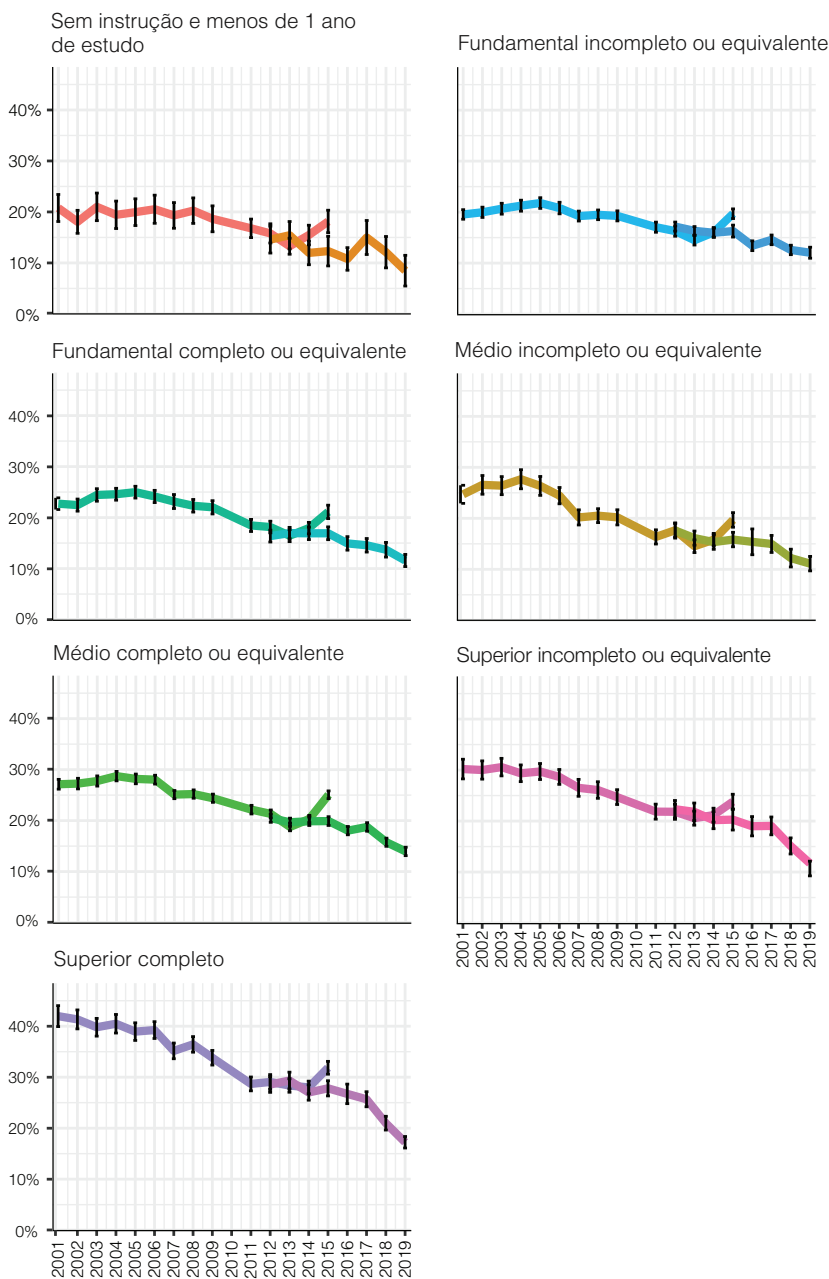
Transporte, armazenagem e correio



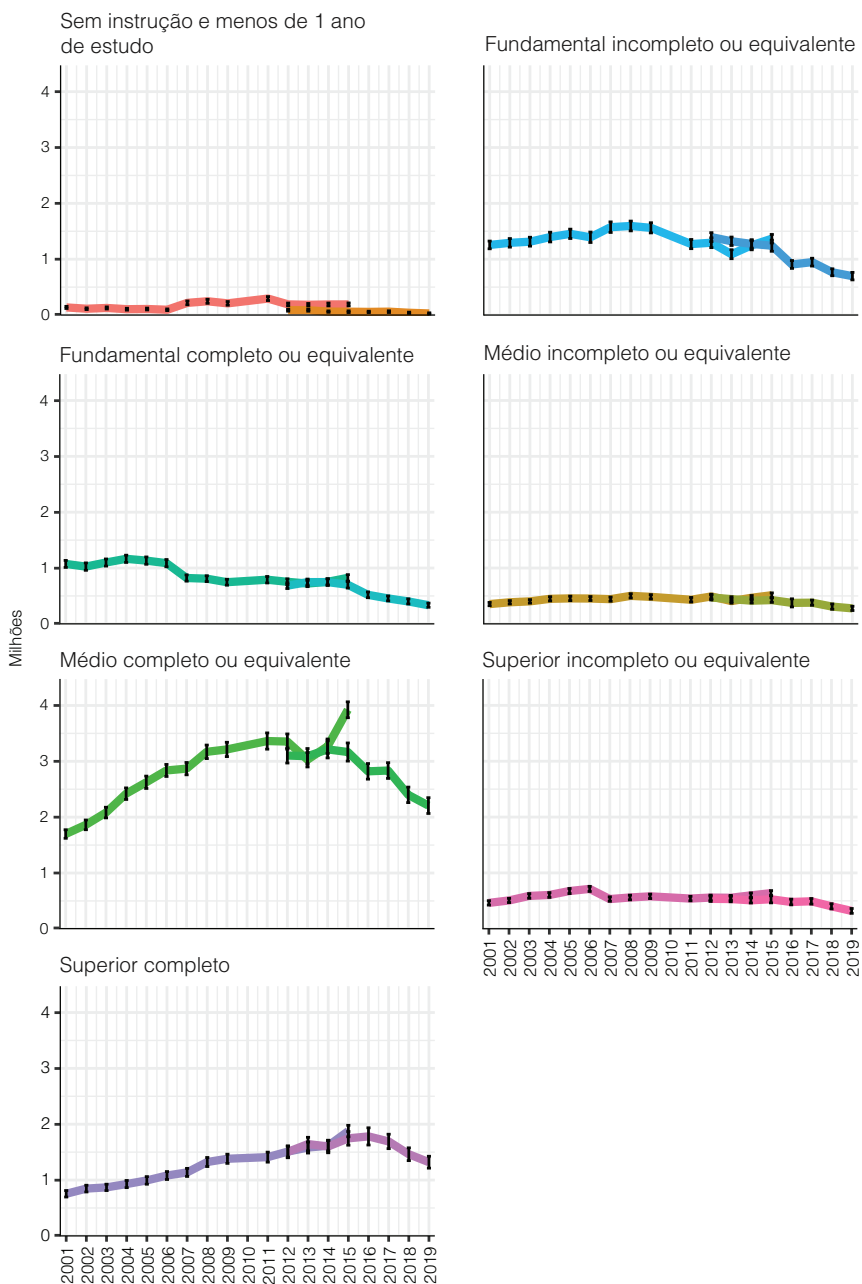
Outros Serviços



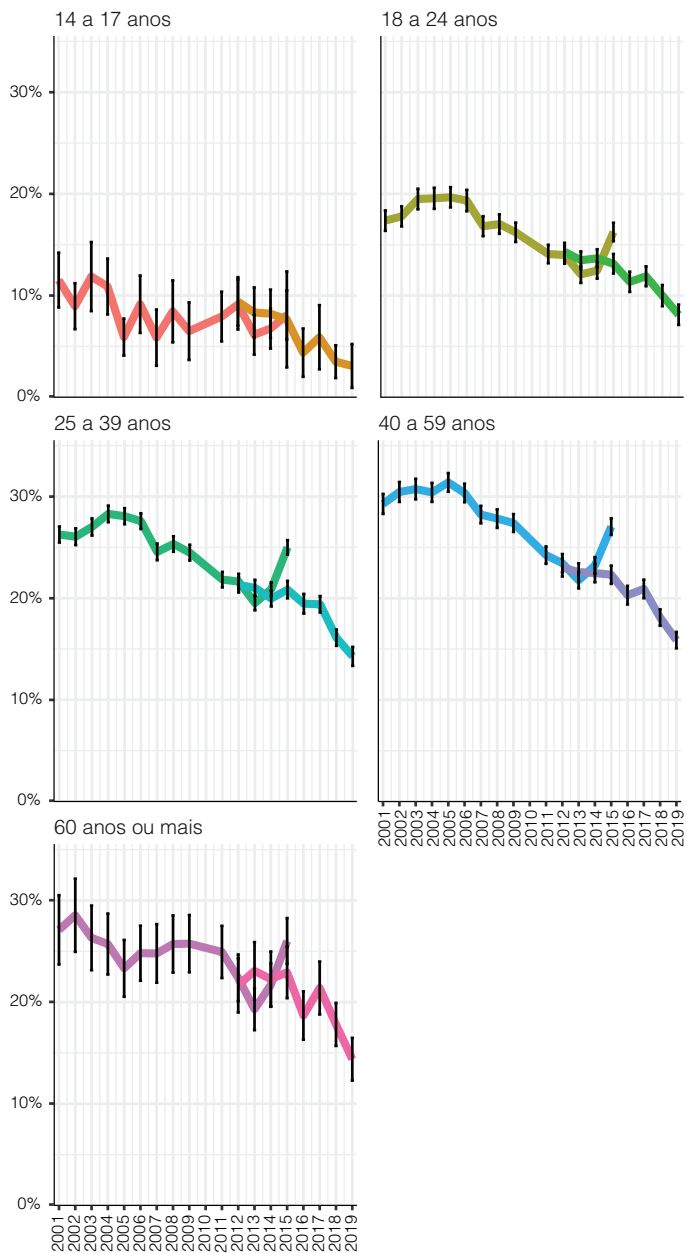
5.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por grupos educacionais 2001-2019



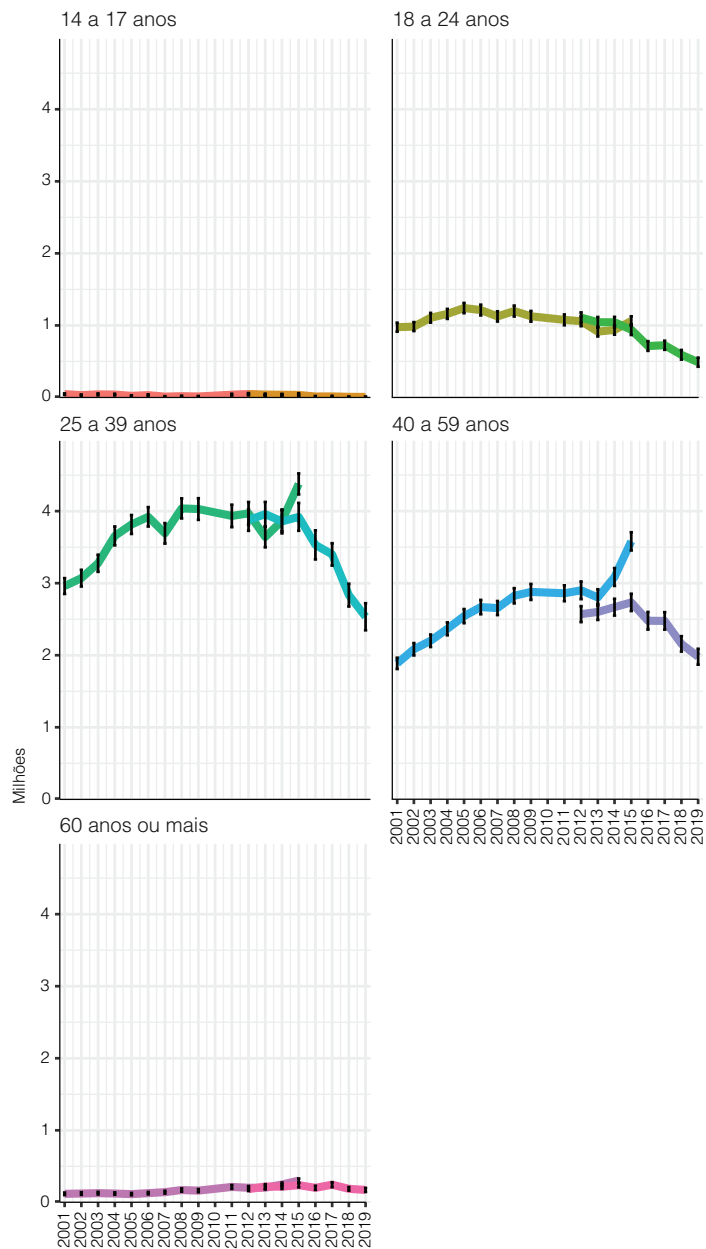
5.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por grupos educacionais 2001-2019



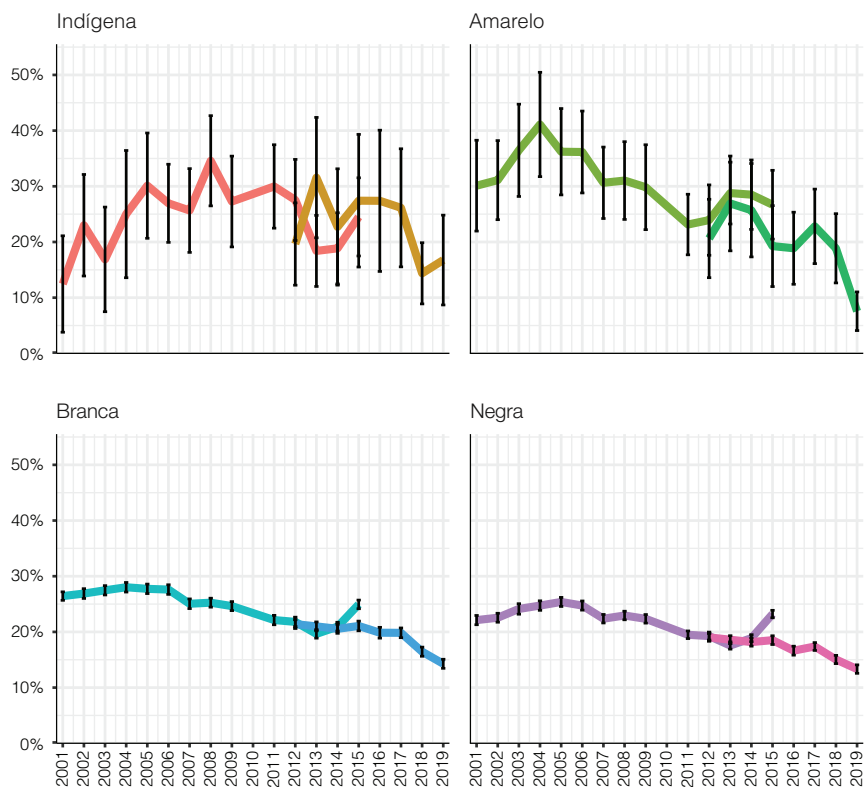
6.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por faixa etária 2001-2019



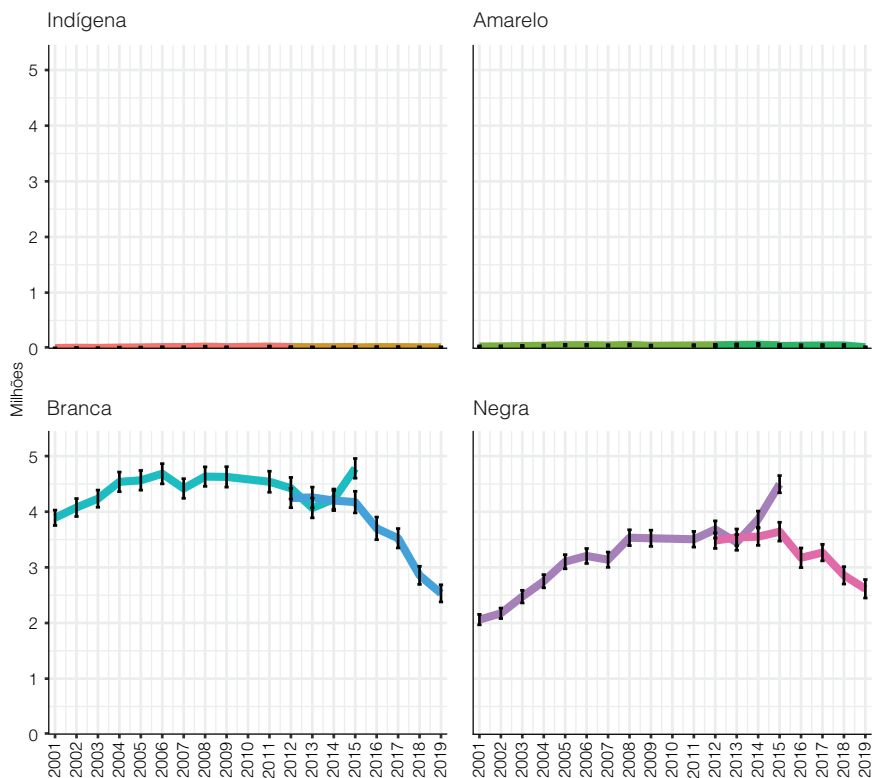
6.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por faixa etária 2001-2019



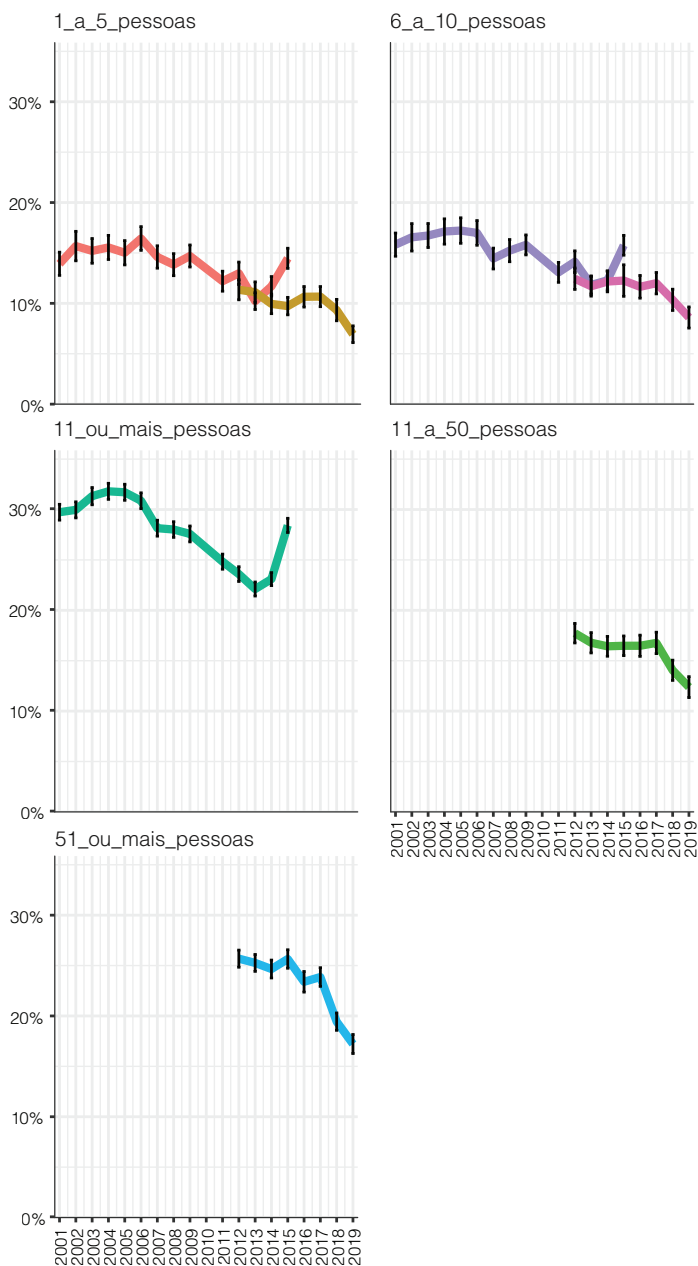
7.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por raça/cor 2001-2019



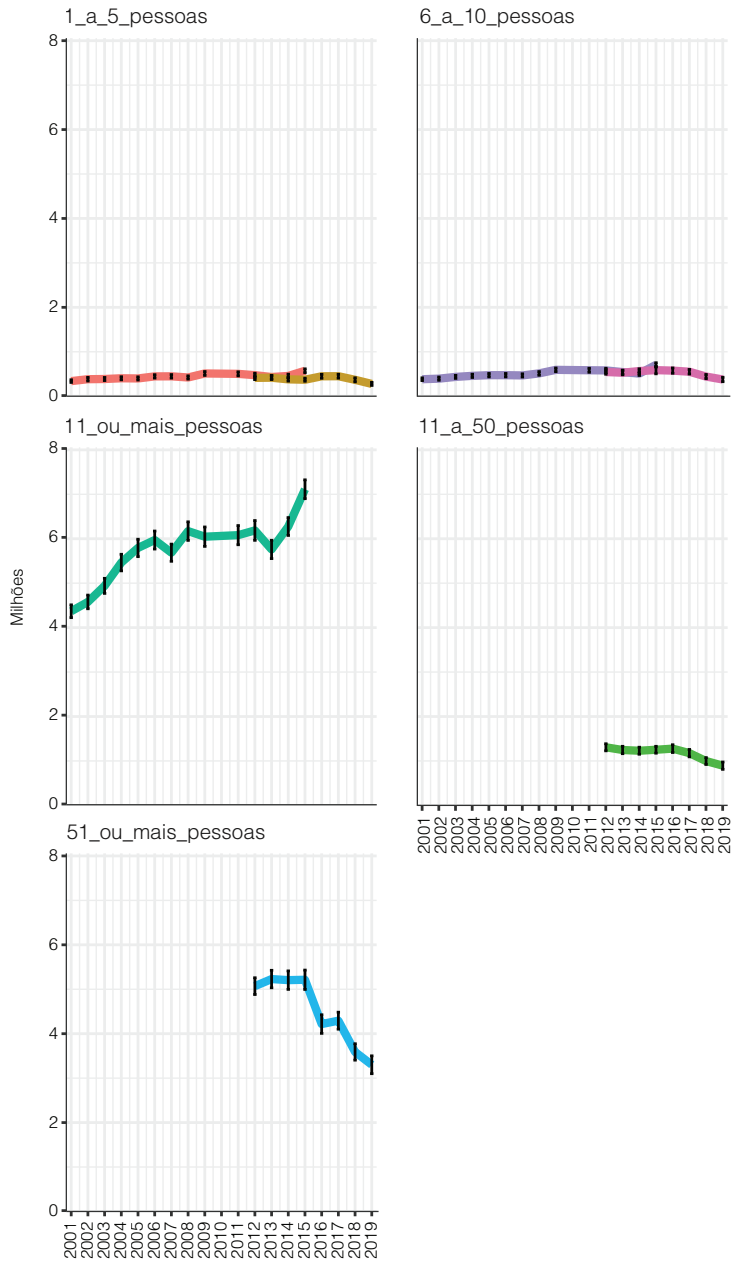
7.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por cor 2001-2019



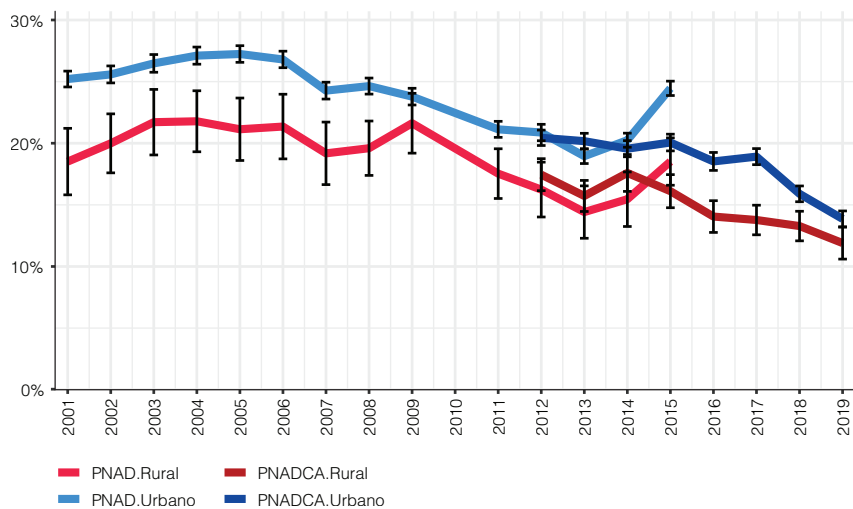
8.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por tamanho do estabelecimento 2001-2019



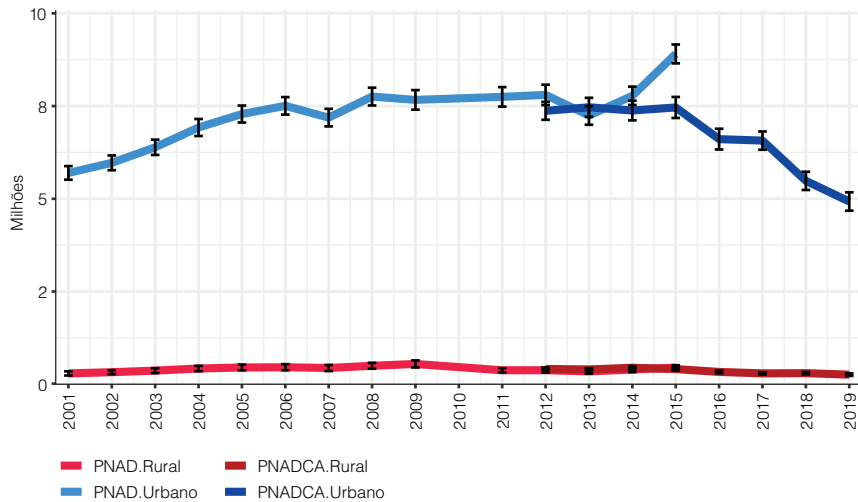
8.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por tamanho do estabelecimento 2001-2019



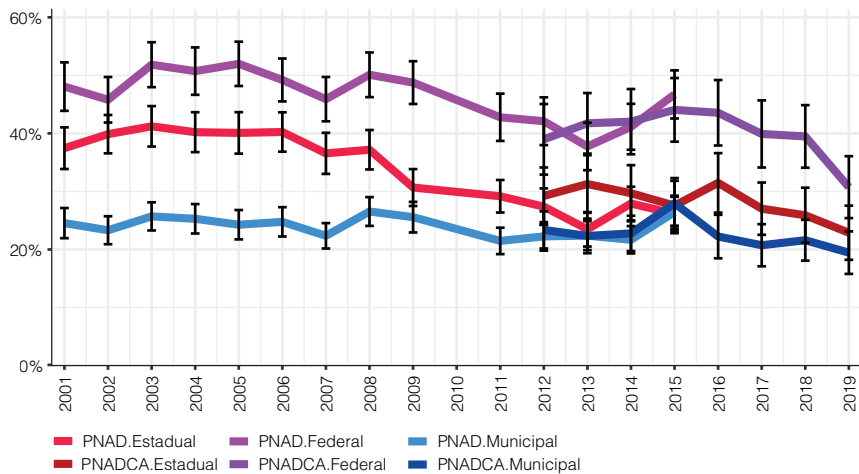
9.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por situação do domicílio 2001-2019



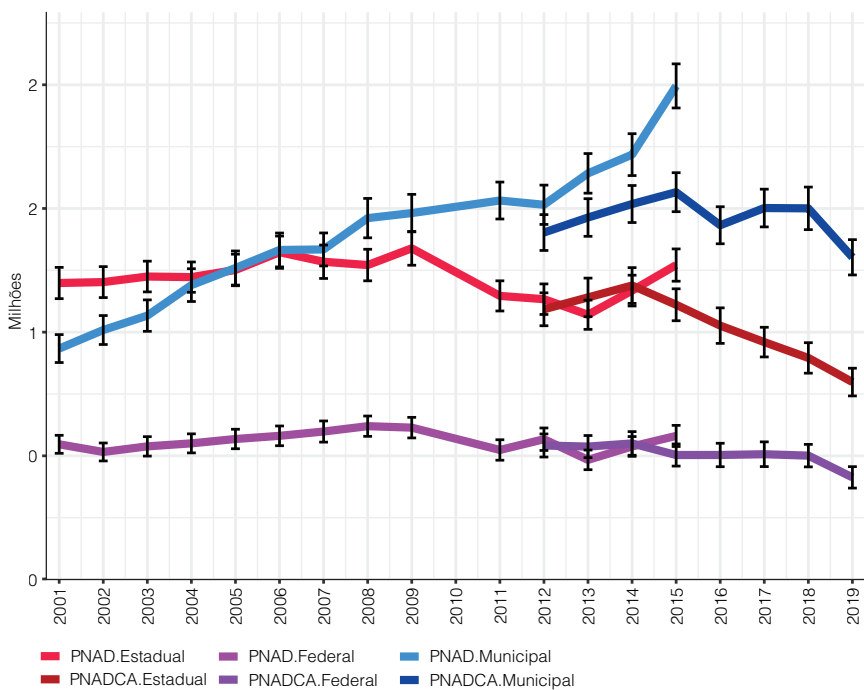
9.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por situação do domicílio 2001-2019



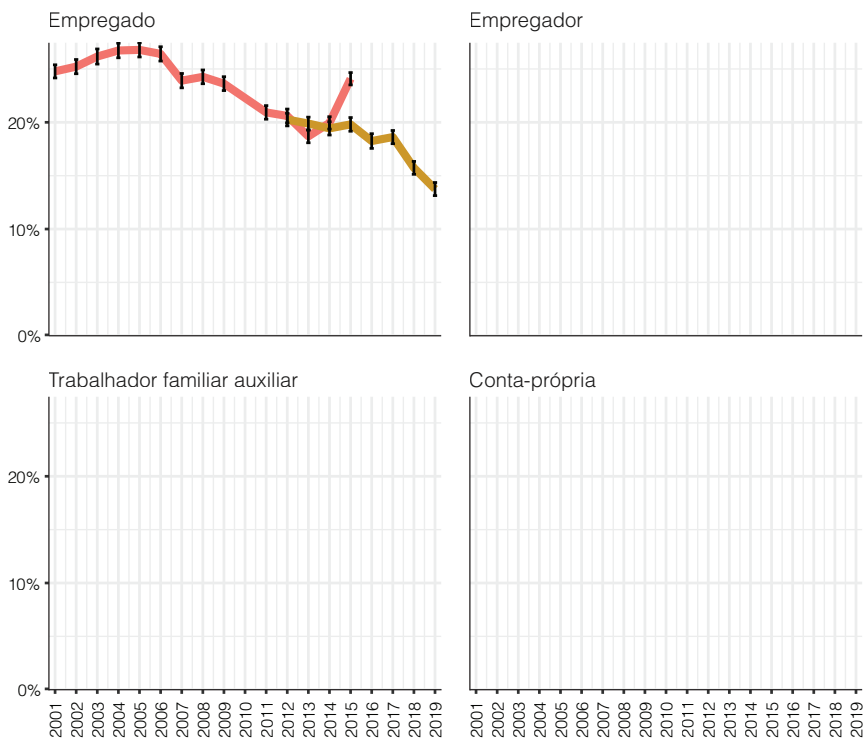
10.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por esfera pública 2001-2019



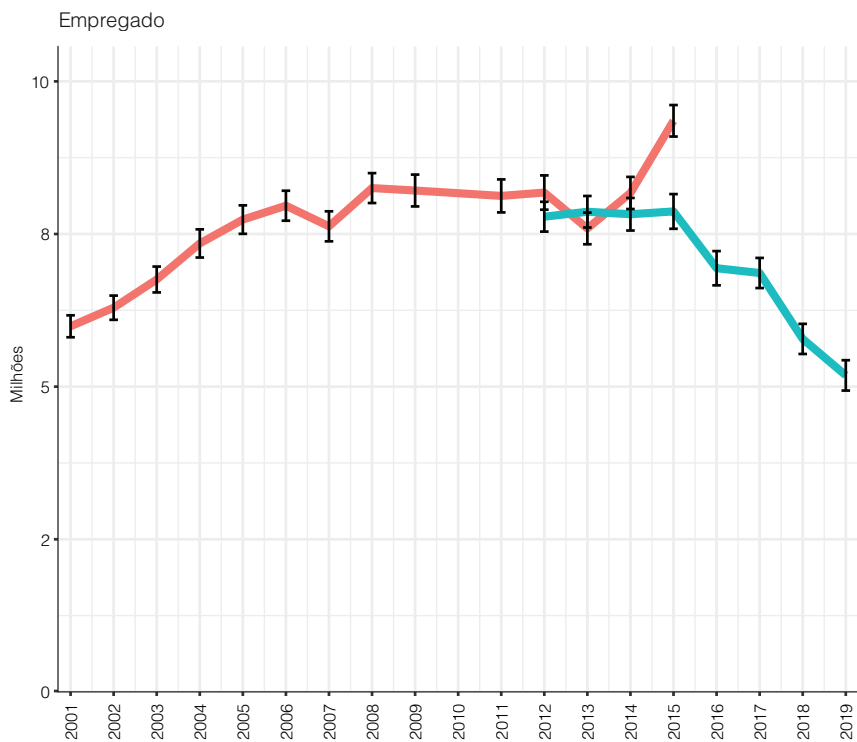
10.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por esfera pública 2001-2019



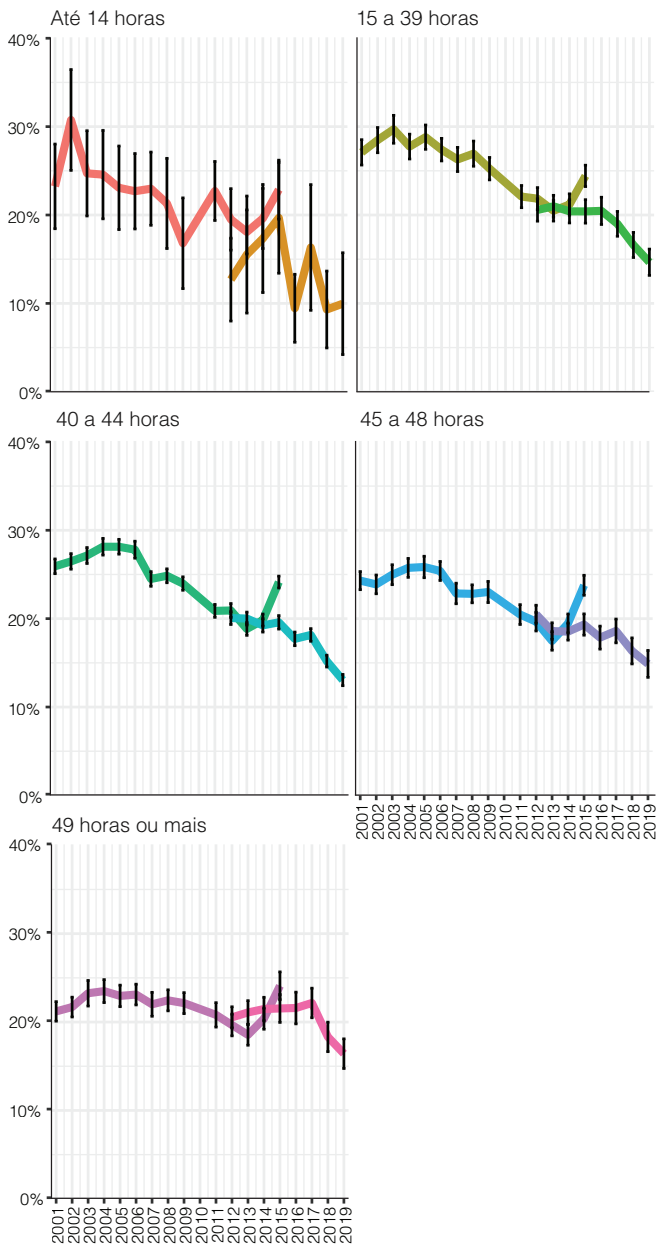
11.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por posição na ocupação 2001-2019



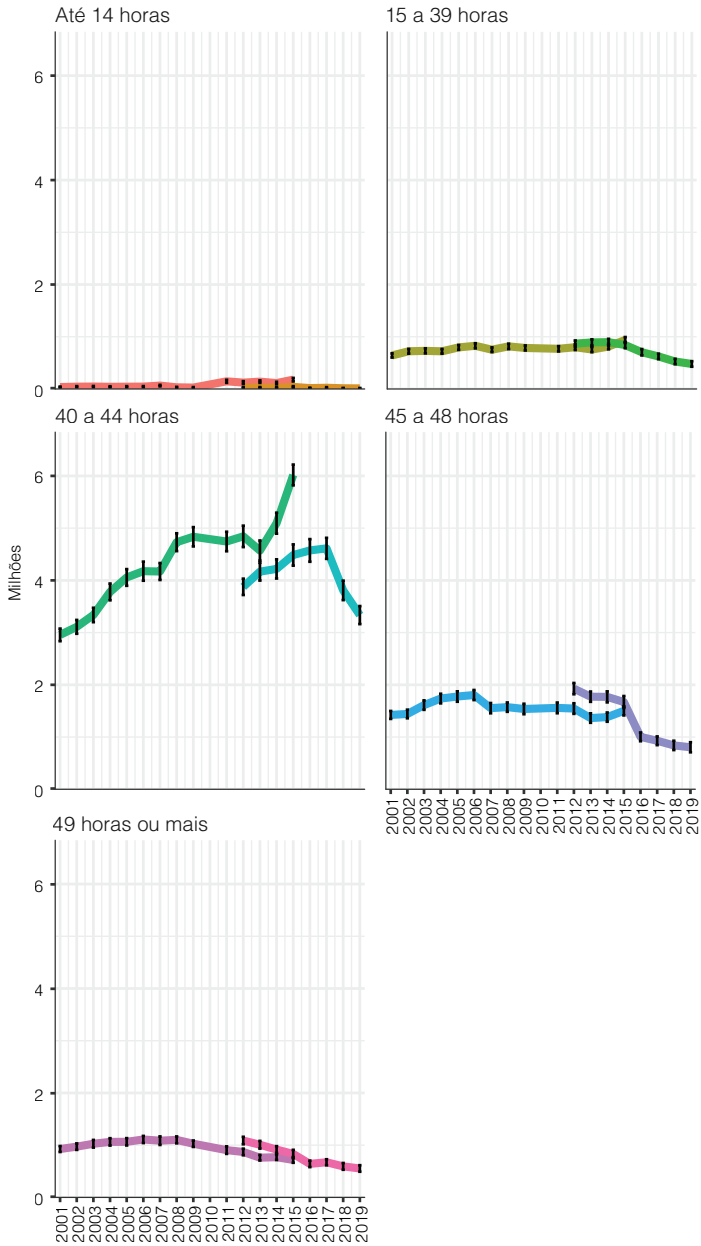
11.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por posição na ocupação 2001-2019



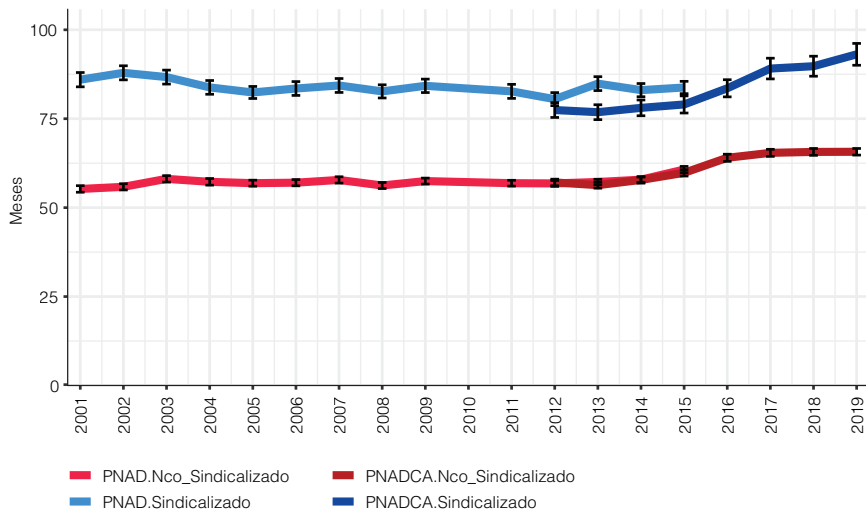
12.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais por faixa de horas trabalhadas no trabalho principal 2001-2019



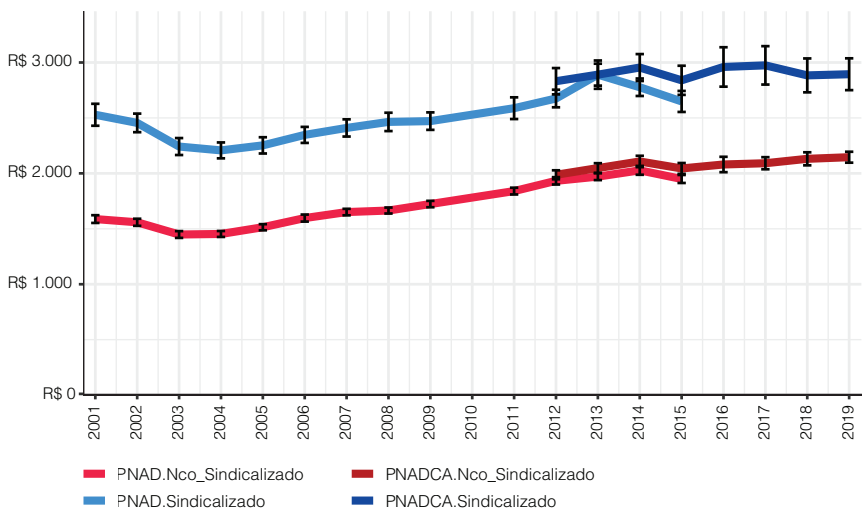
12.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais por faixa de horas trabalhadas no trabalho principal 2001-2019



13. Média de tempo na ocupação 2001-2019



14. Média de rendimento do trabalho principal (valores deflacionados para 2019) 2001-2019



Setores selecionados PNADCA

CNAE Domiciliar 2.0

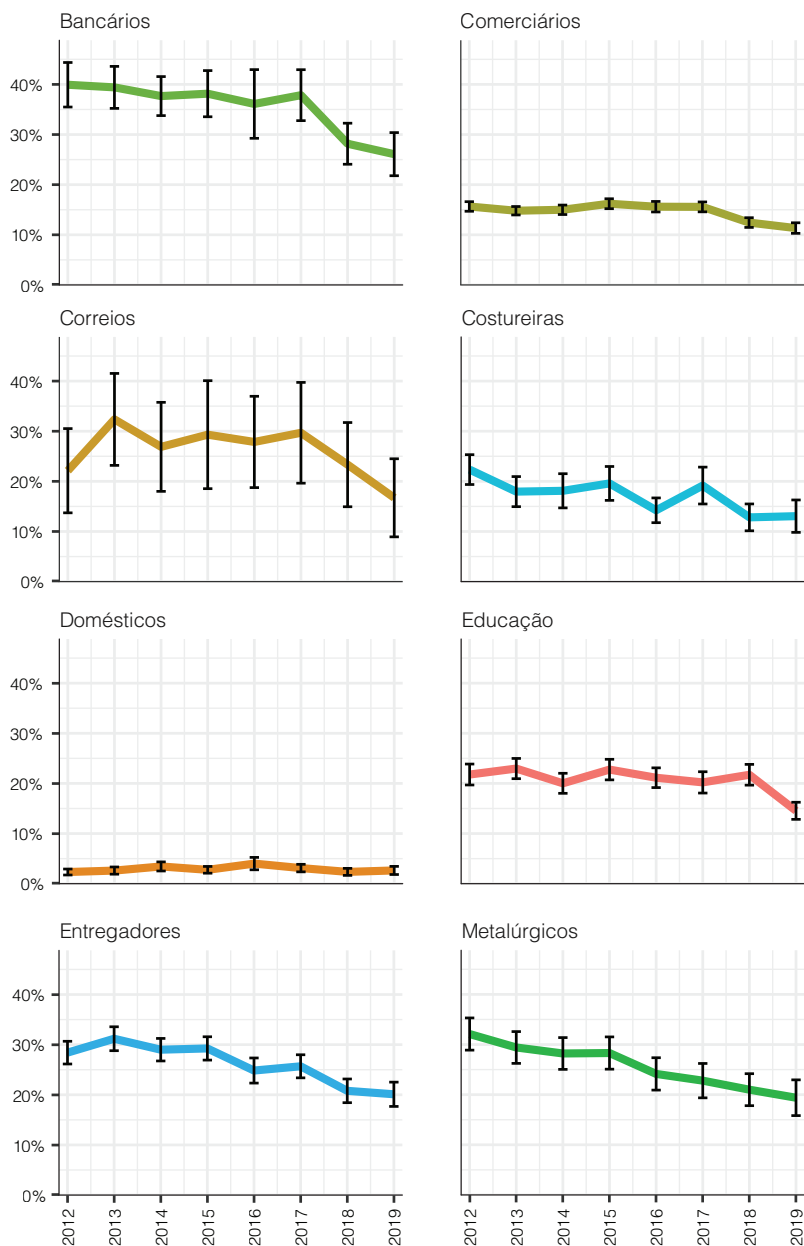
Para os gráficos que seguem utilizaremos as seguintes rubricas da CNAE Domiciliar 2.0 para compor os setores analisados.

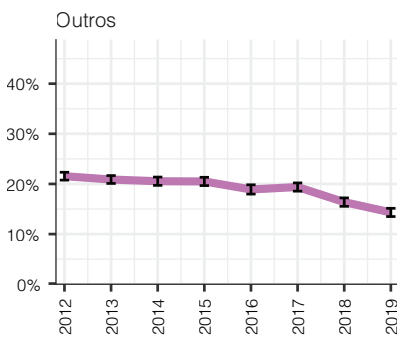
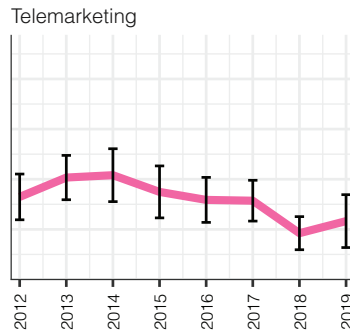
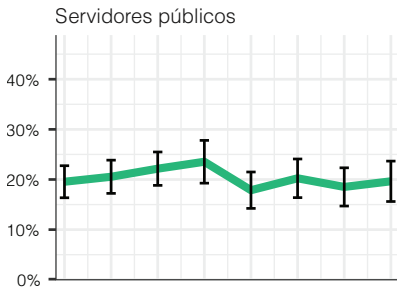
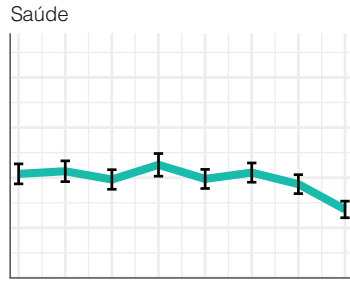
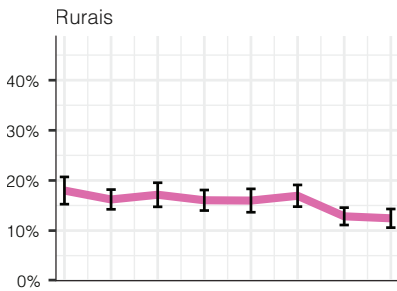
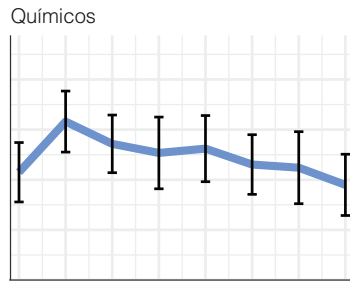
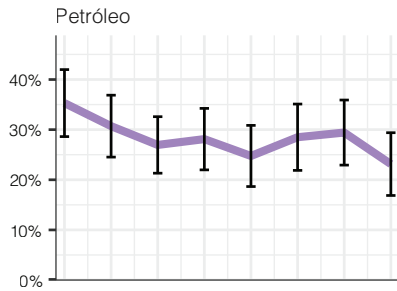
Nome	Divisão CNAE Dom	Descrição
Bancários	64	Atividades de serviços financeiros
Costureiras	14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios
Comerciários	48	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas
Metalúrgicos	24	Metalurgia
	25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
Rurais	01	Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados
	02	Produção florestal
	03	Pesca e aquicultura
Saúde	86	Atividades de atenção à saúde humana
	87	Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências coletivas e particulares
	88	Serviços de assistência social sem alojamento
Educação	85	Educação
Químicos	20	Fabricação de produtos químicos
Correios	53	Correio e outras atividades de entrega
Domésticos	97	Serviços domésticos
Telemarketing	82002	Atividades de teleatendimento
Petróleo	06	Extração de petróleo e gás natural
	19	Fabricação de coque; produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis
Entregadores	49	Transporte terrestre
Servidores públicos	84	Administração pública, defesa e seguridade social

Fonte: CNAE Domiciliar 2.0³⁴.

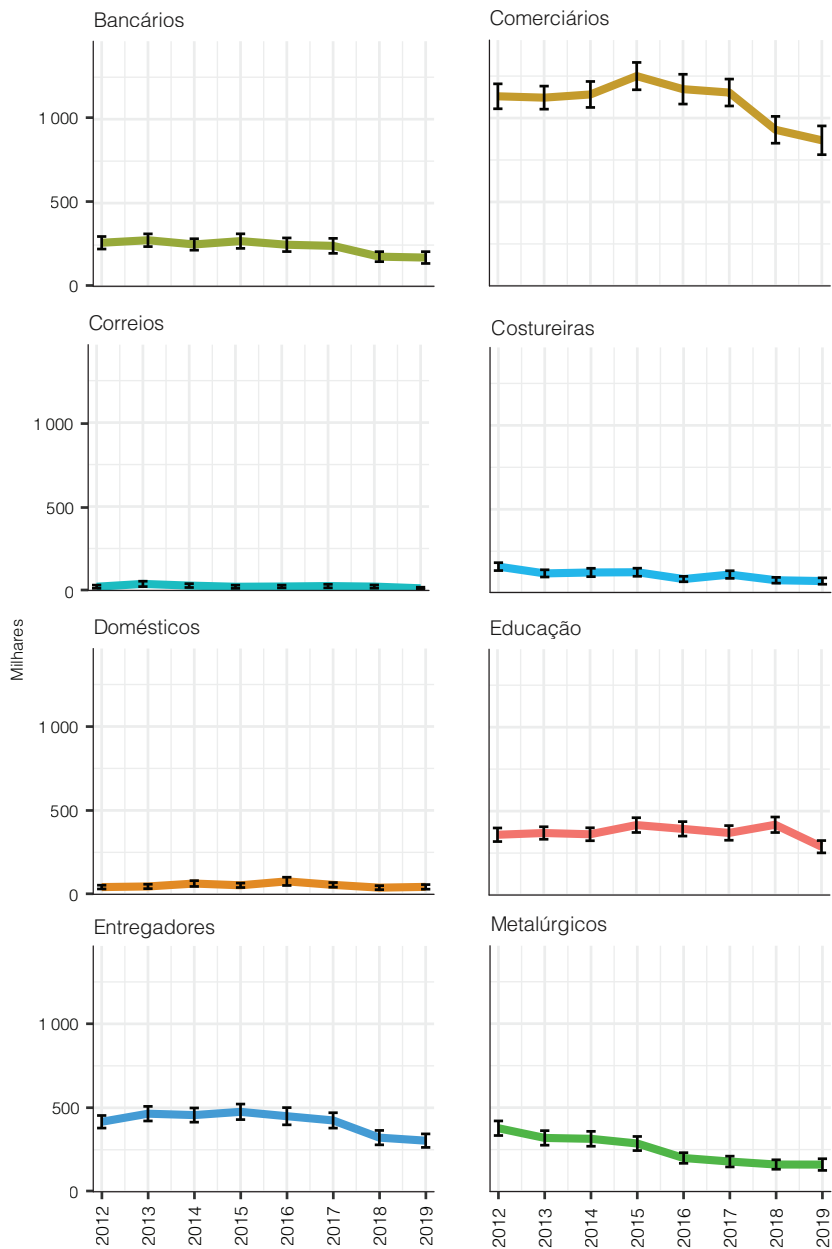
³⁴ Para todas as rubricas a divisão foi usada (2 dígitos), exceto para Telemarketing que utilizou a classe (5 dígitos)

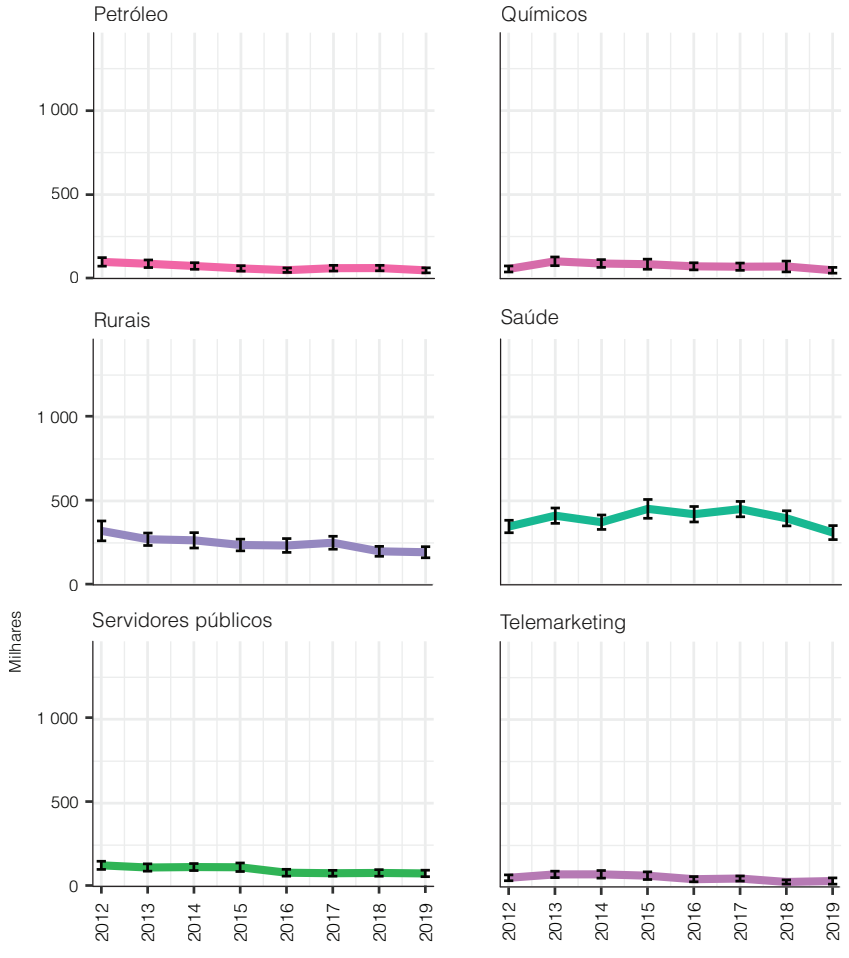
15.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais setores selecionados 2001-2019



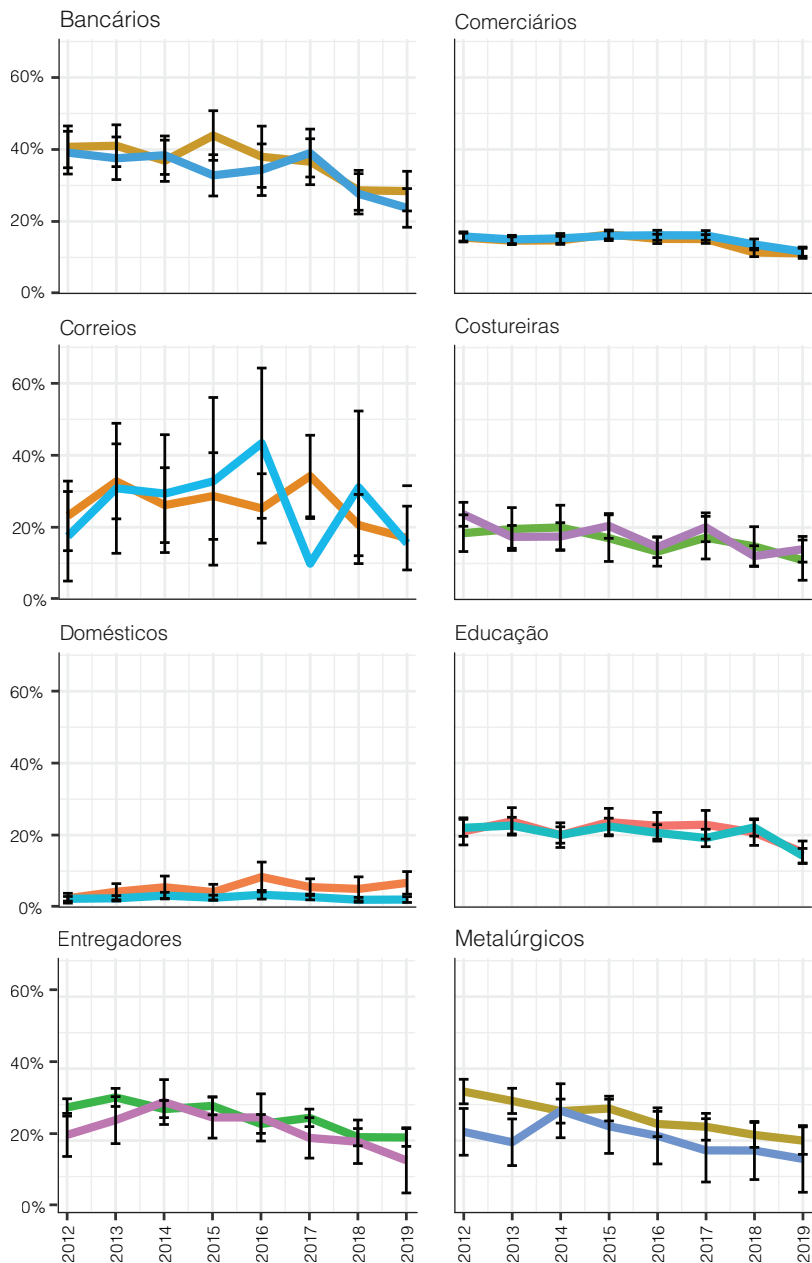


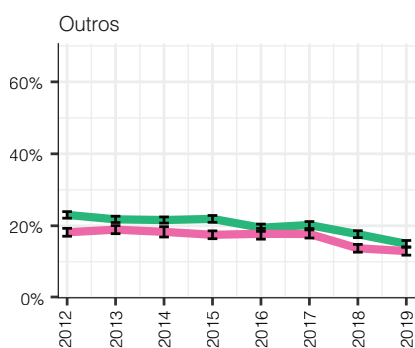
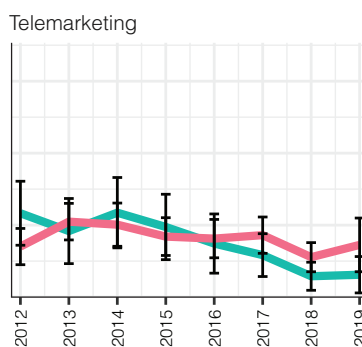
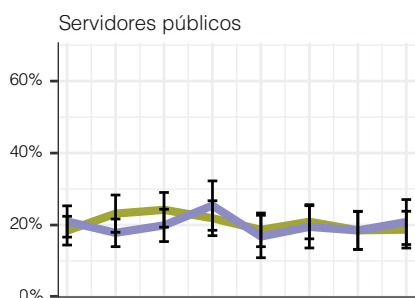
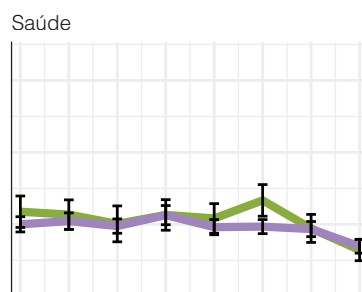
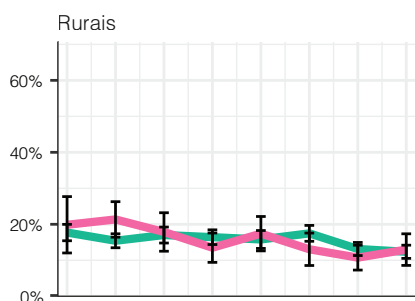
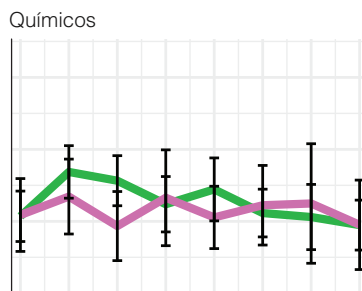
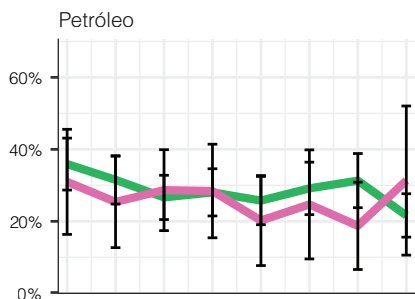
15.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais, setores selecionados 2001-2019



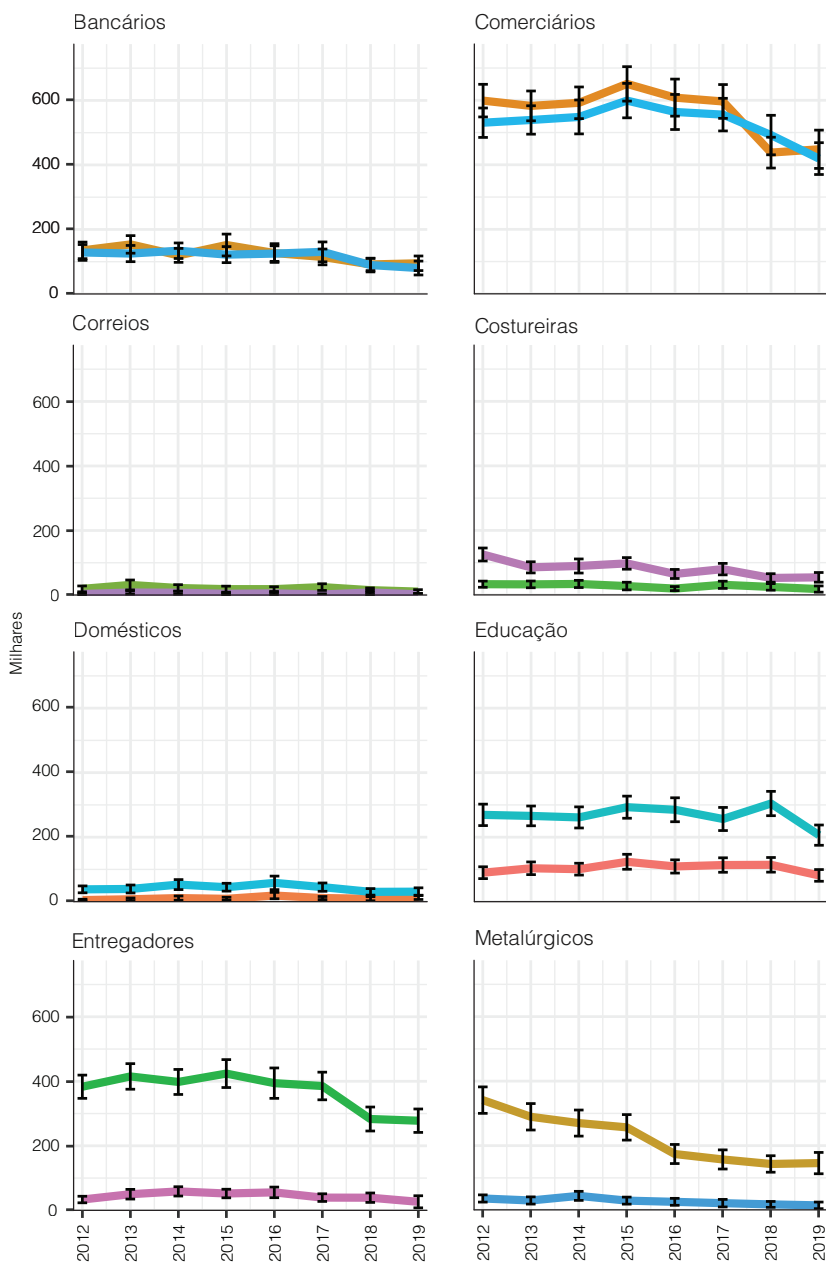


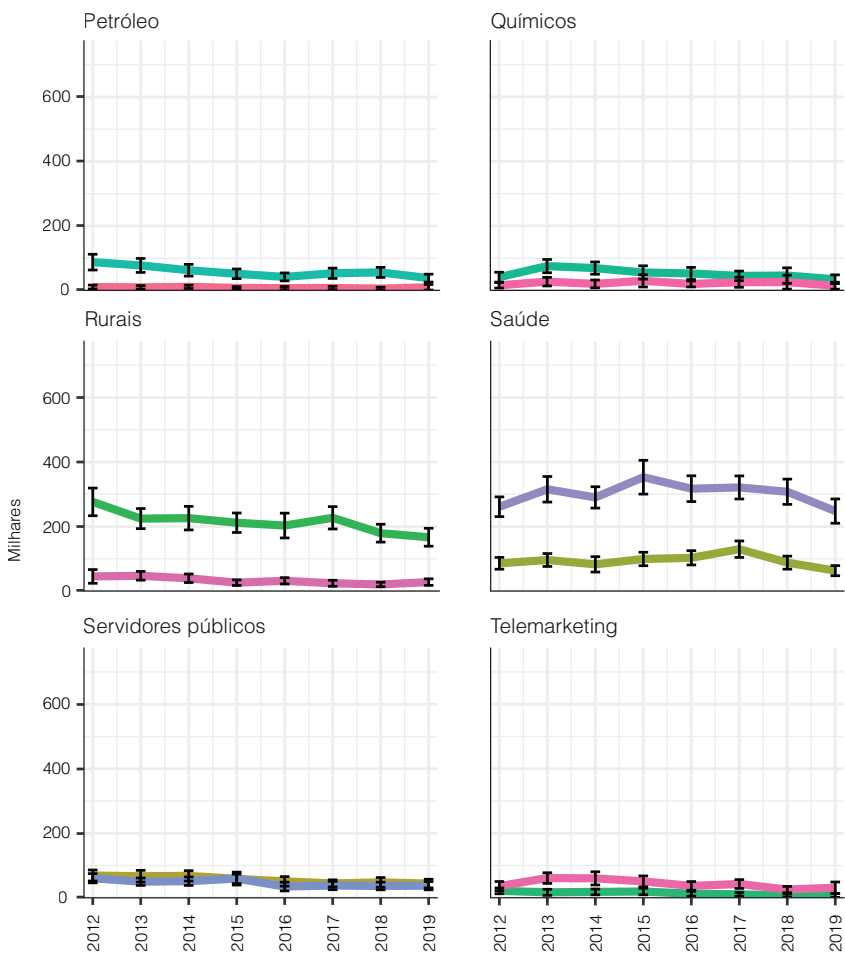
16.1 Taxa de sindicalização entre assalariados formais, setores selecionados por sexo 2001-2019





16.2 Quantidade de sindicalizados entre assalariados formais, setores selecionados por sexo 2001-2019





O livro *Panorama do sindicalismo no Brasil 2015 - 2021*
foi editado em versão eletrônica e impressa.
O texto foi composto em Berkeley no corpo 11,5/15.

Ana Paula Fregnani Colombi

Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Estudos em Mercado de Trabalho e Sociedade (GEMTES). Pesquisadora associada da REMIR e do CESIT/Unicamp.

Anderson Campos

Sociólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do CESIT/Unicamp. Membro do GT Mundos do Trabalho e da REMIR.

Andréia Galvão

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra a coordenação da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR). Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq “Trabalho, reformas neoliberais, movimentos sindicais e sociais”.

Elaine Regina Aguiar Amorim

Doutora em Sociologia pela Unicamp. Pesquisadora e professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Flávia Ferreira Ribeiro

Pesquisadora doutoranda do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Pesquisadora associada da REMIR.

Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do CESIT/Unicamp.

José Dari Krein

Pesquisador e diretor do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT/Unicamp). Professor do Instituto de Economia da Unicamp. Integra a Coordenação da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR).

Patrícia Vieira Trópia

Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq “Classes médias e política no Brasil contemporâneo”. Pesquisadora associada da REMIR.



O sindicalismo brasileiro vem sendo afetado por um conjunto expressivo de mudanças estruturais e conjunturais que alteraram as condições e as relações de trabalho num contexto bastante adverso no período 2015-2021. Esta pesquisa buscou elaborar um diagnóstico da situação sindical a partir da análise de 27 experiências inseridas em diferentes áreas de atuação econômica e localizadas em distintos estados da federação.

ISBN 978-65-87504-59-9



9 786587 504599

**FRIEDRICH
EBERT**
STIFTUNG
BRASIL